

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2026

NÚMERO 23.168 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Daniel Alves/CB/D.A. Press



Brasília perde um poeta

A morte de Luis Turiba comoveu a cena cultural da cidade. Amigos destacam o legado do pernambucano que adotou a capital como sua. Entre as obras, está a icônica revista literária *Bric-a-Brac*.

PÁGINA 22

Ricardo Stuckert/PR



Acordo para turbinar as pautas do Planalto

Chefes do Congresso, Davi Alcolumbre (E) e Hugo Motta (D) fecham com o presidente Lula a tramitação de temas populares. Taxa das blusinhas e fim da escala 6x1 estão entre prioridades.

PÁGINA 2



TSE perto de julgar uso da IA

O presidente da Corte, Nunes Marques, deve marcar entre hoje e a próxima semana a análise da utilização de avatares na propaganda eleitoral. Caso que envolve Flávio Bolsonaro e a imagem do pai, Jair Bolsonaro, motiva o julgamento.

Ana Maria Campos

A governadora Celina Leão (PP) definiu o principal adversário da campanha: Leandro Grass (PT).

Denise Rothenburg

Almoço de Lula com Alcolumbre e Motta tira os holofotes do tema Lulinha.

PÁGINAS 3, 4 E 15

Prakash Mathema/AFP



Caminhão e casas parcialmente mergulhados na lama, em Trishuli Bazar, no distrito de Nukawot (E); soldados resgatam homem preso em meio ao barro (D)

Nepalese Army/AFP



Destruição, mortes e um rio de lama em tragédia no Nepal

Reprodução/Fox News



Prakash Mathema/AFP



Casas e carros sepultados pela mistura de terra, água e detritos; pessoas arrastadas pelas ondas de 6m de altura; e um cenário de desolação na Cordilheira do Himalaia. Uma inundação-relâmpago do Rio Bhote Koshi causou imagens aterrorizantes registradas pelas câmeras (acima) e por celulares. Até o fechamento desta edição, 160 corpos tinham sido encontrados, e centenas de moradores e turistas de 28 países estavam desaparecidos. Piloto de helicóptero que testemunhou a tragédia do alto falou ao **Correio**. Mundo reage com solidariedade e oferece ajuda ao governo nepalês. Especialista acredita que geleira de 600m se rompeu a 5 mil metros de altitude e provocou a enchente.



Aponte o celular e veja imagens

PÁGINAS 9 E 12

Recuperação do BRB

Fux mantém os depósitos do TJBA

O ministro Luiz Fux, do STF, determinou que o Tribunal de Justiça da Bahia siga, por 90 dias, com o contrato de depósitos judiciais firmado com o Banco de Brasília. A decisão garante pelo menos R\$ 394 milhões mensais em novos recursos. Segundo o magistrado, a paralisação traria consequências para a instituição financeira, para o DF e para o sistema bancário.

PÁGINA 14

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



"Empréstimo não sacrifica o GDF"

Secretário de Economia, Valdivino de Oliveira confirmou, ontem, no *CB.Poder*, que o GDF conseguiu reverter uma projeção de déficit de R\$ 6 bilhões para um superavit no orçamento. Ele criticou a demora para liberação do empréstimo do Fundo Garantidor de Crédito ao BRB e informou que as parcelas de quitação não representariam mais do que 1,5% da receita, não comprometendo as contas públicas.

PÁGINA 13

Ed Alves/CB/D.A. Press



17 horas de sufoco — Acidente com uma carreta de combustível interditou a BR-020, nos dois sentidos, ontem, perto de Planaltina. Bombeiros tiveram que intervir para evitar explosões. PÁGINA 17

Ed Alves/CB/D.A. Press



Podcast do Correio — Ex-deputado federal, Índio da Costa lança livro sobre o SUS: "Está falido e tem que ser repensado". PÁGINA 8

Violência avança

Pesquisa revela que 79% de mulheres entrevistadas sobre a violência doméstica acreditam que houve aumento de casos.

PÁGINA 16

Vitórias dos mandantes

Palmeiras e Vasco venceram Santos e Vitória, respectivamente, no jogo de ida das quartas da Copa do Brasil.

PÁGINA 20

Direito & Justiça

Gratificação do TCDF trava no Supremo

Verba extra criada pela Corte de contas do Distrito Federal para seus integrantes foi julgada inconstitucional pelo ministro Alexandre de Moraes.

PÁGINA 7

PÁGINA 6

Big techs estão sob pressão

Condenação da Meta (Instagram e do WhatsApp) nos EUA pelos efeitos na saúde de menores de idade e cobranças à Discord no Brasil mostram ações de vigilâncias às redes sociais.

Habib's eleva crise no varejo

Com dívidas de R\$ 265 milhões, tradicional rede de fast food entra em recuperação judicial, como a Casas Bahia. Somente no primeiro semestre deste ano, 6,3 mil empresas apelaram à Justiça.



PODER

Acordo por PEC 6 x 1 e taxa das blusinhas

Lula consegue de Alcolumbre e Motta o compromisso de avançarem em pautas do governo na semana de esforço concentrado

» FERNANDA STRICKLAND

O encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), rendeu dividendos para o governo, que busca acelerar a análise de propostas com apelo popular, especialmente às portas de uma eleição, na qual o petista buscará a recondução. Ao fim da reunião, os dois parlamentares se comprometeram com o avanço da medida provisória que derruba a “taxa das blusinhas” e com a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada de trabalho 6 x 1.

Alcolumbre anunciou, na entrevista coletiva, que a MP das blusinhas será analisada durante o esforço concentrado do Congresso, na próxima semana. A medida provisória elimina a cobrança sobre compras de até US\$ 50 em plataformas internacionais. Se não for votada até 8 de setembro, perderá a validade, e a taxa voltará a ser cobrada.

“Essa medida provisória não vai caducar, vai ser deliberada na comissão especial, que vamos instalar provavelmente na terça”, enfatizou. “Faço compromisso de que, na semana que vem, tempo curto de esforço concentrado, no meio do processo eleitoral, vamos deliberar e encaminhar esta matéria para o senhor sancionar”, acrescentou, dirigindo-se a Lula. Depois da análise na comissão mista, a matéria seguirá para a Câmara e, posteriormente, para o Senado.

Motta, por sua vez, também afirmou que Câmara e Senado vão agir em conjunto para instalar rapidamente a comissão responsável pela análise da medida. Segundo ele, a intenção é aproveitar o esforço concentrado para votar a proposta.

Motta defendeu a manutenção da medida e afirmou que ela beneficia consumidores que realizam compras pelas plataformas digitais.

Manobras para frear proposta

» DANANDRA ROCHA

A oposição no Senado se articula para tentar ampliar a discussão sobre o fim da escala 6x1 antes que a proposta avance para o plenário. Diante da possibilidade de votação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), parlamentares apresentaram emendas, defendem a realização de audiências públicas e estudam medidas regimentais para retardar a tramitação.

Uma das estratégias da oposição é tentar levar a PEC a outras comissões, entre elas a de Assuntos Econômicos (CAE), para que os impactos sobre empresas, empregos e diferentes setores da economia sejam discutidos antes de uma decisão. Caso a iniciativa não avance, senadores avaliam recorrer a pedidos de vista, adiamento da votação e votação nominal, além de se posicionarem contra eventual quebra de interstício entre as etapas de análise da proposta.

A análise entre oposicionistas é de que, em um ano eleitoral, será difícil simplesmente rejeitar uma medida de forte apelo entre trabalhadores. O foco passou a ser,

Ricardo Stuckert.



Alcolumbre, Lula e Motta fizeram um pronunciamento após o almoço no Alvorada: acordo em pautas populares às portas das eleições

O presidente da Câmara ainda contestou a avaliação de que os produtos comercializados nesses sites sejam, em sua maioria, importados. De acordo com ele, empresas brasileiras também estão entre as fornecedoras.

O parlamentar anunciou, pouco depois, que indicou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) para a presidência da comissão mista. “A relatoria é de atribuição do Senado Federal. Em diálogo com os presidentes Lula e Davi Alcolumbre, acordamos votar a matéria na próxima semana”, postou no X. “O fim da taxa é uma demanda da população e vai aliviar o bolso de milhões de brasileiros que compram

pela internet”, acrescentou.

Outras matérias que terão prioridade de tramitação no Congresso, conforme acertado pelos três dirigentes, serão o fim da escala 6 x 1, a PEC da Segurança Pública, o Marco Legal dos Minerais Críticos e a criação do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata).

A PEC do fim da jornada 6 x 1 foi aprovada na Câmara em maio. No Senado, foi encaminhada por Alcolumbre, na sexta-feira, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator do texto, Omar Aziz (PSD-AM), informou que o parecer será apresentado no colegiado na próxima quarta-feira. A

possibilidade de avanço da matéria, por sinal, mobilizou a oposição, contrária à aprovação da PEC (leia reportagem abaixo).

A agenda discutida no encontro também incluiu terras raras e minerais críticos. Alcolumbre lembrou que a Câmara já aprovou uma proposta encaminhada pelo governo, enquanto o Senado analisa outro projeto sobre o mesmo tema.

O presidente do Congresso reconheceu a existência de divergências entre os senadores, mas defendeu que a Casa avance na discussão. Ele ressaltou o interesse de outros países nas riquezas minerais brasileiras e avaliou que o tema exige atenção do Legislativo.

Polarização

Após o almoço dos três, Lula afirmou que pretende “pacificar o Brasil” e deslocar o debate político para questões que considera prioritárias para a população.

O presidente criticou a polarização e disse que seu objetivo é concentrar o governo em temas como segurança pública, saúde, educação, emprego e endividamento. “Ninguém aguenta mais essa polarização”, declarou. O chefe do Executivo afirmou ainda que pretende encaminhar ao Congresso propostas relacionadas à segurança pública.

Privilégio a importados, enfatizam entidades

» RENATO SOUZA

Em nota pública, a Coalizão Progresso Brasil, que reúne entidades representativas de trabalhadores, indústria e varejo, manifestou-se contra a MP da **taxa das blusinhas**.

A Coalizão afirma que as empresas de produtos fabricados no Brasil estão sujeitas a normas específicas, como regras trabalhistas e de segurança do consumidor. Ressalta que o fim da taxa de importação representaria um tratamento privilegiado para mercadorias estrangeiras.

“Enquanto empresas brasileiras da indústria e do varejo suportam uma carga tributária que chega, em média, a 90% do custo dos produtos, além de juros elevados, burocracia e inúmeras exigências regulatórias, pretende-se assegurar tratamento privilegiado a mercadorias estrangeiras que ingresam no país através de plataformas digitais sem cumprir as mesmas obrigações impostas à produção e ao comércio nacionais, inclusive requisitos de conformidade destinados a proteger a saúde e a segurança da população”, destaca a nota.

As entidades alegam ainda que

Risco a empregos

O fim da taxa das blusinhas pode pôr em risco 109 mil empregos e a geração de cerca de R\$ 21,8 bilhões em produção doméstica em 2026. O cálculo consta de nota técnica divulgada, ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O estudo estimou os efeitos da retirada do Imposto de Importação sobre o volume e o valor das compras internacionais de pequeno valor (até US\$ 50).

a desoneração da taxa dos importados reduz empregos no país. “O comércio enfrenta recuperações judiciais, fechamento de lojas, redução de investimentos e perda de postos de trabalho. A indústria, por sua vez, sofre uma dupla pressão importadora: de um lado, o forte avanço das importações convencionais; de outro, o crescimento acelerado das encomendas internacionais realizadas por meio de plataformas digitais com zero de imposto de importação”, acrescentam.

Saiba mais

Veja o que dizem as propostas que devem ter prioridade no esforço concentrado

Escala 6x1

» A PEC do fim da escala 6x1 foi aprovada na Câmara em 27 de maio. A proposta altera a Constituição para reduzir a carga horária máxima de trabalho para 40 horas semanais.

» A PEC garante dois dias de repouso semanal remunerado, sem diminuição de salário. A mudança será aplicada progressivamente e inclui exceções para trabalhadores com regimes diferenciados e para aqueles com salários mais elevados e diploma de nível superior.

PEC da Segurança

» O relator da PEC da Segurança Pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Rogério Carvalho (PT-SE), já informou que vai apresentar relatório favorável à aprovação da proposta da forma como foi aprovada na Câmara.

» A proposta reorganiza o sistema de segurança pública no país, ao redefinir as fontes de financiamento do setor, incluindo a destinação de parte da arrecadação das apostas esportivas aos fundos nacionais de segurança pública e do sistema penitenciário.

Taxa das blusinhas

» A MP 1.357/2026 zera temporariamente a chamada “taxa das blusinhas”, como ficou conhecida a cobrança de Imposto de Importação federal de 20% sobre remessas postais internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 260 na cotação atual). Criada em 2024 com a intenção declarada de proteger o comércio nacional, a taxa foi suspensa pelo governo em maio deste ano.

Minerais críticos

» Outra matéria que deve ser votada na próxima semana é a proposta que estabelece a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PL 2.780/2024). Além de criar o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, vinculado à Presidência da República, o texto busca fomentar pesquisa, extração, beneficiamento e transformação de minerais críticos e estratégicos, essenciais para setores-chave da economia, como a transição energética e a segurança nacional.

Datacenters

» O Redata (PL 278/2026) oferece incentivos fiscais para empresas que instalem ou ampliem datacenters no Brasil. O objetivo é fomentar o setor de tecnologia da informação, promovendo o uso de energia limpa e investimentos em pesquisa e inovação. A matéria aguarda a definição de relator e já recebeu 22 emendas. **(Com Agência Senado)**



TSE julga IA nas campanhas

Corte começa a analisar hoje ou na próxima semana se proibirá avatar com inteligência artificial, como usado na convenção do PL

» RENATO SOUZA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, deve agendar para julgamento, entre hoje e a próxima semana, a ação que definirá se candidatos no pleito deste ano podem usar avatares produzidos por inteligência artificial. A decisão impacta diretamente no caso envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL), que na convenção do partido que o lançou na corrida presidencial usou um vídeo do pai, Jair Bolsonaro, animado com uso da tecnologia.

As atuais resoluções do TSE já vedam deep fake, ou seja, o uso da IA para reproduzir cenas que nunca existiram, envolvendo pessoas reais. No entanto, não ficou claro quais tipos de situações estão no escopo da norma. O debate foi levado ao TSE em um recurso apresentado pelo PT, que questiona a iniciativa do PL.

Além disso, a Corte Eleitoral deve analisar o uso de recursos audiovisuais em pesquisas de opinião. O caso avaliado envolve um levantamento eleitoral que apontou Flávio Bolsonaro em queda nas intenções de voto. No entanto, o instituto que fez a pesquisa reproduziu um áudio para os entrevistados, após eles responderem às perguntas. O áudio é de uma conversa em que Flávio pede dinheiro para Daniel Vorcáro, dono do Banco Master, supostamente para financiar o filme *Dark Horse*, sobre o ex-presidente. A Polícia Federal investiga se os recursos foram de fato empregados na produção, como

Reprodução/YouTube



PL usou IA do ex-presidente na convenção que confirmou Flávio Bolsonaro na corrida ao Planalto

Lula aciona Corte

A campanha do presidente Lula protocolou duas ações contra os candidatos Renan Santos (Missão) e Ronaldo Caiado (PSD), ontem, por causa de declarações durante o debate da Band. O ex-governador tentou associar Lula às investigações em andamento na Polícia Federal contra seu filho Fábio Luís Lula da Silva. Já Renan chamou o presidente de "bêbado" e "ladrão".

alegou o senador e outros suspeitos de envolvimento no caso.

No fim do mês passado, a defesa de Flávio, negou, no **TSE**, que o vídeo produzido por inteligência artificial e apresentado na convenção seja um pedido explícito de voto.

Bolsonaro está em prisão domiciliar em razão da condenação a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. Ele está proibido de usar as redes sociais ou receber visitas com objetivo político-partidário.

No vídeo, o personagem com a

imagem do ex-presidente afirma estar "preso e calado por uma decisão arbitrária", alega que "nenhuma prisão vai calar o sentimento de esperança" despertado por seu movimento e pede que os apoiadores recebam Flávio Bolsonaro "de braços abertos" como candidato à Presidência.

Os advogados alegam que os eleitores presentes no evento foram informados de que se tratava de uma produção por inteligência artificial, como determina a legislação eleitoral.

Flávio tenta conter racha na família

» ARMANDO HOLANDA

A candidatura da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL-DF) ao Senado pelo Distrito Federal voltou a provocar tensão no núcleo político da família. O tema foi tratado em uma ligação entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência da República, e o deputado cassado Eduardo Bolsonaro, que tem feito críticas públicas à madrastra nas redes sociais.

Segundo interlocutores de Eduardo, ouvidos pelo **Correio**, Flávio demonstrou insatisfação com a postura do irmão e com os ataques direcionados não apenas a Michelle, mas também a aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No último domingo, Eduardo compartilhou uma publicação do influenciador Allan dos Santos que colocava em dúvida a candidatura da ex-primeira-dama. Na postagem, o blogueiro afirmou preferir as candidaturas da deputada Bia Kicis (PL-DF) e do ex-desembargador Sebastião Coelho (Novo-DF) à de Michelle.

Eduardo endossou a mensagem com a frase "triste, mas verdadeiro", sinalizando concordância com a avaliação. A manifestação repercutiu entre aliados e integrantes do entorno bolsonarista, justamente

em um momento em que a família tenta organizar suas forças para a disputa eleitoral.

A relação dos filhos de Bolsonaro e a ex-primeira-dama já foi marcada por episódios públicos de hostilidade, sobretudo durante o mandato presidencial. Carlos Bolsonaro, o filho 02, protagonizou embates com Michelle em diferentes momentos, inclusive em discussões relacionadas à comunicação do governo e à influência exercida pela então primeira-dama sobre decisões do entorno presidencial.

Eduardo também já se envolveu em desentendimentos com a madrastra. Os episódios, embora nem sempre tenham sido explicitados, alimentaram a percepção de que havia uma disputa por espaço e influência dentro do grupo político ligado.

Michelle, por sua vez, consolidou uma base própria entre setores conservadores e religiosos e passou a ser tratada como um dos principais ativos eleitorais do bolsonarismo.

A tensão familiar ganhou novos contornos depois que Jair Bolsonaro passou a ser alvo de restrições judiciais. Com o ex-presidente impedido de disputar a eleição, nomes de sua família passaram a disputar protagonismo.

Ataques públicos contra Michelle, especialmente quando partem de um integrante da própria família, podem ampliar fissuras justamente no momento em que o grupo busca transformar a popularidade de Jair Bolsonaro em votos para seus sucessores.

Renan Santos quer bomba atômica

Reprodução



Candidato diz que medida é necessária para país ter respeito internacional

O candidato Renan Santos, que disputa a Presidência da República pelo Missão, defendeu que o Brasil altere a Constituição para permitir o desenvolvimento de armas nucleares. De acordo com ele, a medida seria necessária para que o país conquiste respeito internacional.

"Se o Brasil quiser ser uma das cinco maiores nações do mundo, que se presta a sentar à mesa com Estados Unidos, Índia, Rússia e China, vai precisar ter soberania, a soberania sobre o seu próprio território, soberania militar, e vai ter que discutir ter bombas atômicas", disse em sabatina na TV Globo ontem.

Em outro momento, o candidato lembrou a situação da Venezuela, invadida por forças dos Estados Unidos que capturaram Nicolás Maduro, no começo deste ano. "A Coreia do Norte é respeitada internacionalmente, coisa que a Venezuela não foi", citou ele, destacando que o país asiático desenvolveu armas nucleares.

Questionado sobre como levaria a intenção adiante, Renan disse que buscaria alteração na Constituição. Também disse que não atenderia uma das regras do Mercosul que determina a desnuclearização dos países do bloco em relação a armas de destruição em massa.

O presidenciável afirmou, também, que não cumpriria decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que fossem consideradas ilegais.

"Qualquer cidadão, diante de uma decisão ilegal, pode não cumprir. Na verdade, ele tem um dever de não cumprir. Decisão ilegal não se cumpre."

Renan Santos foi perguntado sobre declarações de que, se assumir o governo, "haverá banho de sangue" no primeiro dia, referência a eventuais operações contra o crime organizado nas favelas do Rio de Janeiro e em outras regiões do país. "As pessoas do Brasil estão implorando

para que a gente faça justiça contra essas figuras terríveis, esses demônios que estão matando a gente. E cabe ao presidente da República liderar as pessoas nessa guerra", disse. "Falo do banho de sangue. Pode não ser a palavra mais bonita para a pessoa que está assistindo em casa, mas é a única coisa que eu posso fazer como resposta a alguém que está com uma arma apontada a uma pessoa", completou. (RS)

» Caiado: fim da 6x1 é "tese oportunista"

O candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado, chamou ontem a PEC do fim da escala 6x1 de "tese oportunista". Durante sabatina realizada pela rádio CBN e os jornais *O Globo* e *Valor Econômico*, ele não disse, porém, ser contrário ao tema. Segundo o presidenciável, o texto não traz o impacto para micro e pequenos empresários. "Tudo aquilo que vem para melhorar a vida da pessoa, que vem para diminuir a carga horária, dar mais qualidade de vida, eu defendo tudo isso. Agora, eu não posso defender uma tese que seja oportunista do momento", frisou. O candidato do PSD afirmou ainda considerar que mexer na Previdência Social não altera o equilíbrio fiscal. Ele disse que não pretende tocar no que chama de "direito adquirido" dos contribuintes.

» Atendimento primário na saúde, promete Zema

O candidato à Presidência Romeu Zema (Novo) cumpriu agenda, ontem, na região do Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Ele visitou o Hospital Regional de Teófilo Otoni, inaugurado em maio deste ano, e conversou com moradores sobre a importância da obra. Segundo prometeu, se eleito, a prioridade na área da saúde será reforçar o atendimento primário, realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ele pregou o aumento da infraestrutura da rede hospitalar, com a construção de novas unidades e hospitais em locais isolados. "Na minha gestão em Minas, fizemos cinco hospitais e 400 UBS. Como presidente, quero levar esse padrão de atendimento e dignidade para todo brasileiro. (...) A prioridade é o atendimento primário. Ninguém tem dignidade se tem que viajar duas ou três horas para fazer um exame", argumentou o ex-governador do estado.



WINDSOR HOTEIS

HÁ 40 ANOS NOS MELHORES CENÁRIOS DO BRASIL

Há 40 anos, a Rede Windsor integra a história do turismo brasileiro.

Com 17 hotéis no Rio de Janeiro e em Brasília, destaca-se pela excelência em hospedagem, gastronomia e eventos.

A Rede Windsor reúne tradição, solidez e cuidado em cada experiência, proporcionando momentos memoráveis para hóspedes, clientes e parceiros.



Windsor Hotels

Tradição e excelência em cada detalhe

windsorhotels.com
(21)2195-7800

Operação Compliance Zero

Ex-banqueiro teve duas tentativas de colaboração recusadas. Já o executivo da Reag apresentou à PGR proposta para passar informações das fraudes na gestora de fundos

Geraldo Magela/Agência Senado



Mansur apresentou à PGR dados que podem esclarecer a participação da Reag no esquema de lavagem de dinheiro que envolvia PCC e Master

Vorcaro depõe enquanto negocia dizer o que sabe

» ALÍCIA BERNARDES

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro presta depoimento, hoje, à Polícia Federal, por videoconferência, para falar sobre sua atuação junto a diretores do Banco Central na tentativa de impedir a liquidação do Banco Master, determinada pelo BC no fim do ano passado. Esta será a primeira oitiva oficial de Vorcaro pela PF desde que a defesa do banqueiro teve negados, por duas vezes, pedidos para a celebração de um acordo de delação premiada — uma nova tentativa de fechar um acordo de colaboração vem sendo costurado pelos seus novos advogados.

Vorcaro deverá responder a questionamentos dos investigadores sobre as medidas adotadas para tentar evitar a liquidação do Master e sobre eventual participação de integrantes da autoridade monetária nas tratativas. A apuração busca esclarecer as circunstâncias que antecederam a decisão de encerrar as atividades do banco. O depoimento poderá fornecer novos elementos aos investigadores.

Já o ex-presidente e fundador da Reag Investimentos, João Carlos Mansur, apresentou à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma proposta de colaboração premiada com informações sobre uma suposta estrutura financeira articulada com Vorcaro. O mecanismo

teria sido utilizado para ocultar a situação financeira do Master e permitir o desvio de recursos.

Integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR) avaliam que os relatos apresentados por Mansur são mais consistentes do que os fornecidos por Vorcaro, em uma das tentativas anteriores de acordo de colaboração.

A avaliação da PGR é de que a delação do executivo da Reag teria maior possibilidade de avançar por apresentar elementos considerados mais robustos para auxiliar nas investigações. Além das suspeitas relacionadas ao Master, Mansur e a Reag também são investigados no âmbito da Operação Carbono

Oculto. A PF apura se a administradora de fundos teria sido utilizada em um esquema de lavagem de dinheiro, que teria movimentado até R\$ 1 bilhão de recursos relacionados ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

A Reag foi liquidada extrajudicialmente pelo BC em janeiro. Caso a PGR aceite a proposta de colaboração, o acordo ainda precisará ser homologado pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator das investigações relacionadas ao Master. As informações apresentadas por Mansur poderão ser confrontadas com documentos e outros elementos já reunidos pela PF e pelo Ministério Público Federal.

Carbono Oculto: MP-SP denuncia 16

Reprodução



Beto Louco é um dos integrantes do esquema de lavagem do PCC

Ferreira (o Cebola), ele é apontado como um dos controladores da empresa UPBus, usada para lavar dinheiro.

Adulteração

Segundo a promotoria, os acusados teriam angariado R\$ 2,9 bilhões com o esquema. Na denúncia de 189 páginas, os promotores destacam que a articulação criminosa envolvia a importação irregular e a adulteração de combustíveis.

Com base em documentos

apreendidos, informações públicas e dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a PF estimou que mais de 10 milhões de litros de metanol tenham sido desviados para uso irregular em postos de combustíveis. Segundo a denúncia, o esquema durou pelo menos de 2019 a 2025.

Desde as primeiras descobertas da PF sobre o esquema, as instituições de pagamento passaram a ser apontadas como um mecanismo fundamental para a lavagem de dinheiro, a ocultação patrimonial e

» Contra férias de 60 dias dos juízes

Na busca pela modernização do sistema de Justiça, o Grupo de Estudos do Supremo Tribunal Federal (STF) coletou sugestões de entidades da sociedade civil que propuseram uma série de alterações na rotina forense. Foram recebidas 95 contribuições, das quais 87 serão consideradas para debate. Algumas entidades abordaram questões sensíveis e tabus para os magistrados, como as férias — de 60 dias, conforme prevê a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). O Instituto República, por exemplo, sugere vedação de férias superiores a 30 dias e a seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil recomendou o mesmo, sem acúmulo com recesso e conversão em dinheiro se as férias não forem aproveitadas.

a simulação de negócios jurídicos ilícitos. Uma das principais fontes era o BK Bank.

A quebra do sigilo fiscal da instituição permitiu rastrear o fluxo dos recursos e identificar a participação da Aster Petróleo, ligada a Beto Louco. A companhia teria movimentado ao menos R\$ 88 milhões. Ele teria obtido R\$ 261,3 milhões em benefícios financeiros.

Até o fechamento desta edição, nenhum dos denunciados tinha se manifestado por meio de advogados. O BK Bank também não se pronunciou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



A insensatez da chantagem nuclear entre Putin e Zelensky

A Guerra do Peloponeso começou em 431 a.C. como uma disputa pela hegemonia do mundo grego e terminou, 27 anos depois, com a derrota de Atenas, o esgotamento de Esparta e o enfraquecimento de praticamente todas as cidades-estados envolvidas. Segundo Tucídides, o crescimento do poder ateniense e o medo que isso despertou nos espartanos tornaram o confronto inevitável. A guerra resultou de decisões equivocadas, alianças automáticas e cálculos errados.

Os governantes foram incapazes de interromper a escalada. A desastrosa expedição ateniense à Sicília selou o destino da guerra. Apesar dos riscos, os dirigentes de Atenas enviaram uma grande força militar para conquistar Siracusa. Foi uma catástrofe: a frota foi destruída, milhares de soldados morreram ou foram escravizados e Atenas perdeu a capacidade de sustentar sua hegemonia. Entretanto, a vitória final de Esparta também foi efêmera. Décadas depois, a Grécia, fragmentada e exaurida, acabou submetida à Macedônia de Felipe II.

A guerra da Ucrânia repete essa lógica da autodestruição. A invasão ordenada por Vladimir Putin, em fevereiro de 2022, violou a soberania ucraniana e desencadeou o maior conflito europeu desde a Segunda Guerra Mundial. Desde então, cada lado procura melhorar sua posição antes de negociar, como se uma nova ofensiva, um ataque mais profundo ou uma arma mais poderosa pudesse, finalmente, desequilibrar o confronto.

O resultado é uma sucessão de avanços limitados, retaliações e impasses, além de centenas de milhares de mortos e feridos, cidades destruídas, milhões de refugiados e a militarização da Europa. A Rússia não conquistou a vitória rápida que imaginava. A Ucrânia não dispõe de meios convencionais para impor uma derrota completa à potência invasora. Os aliados ocidentais temem tanto o triunfo de Moscou quanto uma escalada que os envolva diretamente. A guerra se alimenta da expectativa de que o adversário cederá.

A recente e misteriosa viagem a Moscou do diretor da CIA, John Ratcliffe, é um sinal de que a escalada deixou de ser apenas retórica. Foi a primeira visita conhecida de um chefe da agência de espionagem norte-americana à Rússia, desde novembro de 2021, quando William Burns foi enviado para advertir Putin sobre os preparativos para a invasão. Desta vez, Ratcliffe se reuniu com dirigentes dos serviços russos, mas não com Putin. Donald Trump classificou a missão como “semirrotineira”, uma desculpa que só aumenta o mistério dos seus objetivos.

A operação teve cuidados reveladores. Washington informou previamente Kiev sobre a presença da delegação e pediu a suspensão temporária de ataques em áreas russas durante seu deslocamento. Um avião militar C-17 voou dos Estados Unidos para a Rússia, com escala na Letônia, enquanto imagens mostravam um comboio diplomático em Moscou. Não se sabe a pauta das conversas. Mas os interesses mútuos são conhecidos: troca de prisioneiros, guerra do Irã, ações de inteligência e mecanismos para evitar um choque militar direto.

Marcha crescente

No contexto da guerra ucraniana, porém, a pauta mais plausível é a escalada da guerra. Quando as chancelarias não conseguem produzir acordos, os canais entre serviços de inteligência assumem a função de transmitir advertências, esclarecer intenções e estabelecer linhas vermelhas. Foi assim durante os momentos mais perigosos da Guerra Fria. A presença de Ratcliffe em Moscou mostra que Washington e o Kremlin reconhecem a existência de riscos fora do alcance da diplomacia convencional.

A questão nuclear está em debate. Autoridades e políticos ucranianos voltaram a lembrar que seu país renunciou ao arsenal soviético instalado em seu território depois da dissolução da União Soviética. Em 1994, pelo Memorando de Budapeste, a Ucrânia, a Rússia, os Estados Unidos e o Reino Unido firmaram um compromisso político segundo o qual Moscou, Washington e Londres respeitariam a independência, a soberania e as fronteiras ucranianas. Kiev aderiu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear e transferiu as ogivas para a Rússia. A invasão russa destruiu a credibilidade dessas garantias.

A Ucrânia abrigava, em 1991, cerca de 1.900 ogivas estratégicas soviéticas, além de milhares de armas táticas, mas não possuía controle operacional nem infraestrutura para mantê-las. Reconstruir seu programa nuclear militar, como admite o presidente Volodymyr Zelensky, exigiria tempo, instalações, tecnologia e testes, além de romper o regime internacional de não proliferação. Mas não é impossível com o conhecimento científico disponível e a ajuda europeia.

Moscou advertiu que não aceita uma Ucrânia nuclear e ameaça promover ataques preventivos, o que pode transformar o conflito regional numa crise mundial. Putin recorre repetidamente ao poder nuclear russo para intimidar a Ucrânia e limitar o apoio ocidental. Mudanças na doutrina militar, exercícios das forças estratégicas e ameaças mais ou menos explícitas nem sempre são apenas propaganda, mas dissuasão: ninguém sabe onde termina o blefe. Basta olhar para a guerra do Irã.

O perigo está no erro de interpretação. Foi assim que guerras anteriores escaparam ao controle de seus protagonistas. Em 1914, quase ninguém desejava uma conflagração europeia de quatro anos, mas ultimos, mobilizações e alianças militares transformaram o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando numa guerra mundial. Hoje, a chantagem nuclear é uma insensatez. Um acordo de paz tornou-se, portanto, mais necessário do que nunca, porém, não pode premiar a agressão russa nem impor a capitulação da Ucrânia.

Dark Horse, a incógnita

Integrantes da campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) têm dito que os valores de distribuição do *Dark Horse*, o filme biográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro, periga inviabilizar a exibição do longa-metragem nos cinemas brasileiros. Por enquanto, o que se sabe até agora é que custou, pelo menos, US\$ 13,3 milhões. Porém, a produtora ainda não apresentou o contrato com Daniel Vorchio, que teria financiado R\$ 61 milhões. Por essas e outras, aquela ideia de lançar o filme em setembro, em plena campanha eleitoral, ainda está pendente.

Hora das contas

A equipe econômica do governo trabalha para fechar o Orçamento e enviá-lo ao Congresso na próxima segunda-feira. A dificuldade está em “fechar as contas”. A percepção de muitos, nos bastidores, é de que haverá déficit tanto em 2027 como em 2028. Nem mesmo o valor do salário mínimo, já adiantado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, de R\$ 1.741, está acertado, uma vez que depende da inflação fechada para realizar o cálculo.

Fuga da polarização

Flávio Bolsonaro deve ficar sem o palanque de Ciro Gomes (PSDB) no Ceará. A missão do ex-governador é se eleger e, ainda que seu partido esteja coligado ao PL, a estratégia em curso é ignorar a disputa presidencial e, assim, tentar buscar os votos de petistas e bolsonaristas. A avaliação dos aliados do tucano é de que, ao ficar distante de Flávio, a campanha tira o único argumento dos petistas contra Ciro: dizer que o ex-governador estaria alinhado a Jair Bolsonaro.

Por falar no Ceará...

O deputado Mauro Benevides Filho (União-CE) foi retirado da vice-liderança do governo da Câmara dos Deputados após políticos do Ceará dizerem a Lula que o parlamentar deixava eleitores confusos. Benevides já declarou, mais de uma vez, o voto em Lula nesta eleição, mas é aliado e coordenador econômico de Ciro Gomes no Ceará. Para petistas, essa posição ambígua de Benevides é prejudicial para a campanha do atual governador, Elmano de Freitas (PT), porque estaria retendo o crescimento dele nas pesquisas.

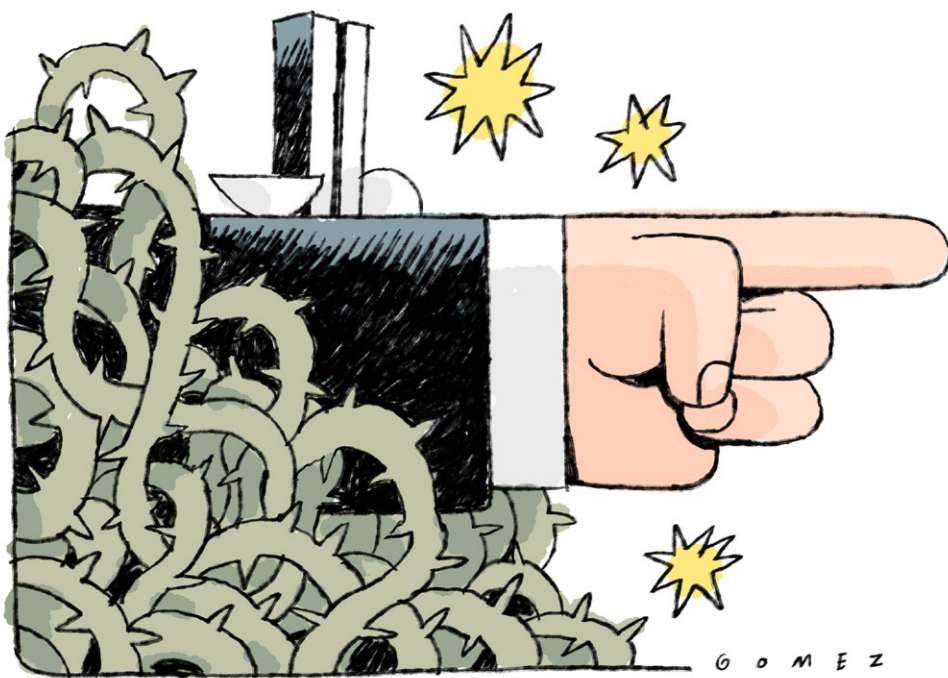
Um acordo, dois objetivos

A conversa entre Lula e os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), vem sob encomenda para dar à campanha do petista um mote que o tire dos assuntos espinhosos, como as suspeitas que envolvem o filho mais velho em tráfico de influência, e as dificuldades que o país atravessa na seara econômica. Para completar, a foto dos três juntos em prol de projetos que regulamentam minerais críticos, taxa das blusinhas e outras matérias bem vistas pela população foi lida no meio político como um ponto que coloca Lula na posição de um líder que dialoga com outros partidos em benefício do povo. Ainda que não consiga aprovar tudo na semana de esforço concentrado,

terá engatilhado o discurso das “entregas”.

» » »

Discurso e receita/ As pautas que serão votadas na semana de esforço concentrado, a partir da próxima segunda-feira, tratam das maiores bandeiras defendidas por Lula: direitos da classe trabalhadora e a proteção da soberania do Brasil. Contudo, nem só de discurso vive o governo do petista. A regulamentação do regime tributário de datas centers, o Redata, deve atrair R\$ 500 bilhões em investimentos, assim como a política nacional de minerais críticos, que deve somar R\$ 192,1 bilhões ao PIB brasileiro até 2050 — segundo estudo da Amcham Brasil. Uma injeção de recursos em um orçamento deficitário.



CURTIDAS

Dois tons.../ O discurso de Hugo Motta no Alvorada foi na linha daquilo que os petistas queriam: falou da conversa entre eles como algo que “o Brasil precisa”. Para muitos políticos, ficou subentendida a necessidade de manter essa configuração.

... de vermelho/ Embora tenha reclamado do pouco tempo para os senadores analisarem as medidas provisórias, Alcolumbre fez questão de elogiar Lula como alguém que sabe rever decisões e ajustar rotas.

Presença em causa própria/ Ao participar apenas do culto de 111 anos da Assembleia de Deus em Alagoas, Arthur Lira (PP-AL) fez seu próprio cálculo — e não se deveu à presença de Flávio Bolsonaro. Embora em política as coincidências passem longe, o ex-presidente da Câmara dos Deputados considerou que não podia ficar fora da festa, ainda mais porque queria aproveitar para vincular o aniversário ao seu número para o Senado na urna eletrônica.

Valter Campanato/Agência Brasil



Por elas/ O IDP promove, amanhã, às 10h, em São Paulo, mais um debate. Desta vez, o tema é “Proteção das mulheres no ambiente digital e o novo dever de cuidado das plataformas”. A moderação será da coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Renata Mielli (foto). O painel conta com a participação do ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva; da gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas no Google, Flávia Annenberg; da gerente de políticas públicas da Meta, Mag Kang; e da diretora-executiva do InternetLab, Fernanda Campagnucci.

Colaborou Rosana Hessel

DEBATE
CANDIDATOS AO GOVERNO
DO DISTRITO FEDERAL



Mantendo a tradição, o Correio Braziliense promove debate com os principais concorrentes ao Palácio do Buriti. Em parceria com a TV Brasília, os nomes que disputam o voto dos brasilienses vão se reunir e apresentar aos cidadãos as propostas que vão nortear os rumos dos próximos quatro anos do Distrito Federal.

1 DE SETEMBRO
A PARTIR DAS 21H

Leia o
QR Code e
saiba mais.





AMBIENTE DIGITAL

Governo aperta cerco contra as big techs

AGU vai à Justiça para obrigar Discord a cumprir medidas de proteção de menores de idade e mulheres. E multa imposta à Meta nos EUA tem tudo para obrigar empresa a ser mais rígida no Brasil sobre acesso de crianças e adolescentes

» PEDRO JOSÉ BORGES
» RAFAELA BOMFIM*

O cerco às big techs se amplia no Brasil. Por um lado, o governo federal decidiu, ontem, recorrer à Justiça para obrigar o Discord a cumprir medidas de proteção contra crimes praticados dentro da plataforma e ampliar a segurança dos usuários, sobretudo crianças, adolescentes e mulheres. Por outro, a multa imposta à Meta nos Estados Unidos, de US\$ 17 bilhões, pode aumentar a pressão para que a dona do Instagram e do WhatsApp adote medidas, em território nacional, para mitigar efeitos do uso de redes sociais na saúde de menores de idade.

No caso do Discord, a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou uma ação civil pública contra a empresa na Justiça Federal do Distrito Federal. Pediu que a plataforma seja condenada a pagar R\$ 500 milhões por danos morais. Segundo o advogado-geral da União, Jorge Messias, a decisão foi tomada após órgãos de segurança reunirem informações sobre práticas consideradas incompatíveis com a legislação brasileira.

“Demonstramos que esta plataforma tem permitido, a partir do que chamamos de proteção insuficiente a mulheres, crianças e adolescentes, a prática de uma série de violações legais frente ao ordenamento jurídico brasileiro”, afirmou. A ação da AGU não pede a suspensão temporária nem a proibição do funcionamento do **Discord** no Brasil.

Messias considerou a situação é “absolutamente insustentável” e que a iniciativa foi adotada por orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ação inclui um pedido cautelar para que o Discord seja obrigado a adotar medidas previstas nas normas brasileiras.

Segundo Messias, as negociações com a plataforma se encerraram segunda-feira sem que houvesse acordo. “A empresa, ao cabo da reunião que nós tivemos na última segunda-feira, se negou a assumir perante a sociedade brasileira e perante o Estado brasileiro o cumprimento de obrigações legais”, explicou.

Andressa Anholete/Agência Senado



Demonstramos que esta plataforma tem permitido, a partir do que chamamos de proteção insuficiente a mulheres, crianças e adolescentes, a prática de uma série de violações legais frente ao ordenamento jurídico. (...) A empresa se negou a assumir perante a sociedade e perante o Estado o cumprimento de obrigações legais”

Jorge Messias, ministro da Advocacia-Geral da União

Tragédia em Naviraí

O Discord passou a ser alvo das autoridades brasileiras após a investigação sobre o suicídio de uma adolescente de 13 anos, em Naviraí (MS), que teria sido incitada a tirar a própria vida durante uma transmissão na plataforma. Por causa disso, a Agência Nacional de Proteção de Dados determinou, em 12 de agosto, a suspensão das transmissões ao vivo no Brasil. O episódio também levou a discussões sobre os mecanismos utilizados pela empresa para identificar situações de risco e impedir conteúdos relacionados à automutilação e ao incentivo ao suicídio.

Reflexos

No caso da Meta, a multa bilionária do governo norte-americano deve impactar as decisões da empresa no Brasil e levá-la a adotar um rigor maior sobre o uso do seus produtos por crianças e adolescentes. De acordo com Luiz Augusto Filizzola D’Urso, especialista em direito digital e presidente da Comissão Nacional de Crimes da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracim), “é muito provável que elas (autoridades brasileiras) também analisem os impactos semelhantes sofridos pelos usuários. O adolescente brasileiro também se vicia e também enfrenta problemas de saúde mental em relação ao uso dessas plataformas”.

Para Filizzola D’Urso, a repercussão internacional do caso pode estimular uma atuação

mais rigorosa de órgãos reguladores brasileiros. Ele cita que a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deve fiscalizar a Meta com mais rigor para confirmar o respeito da empresa ao ECA Digital.

Filizzola D’Urso salienta que o Brasil dispõe de mecanismos de proteção de dados e de crianças e adolescentes no ambiente digital, mas a legislação tem limitações sobre o caráter viciante das plataformas. Na avaliação do advogado, existem outros caminhos jurídicos que podem ser utilizados para questionar a atuação das empresas. Entre eles, situações envolvendo o tratamento inadequado de dados pessoais de menores de idade e a monetização dessas informações pelas plataformas.

“São justificativas que poderiam dar base legal para uma ação por parte de algum órgão

brasileiro”, explica.

Como parte do acordo nos EUA, a Meta deverá implementar mudanças no funcionamento do Facebook e do Instagram para adolescentes. As medidas serão adotadas de forma progressiva e incluem limite padrão de duas horas diárias de uso, bloqueio dos aplicativos durante a madrugada e redução das notificações durante o horário escolar.

Em carta aberta depois da multa bilionária nos EUA, a Meta afirmou que deseja que as medidas a ela impostas sejam adotadas por outras plataformas, especialmente TikTok e YouTube. A dona do Instagram e do WhastApp argumenta que as medidas terão efeito limitado caso sejam implementadas apenas em suas próprias plataformas, porque os adolescentes poderiam migrar para serviços concorrentes.

REDES SOCIAIS

Em vídeo emocionado, Lito avisa: jogo continua

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O influenciador Lito Sousa, de 59 anos, divulgou ontem um vídeo gravado no dia em que recebeu a confirmação do diagnóstico de doença de Creutzfeldt-Jakob, condição neurológica rara, degenerativa e sem cura conhecida. Na gravação, refletiu sobre sua vida como piloto, os próximos projetos e o futuro com o filho. O registro foi feito antes de ele e a mulher, a empresária Mila Seidl, tornarem o caso público.

Lito diz que, após o diagnóstico de um câncer de próstata, enfrentou uma inflamação no cérebro, que foi tratada inicialmente como encefalite autoimune. A doença de Creutzfeldt-Jakob foi confirmada posteriormente. “Vocês sabem: eu sou uma pessoa rara, então

veio o diagnóstico de uma doença extremamente rara. Pela raridade dela, não tem tratamento. Eu quis gravar esse vídeo enquanto ainda tenho cognição, porque não sei quanto tempo (posso perdê-la). Pode ser semanas, pode ser meses, não sei”, afirmou.

Apesar do diagnóstico, Lito diz que irá continuar acreditando nas possibilidades e que manterá a fé. “O jogo só acaba quando termina. Sou um homem de ciência, mas também de muita fé e a gente nunca sabe o que pode acontecer. Milagres ocorrem”, disse.

Antes de divulgar o vídeo, Mila explicou que teve dificuldade para assistir à gravação porque o conteúdo foi registrado logo após a confirmação da doença. Lito havia pedido para mostrar à comunidade o que estava sentindo.

Reprodução/YouTube



Lito e Mila se abraçam ao fim da gravação após o diagnóstico da doença

“Fui extremamente feliz em tudo que eu fiz. Então, tive uma vida maravilhosa. Até na hora de receber uma notícia ruim, pensei: ‘Caramba, ainda tenho minha cognição, ainda posso me despedir das pessoas. Não foi um acidente que tirou minha vida assim’, explicou.

Futuro

Ele se emocionou ao falar do futuro do filho, de sete anos. Lito garante que não tem medo da morte, mas teme a forma como a criança vai lidar com a ausência. “Queria ter muito mais

tempo com ele. Queria tomar muita ‘caneta’ (drible quando a bola passa entre as pernas do adversário) dele. Ele joga bola me dando ‘caneta’”, brincou.

Em seguida, disse: “Eu, que não tenho medo de nada, não tenho medo de morrer. Não tenho. Não tenho, porque eu vivi uma vida boa, uma vida em que nunca fiz mal para ninguém. Então, estou muito sossegado com isso. Mas não sei como falo para ele (o filho) que vou virar estrelinha.”

Após o diagnóstico tornar-se público, Lito e Mila procuraram alternativas para tentar obter acesso a tratamentos experimentais. A família busca o uso compassivo de medicamentos, possibilidade que pode permitir, em determinadas situações, o acesso a remédios ainda sem registro e fora de ensaios clínicos. “A gente já sabe que não vai conseguir entrar nos estudos, mas a gente pode pedir”, explicou.

*Com Rafaela Bomfim, estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi



Eu, que não tenho medo de nada, não tenho medo de morrer. Não tenho. Não tenho, porque eu vivi uma vida boa, uma vida em que nunca fiz mal para ninguém. Então, estou muito sossegado com isso. Mas não sei como falo para ele (o filho) que vou virar estrelinha”

Lito Sousa, em vídeo gravado depois de receber o diagnóstico da doença de Creutzfeldt-Jakob



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias		Dólar	Últimos	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
0,01% São Paulo	0,21% Nova York	171.031	Na quarta-feira	19/agosto 5,176 20/agosto 5,193 21/agosto 5,145 24/agosto 5,153 25/agosto 5,140	R\$ 1.621	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %) Marco/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07
		21/8 24/8 25/8 26/8	R\$ 5,151 (+ 0,22%)				R\$ 6,004	13,90%	13,82%

EMPRESAS

Onda recorde de recuperações judiciais

Grupo Habib's declara R\$ 265 milhões em dívidas e soma-se à lista de mais de 6,3 mil empresas que entraram com processo

» ROSANA HESSEL

O cenário de incertezas na economia combinado com juros elevados e endividamento recorde das famílias tem afetado a saúde financeira de empresas tradicionais de vários segmentos. O resultado é um número recorde de pedidos de recuperação judicial.

Gigantes em suas áreas, como a varejista Casas Bahia e a petroquímica Braskem entraram nessa lista, apresentando dívidas bilionárias neste mês, depois do primeiro semestre ter batido recorde de recuperações judiciais, conforme dados do Monitor RGF-Bizdoc, com 6.341 empresas em recuperação judicial.

Na segunda-feira, foi a vez da rede de fast-food Habib's entrar com o pedido no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que foi aprovado no dia seguinte. A consultoria norte-americana KPMG foi designada para administrar o processo do grupo. Procurada, a KPMG no Brasil informou que “por motivos de cláusulas de sigilo e regras da profissão, está impedida de se manifestar sobre casos envolvendo clientes ou ex-clientes da firma”.

O Grupo Habib's informou, por meio de nota, que o pedido de recuperação judicial tem como objetivo “preservar a sustentabilidade e a evolução do negócio no longo prazo”. “As operações do Grupo seguem funcionando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes, a rotina e a qualidade de

divulgação



No documento em que pede a recuperação judicial, empresa atribui a crise financeira à pandemia da covid-19, além dos juros altos

suas unidades”, acrescentou a nota.

A rede Habib's tem quase 40 anos de atuação no mercado brasileiro e é controlada pelo grupo Gennius, dono das marcas Ragazzo e Tendall Grill. No pedido de recuperação judicial, o grupo declarou ter uma dívida de R\$ 265,2

milhões. O ainda grupo atribuiu como um dos principais motivos para a crise financeira da empresa a perda no movimento das lojas físicas em shoppings e centros urbanos após a pandemia da covid-19, além da expansão do delivery.

Juros como vilão

Os juros elevados foram outro fator apontado no pedido do Habib's, assim como nos processos dos varejistas Casas Bahia e Marabraz. Atualmente, a taxa básica da economia (Selic) está em 14% ao

ano, mas os juros reais (descontada a inflação) no Brasil lideram o ranking global e continuam em patamares restritivos, contribuindo para o processo de desaceleração da atividade econômica neste ano.

Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação

Brasileira de Bancos (Febraban), reconhece que os juros elevados agravam o problema financeiro das empresas em um cenário de atividade econômica em desaceleração. “Mas o problema é anterior a isso. A inadimplência vem crescendo desde 2000, mesmo quando os juros eram baixos”, alertou. Segundo ele, existem três fatores que estão espremendo as empresas: a inadimplência subindo, os spreads (diferença entre as taxas de captação e de empréstimos dos bancos, onde estão incluído os custos operacionais e a margem de lucro) e a demanda por crédito, que diminui devido à desaceleração da economia.

Carlos Akira Sato, especialista em governança e insolvência empresarial e cofundador da consultoria da Syscapital, destacou que existe um cenário de contradições no mercado atual para o movimento recorde nos pedidos de recuperação judicial (RJ). Além disso, lembrou que o RJ é um instrumento sofisticado e acessível para médias e grandes empresas apenas. “A recuperação judicial é um instrumento sofisticado. Tem um custo elevado, envolve assessores econômicos, advogados, mais voltado para médias e grandes empresas. Elas precisam demonstrar que o negócio ainda é viável para terem essa proteção em relação aos credores”, explicou. Para ele, as empresas não devem culpar a covid-19 na atual conjuntura.

Explicações para crise no varejo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
Enviado especial

Florianópolis - A empresária Luíza Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, elencou, ontem, a taxa básica de juros (Selic) — em 14% ao ano — e o avanço avassalador das apostas on-line (bets) como fatores cruciais para explicar os desafios e a crise enfrentados pelo setor de varejo brasileiro.

As declarações foram dadas em conversa com jornalistas durante o Startup Summit, evento organizado pelo Sebrae, em Florianópolis. “Alguns varejos estão indo muito bem, já outros varejos não, mas eu sempre vivi altos e baixos do varejo.

Os juros atrapalham, as bets atrapalham. As bets hoje estão indo para a classe mais simples”, apontou.

Para Luíza, que também integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do governo Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Conselho, o impacto das apostas vai além do dinheiro, atingindo a saúde das famílias de menor renda. “Não é só o problema de dinheiro. Pegou uma camada simples que está endividada, recebe pressão e entra em depressão. O emprego está com um bom nível, mas os gastos com bets estão muito altos”, avaliou. A executiva da Magazine Luiza, embora tenha se posicionado contra os

efeitos negativos das bets, negou-se a responder perguntas sobre políticas públicas para lidar com o consumo de apostas por jogos on-line.

Iniciativas de prevenção e de orientação às famílias sobre possíveis efeitos nocivos de bets têm sido adotado pela Magazine Luiza para seus funcionários. A fala da presidente do conselho do Magalu ocorreu em um momento delicado para o setor, dias após a concorrente Casas Bahia anunciar pedido de recuperação judicial. No âmbito do próprio Magazine Luiza, a empresa registrou prejuízo de R\$ 51,4 milhões no segundo trimestre deste ano.

Mesmo diante dos dados sobre prejuízo na Magazine Luiza e em

outras iniciativas do varejo, Luíza Trajano ponderou que a crise é passageira. “Isso vai voltar, o varejo sempre teve aqueles que sobreviveram e os que não conseguiram, mas o varejo vai sobreviver”, projetou a executiva.

Frente ao cenário de transformações no varejo a partir da concorrência com gigantes do e-commerce e do marketplace, Luíza destacou que a velocidade na entrega tornou-se tão determinante quanto preço e qualidade do produto. Segundo a empresária, a exigência por celeridade impulsionou uma reestruturação logística nas empresas para reduzir custos de giro.

“Hoje, as empresas estão tendo centros de distribuição muito

Junior Somensi/Sebrae



Magalu registrou prejuízo de R\$ 51,4 milhões no segundo trimestre

mais perto do local de entrega do que antigamente, quando você tinha um centro só que abastecia várias lojas. Hoje, você está

dividindo isso melhor”, comentou.

***O repórter viajou a convite do Sebrae**

POLÍTICA FISCAL

Dívida pública chega a R\$ 9,29 trilhões

» RAPHAEL PATI

Em mais um mês de expansão, o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) registrou um crescimento de 1,91% em julho na comparação com o mês anterior. Os dados divulgados, ontem, pelo Tesouro Nacional mostram que o volume total dessa dívida passou de R\$ 8,63 bilhões para R\$ 8,79 trilhões no

período. Os números foram apresentados durante coletiva na sede do Ministério da Fazenda, em nova edição do Relatório Mensal da Dívida (RMD).

A DPF é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Nesse valor, é incluído o refinanciamento da própria dívida, bem como os recursos usados para

realizar operações com finalidades específicas definidas em lei.

Esse endividamento ocorre por meio da emissão de títulos públicos ou pela assinatura de contratos. A DPF é dividida em dois tipos: a Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que circula no mercado nacional, é paga em real e é captada por meio da emissão de títulos públicos, e a Dívida Pública Federal externa (DPFe), que ocorre no âmbito do mercado internacional e é paga em outras moedas. Atualmente, a proporção é de cerca de 95% da dívida em DPMFi e 5%, em DPFe.

Em julho, a DPMFi, que representa a maior parte da dívida total, teve um crescimento similar

ao valor total, de 1,93%, passando de R\$ 8,3 trilhões para R\$ 8,46 trilhões. Já a DPFe teve um avanço de 1,28% no mesmo período e encerrou o mês de julho em R\$ 335,88 bilhões, sendo R\$ 288,91 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 46,98 bilhões relativos à dívida contratual. De acordo com o Tesouro, o prazo médio da DPF registrou um leve aumento na passagem de junho para julho, de 4,10 para 4,12 anos. Além disso, também houve avanço no prazo médio da DPMFi, de 3,99 anos para 4 anos, ao passo que o prazo da DPFe cresceu de 6,98 anos para 7,04 anos.

O Tesouro revisou os limites de referência para a composição

da DPF previstos no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2026. A equipe econômica elevou o teto da participação dos títulos remunerados pela Selic e reduziu os intervalos para papéis prefixados e atrelados à inflação. A atualização, no entanto, manteve a projeção de estoque total da DPF entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões até o fim deste ano, ante os R\$ 8,646 trilhões registrados em 2025.

O coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Helano Borges Dias, explica que a revisão ocorre a partir de um aumento de inclinação da curva de risco local nos últimos meses, em razão principalmente do conflito no Oriente

Médio. Segundo ele, o reflexo de uma política monetária contractionista é percebido ao redor do mundo, e não somente no Brasil. “No Brasil, no curto prazo, a gente tem observado tanto os indicadores de inflação quanto de nível de atividade vindo favoravelmente, indicando que o Copom poderia seguir com a flexibilização da política monetária. Então, esse movimento aqui no curto prazo está bastante associado à dinâmica doméstica e do médio e longo prazo na curva, associada principalmente ao cenário externo, impactando aí sobre os treasuries (títulos do Tesouro norte-americano) e sobre perspectiva de política monetária lá fora”, avalia.

POLÍTICA PÚBLICA

“O SUS tem de ser repensado”

Em livro, o ex-deputado Índio da Costa faz o diagnóstico que pode levar o Sistema Único de Saúde à falência em breve

» CAETANO YAMAMOTO*

O Sistema Único de Saúde (SUS) está falido e tem que ser repensado. A tese é do advogado especialista em gestão Índio da costa, que acaba de lançar o livro *SUS: A verdade que ninguém conta*.

Em entrevista ao Podcast do **Correio**, o autor deixa claro que não defende o fim do sistema que, para ele, “é extraordinário” e atende ao requisito constitucional da universalização da saúde. Ao contrário, ele acredita ser necessário investir mais na saúde pública. “Eu não conheço nenhum sistema melhor do que o SUS, só que ele exige recursos. Se não colocarmos recursos, do jeito que está hoje, ele não será universal, integral e gratuito, como diz a lei. A lei diz que é dever do Estado prover saúde”, defendeu, no diálogo com os jornalistas Denise Rothenburg e Rony Nery Nunes.

Ele contou que foi por ser “um



A Denise Rothenburg e Ronayre Nunes, o ex-deputado afirmou defender o SUS por ser "um sobrevivente"

sobrevivente” após várias doenças, incluindo a covid-19, que ele decidiu escrever o livro que enaltece a universalização do atendimento

às pessoas que necessitam. “A covid foi muito impactante para mim, porque o senador Aroldo de Oliveira, que era um querido amigo,

estava no quarto do lado. Eu só soube quando eu saí do hospital, que ele não aguentou, morreu. E a grande verdade é que me

sensibilizou muito além da morte dele, eu ter visto todos aqueles médicos e enfermeiros, enfermeiras entrando, vestidos de astronauta para salvar a minha vida e a das outras pessoas, arriscando próprias vidas. Eu disse: 'Bom, tenho que devolver isso de alguma maneira' e aí está essa obra que é reflexo dessa história."

Índio da Costa, que abandonou a vida pública em 2018 após uma longa carreira política — incluindo a candidatura a vice-presidente na chapa com José Serra, em 2010 —, sugere que o Estado destine mais recursos para os hospitais conveniados, chamados SUS privado, como as Santas Casas e a Beneficência Portuguesa. “O governo, hoje, coloca R\$ 168 milhões no SUS privado. O valor é muito alto, ninguém discute. Mas, na hora que você vê individualmente por procedimento, um atendimento médico, que é uma consulta por R\$ 10, uma consulta com médico especialista, R\$ 11, uma aminocenteses, que

custa R\$ 1.000 no setor privado, o SUS paga R\$ 2,20. Essa é uma conta que não fecha”, apontou, citando que esse sistema acaba por endividar as instituições conveniadas.

Se de um lado, Índio da Costa defende a elevação dos repasses, diz que é preciso, de outro, conscientizar os usuários quanto ao desperdício do dinheiro público. “Existe o cidadão que passa por consultas sucessivas, recebe pedidos de exames e não os realiza. Ele acaba retornando ao médico repetidas vezes apenas para revalidar pedidos vencidos. Em dado momento, ele percebe que seu estado de saúde piorou e decide que precisa, de fato, fazer os exames. Ele consulta o médico, solicita os exames, realiza-os, mas posteriormente não faz o tratamento recomendado e agrava a doença. Infelizmente, isso é muito mais comum do que se imagina”, ressaltou.

***Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

IPCA-15

Prévia da inflação mostra queda de 0,4%

» PEDRO JOSÉ BORGES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou deflação de 0,40% em agosto de 2026, segundo dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa uma queda de 0,46 ponto percentual em relação à taxa de julho, quando o

índice havia avançado 0,06%.

Com o resultado de agosto, o IPCA-15 acumula alta de 3,09% em 2026. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa ficou em 4,24%, abaixo dos 4,52% registrados no período encerrado em julho. Em agosto de 2025, o índice havia apresentado queda de 0,14%. A deflação deste ano foi puxada, principalmente, pelos

grupos Habitação, Transportes e Alimentação e bebidas. Habitação apresentou recuo de 1,41% e teve o maior impacto negativo sobre o índice. Em Transportes a queda foi de 1%. Já o grupo Alimentação e bebidas recuou 0,57%.

Do lado das altas, os destaques foram Despesas pessoais, com elevação de 0,66%; Saúde e cuidados pessoais subiu 0,40% e Educação teve alta de 0,46%. Entre os demais grupos, Artigos de residência registrou alta de 0,04% e Vestuário apresentou queda de 0,20%. Comunicação repetiu a variação negativa de 0,02% observada em julho e não teve impacto relevante sobre o

resultado geral.

Para o economista do PicPay, Matheus Pizzani, o resultado mostra a influência de fatores como a produção agropecuária, o comportamento dos preços dos alimentos, a estabilidade cambial e os efeitos da política monetária sobre setores mais sensíveis aos ciclos econômicos. Como a maior estabilidade apresentada pelo câmbio e o próprio efeito dos juros sobre grupos cuja inflação é mais sensível aos ciclos econômicos, caso dos industriais, seguem cumprindo com suas respectivas atribuições no que diz respeito ao processo de desaceleração e controle inflacionário”, explica.

Resistências

Apesar da desaceleração observada no índice, Pizzani avalia que a inflação de serviços continua sendo o principal ponto de atenção no curto prazo. Segundo ele, a resistência desse segmento está relacionada à dinâmica do mercado de trabalho e à expansão da renda. Na avaliação do economista, a desaceleração dos indicadores de atividade ainda não foi suficiente para indicar uma mudança clara na trajetória da inflação de serviços. Para ele, uma inflexão mais consistente dependerá da manutenção de uma política de juros restritiva por um

período prolongado. “É necessário destacar que mesmo do ponto de vista do crescimento, atividades mais ligadas ao nível de renda disponível e, consequentemente, à inflação de serviços ainda não apresentaram trajetória nítida de inflação, movimento que deve ser observado apenas em face da manutenção prolongada de uma política de juros restritiva”, diz.

O economista, porém, alerta para o aumento dos riscos de alta para a inflação com a aproximação do fim do ano. Entre os fatores de preocupação está o possível impacto do fenômeno El Niño sobre os preços dos alimentos.

PRÊMIO **BRBCARD** DE GASTRONOMIA

encontro
Gastrô
BRASÍLIA

VOCÊ EXPERIMENTA. VOCÊ VOTA.
**VOCÊ ELEGE OS
MELHORES.**

**ESCANEE O QR CODE E
CONHEÇA OS VENCEDORES.**

PATROCÍNIO:

SENAI Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

OFERECIMENTO:

Del
Maipo

APOIO:

SEBRAE

ASAS
CERTIFICAÇÃO
DIGITAL

SPECIAL
ESPRESSO

**CORREIO
BRAZILIENSE**

REALIZAÇÃO:

**INSTITUTO
CERADU CULTURAL**

FOMENTO:

Secretaria
de Desenvolvimento
econômico trabalho
e renda

**GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL**



Aponte a câmera do celular para o QR Code, veja imagens da enchente e ouça o relato do piloto Aman Budhathoki

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



CATÁSTROFE NO HIMALAIA



Câmeras de segurança registraram a chegada da massa de terra e de detritos que arrastou carros, ônibus e pessoas, no Porto de Gyirong, posto fronteiriço na Região Autônoma do Tibete

Lama sepulta centenas e destrói vilarejos

Deslizamento de neve e terra provoca inundação de rio entre a fronteira de Nepal e China. Tragédia mata pelo menos 160, arrasa com povoados e deixa mais de 300 turistas de 28 países desaparecidos. Especialista explica fenômeno

» RODRIGO CRAVEIRO

O relógio do nepalês Aman Budhathoki, 28 anos, marcava 9h12 quando ele avistou, do helicóptero que pilotava, algo parecido com poeira subindo do leito do Rio Bhote Koshi (também conhecido como Rio Trishuli). A tarefa do capitão era buscar indianos e nepaleses em Timure, na Cordilheira do Himalaia, na fronteira entre Nepal e China. A cinco minutos do local do pouso, a imagem diante de seus olhos parecia surreal. “Vimos ondas de cinco ou seis metros. Era uma água escura, carregada de destroços, descendo em disparada e se misturando com a água do rio”, relatou ao **Correio**.

Aman tentou contato com a torre de controle de Katmandu, capital do Nepal, mas não havia sinal de rádio. “Sobrevoamos os vilarejos e vimos árvores e veículos serem arrastados pelas correntezas.” A três quilômetros dali, no Porto Gyirong, passagem fronteiriça entre o Nepal e a Região Autônoma do Tibete, na China, câmeras de segurança flagraram o horror. Uma massa gigantesca de lama chegou a toda velocidade, enquanto as pessoas corriam em busca de alguma proteção. A inundação carregou ônibus como se fossem brinquedos e engoliu tudo pela frente.

Até o fechamento desta edição, 160 corpos tinham sido resgatados, e os socorristas buscavam centenas de desaparecidos — entre eles, pelo menos 341 turistas de 28 países, segundo uma autoridade do Nepal. Cem indianos, 54 americanos, 53 ucranianos e 33 britânicos podem ter sido soterrados pela lama. Muitos peregrinos hindus estariam na região. “A China está a 15 minutos de carro da fronteira em Rasuwa, um dos locais afetados. Uma peregrinação até um local sagrado em território chinês, chamado de Kailash Parvat, usa essa rota. Por isso, ela estava repleta de turistas indianos”, explicou o piloto Aman Budhathoki.

A ruptura de uma geleira é a causa mais provável do deslizamento e das inundações. O desprendimento de um bloco de gelo de 600m de largura provocou um tremor equivalente a um terremoto de magnitude 5.2 na escala Richter (aberta, raramente chega a 9). Vilarejos foram devastados e cobertos pela lama. “Vi como as águas levaram pela frente oito ou nove caminhões, além de casas e pessoas”, contou à agência France-Presse Suman Chalise, professor do vilarejo nepalês de Nukawot. “Fui testemunha de uma devastação de magnitude que nunca vi igual.”

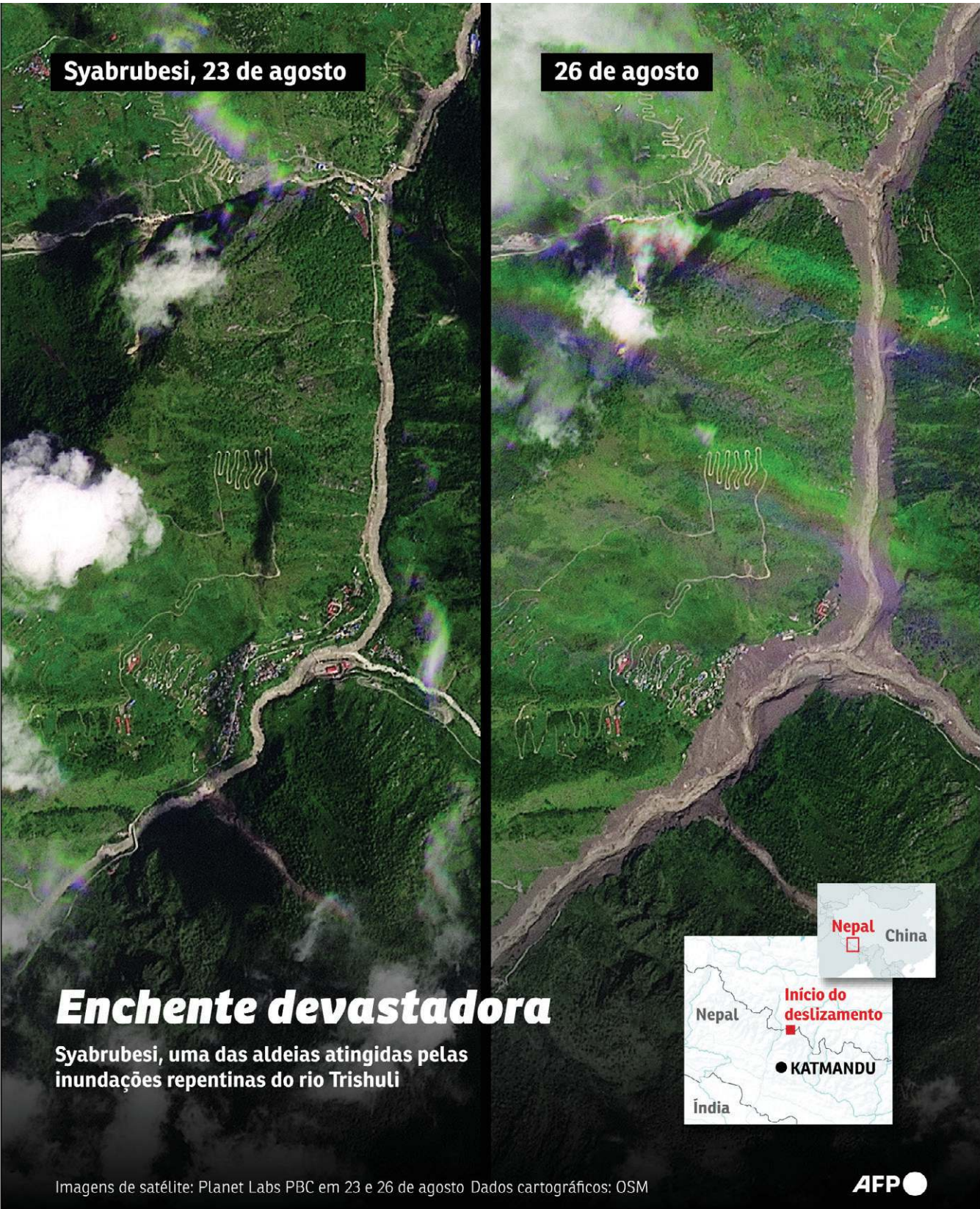
Durante toda a noite, 11 equipes de socorristas trabalharam na remoção de corpos e na busca por sobreviventes. O primeiro-ministro do Nepal, Balendra Shah, apelou por união e conclamou o povo a ter “paciência”. “Quero assegurar-lhes que não estão sozinhos nestes momentos difíceis: o Estado está com vocês com todos os seus meios e recursos”, afirmou Shah, por meio de nota publicada nas redes sociais. Uma chuva persistente caiu na região, dificultando os trabalhos de resgate. A comunidade internacional colocou-se à disposição para ajudar os nepaleses e prestou solidariedade pela catástrofe.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro afirma que “o governo tomou conhecimento, com consternação, dos trágicos deslizamentos de terra e inundações no Nepal e na Região Administrativa Autônoma do Tibete, na China”. Segundo a nota, o Brasil expressa “profundo pesar e solidariedade às famílias das vítimas,

Prabin Ranabhat/AFP



Casas cobertas pela lama depois das enchentes em Trishuli Bazar, no distrito de Nuwakot: socorristas correm para salvar vidas



Enchente devastadora

Syabrubesi, uma das aldeias atingidas pelas inundações repentinas do rio Trishuli

Imagens de satélite: Planet Labs PBC em 23 e 26 de agosto Dados cartográficos: OSM

AFP

ao povo e ao governo do Nepal e da China”. Até a noite de ontem, não havia registro de brasileiros entre as vítimas. O secretário de Estado americano, Marco Rubio, declarou que os EUA estão prontos para enviar ajuda humanitária. O secretário-geral da ONU,

António Guterres, prestou condolências e expressou solidariedade aos afetados.

Simon Cook, geocientista especialista em glaciologia e em geomorfologia da Universidade de Dundee (Escócia), tem uma explicação científica para a tragédia,

depois de realizar uma análise de imagens de satélite de antes e de depois da enchente. “Está claro que parte de uma geleira se desprendeu a pouco mais de 5 mil metros de altitude e caiu a até 3.700m. Foi uma queda livre de 1.300m. O gelo teria sido

Eu acho...



Arquivo pessoal

“Sistemas de alerta precoce de avalanches são possíveis, mas não acho que houvesse um em funcionamento neste caso. Eles exigem uma rede de instrumentos para monitorar o local, tais como câmeras e sismômetros capazes de detectar os primeiros sinais de perigo. Nesse caso, não creio que os primeiros vilarejos e o posto de fronteira entre o Nepal e a China teriam sido salvos, pois estavam muito próximos do local da avalanche.”

Simon Cook, geocientista especialista em glaciologia e em geomorfologia da Universidade de Dundee (Escócia)



Arquivo pessoal

“Nunca testemunhei tamanha fúria da natureza. A força da enchente foi algo incomparável a qualquer coisa que eu tenha visto. A situação por aqui é crítica. Eu e meus colegas levamos em nossos helicópteros médicos, socorristas, comida e suprimentos médicos até as áreas afetadas. Ainda há muitos resgates por fazer.”

Aman Budhathoki, piloto de helicóptero nepalês que sobrevoou a parede de lama

pulverizado e transformado em água, e foi isso que pensamos ter causado a enchente”, explicou ao **Correio**, por e-mail. “Com base nas fotos de satélite, parece que havia neve em algumas das geleiras nessa altitude ainda ontem (terça-feira), mas hoje ela desapareceu. É possível que tenha ocorrido um evento de derretimento que permitiu a entrada de água na geleira por meio de fendas. A água, então, chega à base da geleira, tornando-a mais escorregadia e aumentando a probabilidade de deslizamentos”, acrescentou Cook.

Em nota, o Icimod — agência de gestão de desastres do Nepal — corroborou a tese de Cook. “Uma avaliação preliminar baseada em vídeos e em dados das áreas afetadas sugere que um grande volume de gelo e rochas possa ter entrado no Lende Khola, afluente do Rio Bhote Koshi. Observações hidrológicas indicam a velocidade e a magnitude excepcionais da onda. Os níveis de água no Rio Bhote Koshi aumentaram nove metros em 30 minutos”, afirma.

Leia mais sobre a tragédia no Nepal na página 12

VISÃO DO CORREIO

Reunião Brasil-EUA não é resultado da coincidência

A reunião virtual entre o ministro Márcio Elias Rosa (Indústria, Comércio e Serviços) e Jamieson Greer, representante de comércio norte-americano, na próxima segunda-feira, indica bem mais do que a retomada das negociações para a suspensão das tarifas sobre as exportações para os Estados Unidos. Insinua uma alteração nas relações políticas entre os países, cujo cenário de fundo são as eleições presidenciais brasileiras de outubro.

Uma fileira de acontecimentos teria mostrado que nenhuma interferência externa será capaz de influenciar na escolha do eleitor e no resultado da corrida ao Palácio do Planalto. Mas um foi o mais contundente: a reunião convocada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 17 de agosto, com representantes diplomáticos.

No encontro, o ministro Kássio Nunes Marques fez uma veemente defesa do processo de votação e da urna eletrônica, cujo funcionamento é colocado em dúvida por pelo menos um dos atuais presidentiáveis. Na mesma sessão, e em adição às informações do magistrado, o corpo técnico do TSE aprofundou as explicações para o entendimento do sistema eleitoral.

A encarregada de negócios interina da embaixada dos EUA no Brasil, Kimberly Kelly, estava entre os convidados para a reunião no tribunal.

Depois disso, em 21 de agosto, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump conversaram por mais de uma hora sobre a relação bilateral. Esse diálogo destravou a conversa entre Elias Rosa e Greer, na próxima segunda-feira.

Mas um terceiro episódio, em 23 de agosto, chama a atenção. Passou quase despercebida a entrevista que o futuro embaixador norte-americano no Brasil, Daniel Perez, concedeu a um programa de tevê da

emissora WPLG Local 10, da Flórida, onde era presidente da Câmara dos Representantes. Em certo momento, diz textualmente:

“Não haverá nenhum envolvimento da minha parte em relação à eleição no Brasil. Isso é algo para os brasileiros decidirem. Eles têm um processo eleitoral pelo qual têm de passar em outubro, e qualquer um que sair vitorioso será o líder do Brasil e será com quem eu vou trabalhar”.

É mais do que conhecida a estreita ligação de Perez com o secretário de Estado, Marco Rubio — que comemorou o fato de que “pela primeira vez, em 15 ou 20 anos, a maioria dos governos da América Latina é pró-Estados Unidos”, devido às recentes vitórias de candidatos direitistas nas eleições presidenciais do Peru e da Colômbia.

Ninguém desconhece que o tarifaço decretado por Trump, em julho de 2025, tem como alicerce uma mentira — a suposta condenação de um ex-presidente ao arrepio da lei, resultado de inexistente perseguição política. Todo o contencioso que se seguiu foi somente o prolongamento dessa fábula. A seção 302 do United States Trade Representative (USTR) é um braço da farsa, pois acusa o Brasil de manter relações comerciais injustas com os EUA. Aponta até um irreal superavit comercial brasileiro.

A pressão econômica para interferir na política brasileira é clara desde o início — e conta com a dedicada atuação de agentes nacionais, que trabalham junto a setores do trumpismo. Barreiras de contenção ao avanço da intromissão norte-americana foram erguidas e, até então, nenhuma parecia ser eficiente, nem mesmo a adoção da Lei da Reciprocidade. Mas, desde a reunião do TSE, há sinais de desinvestimento.

Na política, acredita-se em muitas coisas. Menos em coincidências.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Maria Elisa Costa

Tristeza imensa pela perda irreparável de Maria Elisa Costa, eterna e atuante defensora dedicada e apaixonada pela nossa Brasília, cidade que juntas vimos nascer. Existência recheada de muito afago e afeto pela cidade e sua gente. Acompanhei de perto toda a sua trajetória, atenta e com apurada sensibilidade em defesa dos princípios que deram à nossa capital grandiosa respeitabilidade e proteção internacional, seguidora que foi do pai, o inesquecível Lucio Costa, exemplo de cidadania, dedicação e amor à população. Hoje, mais do que nunca, em sua memória, devemos nos unir em lembrança de uma de suas mais dedicadas preocupações: defesa da linha do horizonte da nossa Brasília, que ela tanto amou e protegeu. Agora, parte para estar junto ao mestre Lucio Costa. Não temos nesta vida cidade permanente, mas caminhamos em busca da futura.

» Natanry Osorio
Lago Sul

Diploma de jornalismo

Estamos na semana do Dia D em defesa do diploma de jornalismo. Essa pauta interessa a todas as pessoas, não somente a nós jornalistas e/ou docentes de jornalismo. Várias entidades sérias, a exemplo da Fenaj, Abej, Intercom e SBJor, estamos mobilizados pela defesa da obrigatoriedade do diploma de graduação para o exercício profissional do jornalismo. O jornalista formado pelas universidades/faculdades passa por uma formação em ética no jornalismo, técnicas profissionais, pesquisa, extensão e espírito vocacionado e comprometido com o bem público. Jornalismo profissional salva vidas: creiam, é fato. Em defesa do diploma para o exercício do jornalismo profissional.

» Dione Moura
Asa Norte

Nova direita

Há uma mudança em curso no mundo que, embora evidente, continua a ser tratada como aberração por aqueles que ainda creem em monopolizar os limites do aceitável. A direita cresce, alarga sua força eleitoral, sua sensibilidade cultural, sua presença simbólica, sua pulsação popular que rejeita sem culpa. É uma direita viva, pulsante, que emerge das calçadas, das igrejas, das cozinhas, dos grupos de WhatsApp. E falam os donos do microfone? Chamam isso de “ultradireira”. De “extrema”. Um palavrão de quem perdeu o argumento e quer ganhar no grito com falácias. A direita no Brasil apanha da toga e ainda assim sobrevive. A esquerda sem projetos verdadeiros e transparentes, sem objetividade e sem poesia, sonha com a volta da censura. Falar em valores cristãos, defender o óbvio ou rejeitar o esgoto cultural virou ameaça à democracia. O povo não é doído. Não está pedindo por tanques nas ruas, mas por paz no bairro. Quer escola boa, não sarau erótico-pedagógico, quer comida boa, não panfleto. Quer rezar a sério, não revolucionar. A esquerda não apenas perdeu a conexão com o povo, perdeu a vergonha!

» Renato Mendes Prestes
Águas Claras

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Atenção, GDF, Câmara Legislativa e Congresso Nacional: se o critério da internação involuntária for o risco à população, muitos políticos serão capturados.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Crise humanitária

Um milhão de crianças prestes a morrer de desnutrição vêm da combinação entre pobreza extrema, guerra, isolamento internacional e indiferença global. No Afeganistão, a infância vem sendo consumida pela fome. Os bebês estão lutando para sobreviver enquanto o mundo discute orçamentos, sanções, prioridades geopolíticas e estratégias de guerra para chegar ao poder. Com os recursos que temos, acesso e vontade política, vidas podem ser salvas. Até quando o mundo vai tratar a morte de crianças (e de idosos também) pela fome como efeito colateral?

» Paccelli M. Zahler
Sudoeste

Master

Qual seria a origem dos recursos que os zelosos e entusiasmados advogados de Daniel Vercaro esperam que sejam pagos, considerando que, em tese, tudo está (ou deveria estar) bloqueado? Vale lembrar que a absoluta prioridade de recebimento dos recursos da fraude do Banco Master é dos seus legítimos donos (BRB, investidores, RPPS, FGC). Os recursos e bens que existem (inclusive o que está oculto) não dará para restituir 100% do efetivamente desviado na maior fraude da história do Brasil (sendo uma das cinco maiores fraudes da história mundial). Vai faltar dinheiro.

» Milton Cordova Junior,
Vicente Pires

Alerta

Mulheres, observem atentamente tudo o que vem acontecendo. Mulheres são acusadas de não saber votar e pressionadas a abandonar a vida política. Não se trata de episódios isolados, mas de sinais claros de uma tentativa de desqualificar sua voz. Sem qualquer constrangimento, destituem ou forçam a destituição de mulheres de seus cargos, atacam sua autonomia, questionam sua capacidade de decisão, ridicularizam suas conquistas sociais e profissionais e tentam confiná-las, novamente, ao papel de cuidadoras do lar. Toda conquista feminina foi resultado de décadas de coragem, trabalho e resistência. Por isso, mais do que nunca, é preciso que vocês estejam atentas.

» Marcus Aurelio de Carvalho
Santos (SP)

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1588.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Diploma de jornalismo: uma garantia para a sociedade e para a democracia



» ALLAN SOLJENÍTSIN BARRETO RODRIGUES
Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ), docente do do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

A retomada do debate sobre a obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo não deve ser tratada como uma reivindicação corporativa. A questão mais importante não é o que jornalistas ganhariam com a exigência, mas o que a sociedade ganha quando aqueles que exercem profissionalmente o jornalismo possuem formação específica para fazê-lo. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal derrubou a obrigatoriedade sob o argumento de que ela seria incompatível com a liberdade de expressão. Dezessete anos depois, o assunto volta ao debate em um cenário radicalmente diferente, marcado pelas redes sociais, pela desinformação em escala industrial e pela inteligência artificial capaz de produzir textos, imagens, áudios e vídeos falsos em poucos segundos. É preciso, porém, desfazer uma confusão que acompanha essa discussão: liberdade de expressão e exercício profissional do jornalismo são coisas diferentes. Todo cidadão deve ter o direito de manifestar opiniões, criar canais, publicar textos e vídeos, denunciar problemas e participar do debate público sem possuir diploma. Jornalistas, entretanto, não são contratados simplesmente para dizer o que pensam. São profissionais encarregados de apurar acontecimentos, verificar informações, confrontar versões, ouvir fontes,

interpretar documentos e contextualizar fatos. A nossa Constituição distingue a liberdade de manifestação do pensamento da liberdade de informação jornalística. Esta última é exercida profissionalmente e tem como destinatário final não o jornalista, mas o cidadão. A experiência desde 2009 também demonstra que retirar o diploma não ampliou a liberdade de expressão dos brasileiros. Da mesma maneira, quando a formação era obrigatória, ninguém precisava ser jornalista para escrever artigos, conceder entrevistas, participar de programas ou manifestar suas opiniões. Também não convence reduzir a defesa do diploma à legislação criada durante a ditadura. Defender hoje a formação superior não significa restaurar uma norma autoritária de 1969. Significa construir, democraticamente, uma regulamentação profissional adequada ao século 21. O diploma, evidentemente, não garante bom jornalismo. Existem maus profissionais diplomados em qualquer área. Sua finalidade é outra: estabelecer um patamar mínimo e público de qualificação. Nos cursos de Jornalismo, estudantes aprendem técnicas de reportagem, investigação e verificação, além de ética, legislação, direitos humanos, política, economia, ciência e tecnologias digitais. Portanto, não é o pedaço de papel que importa, mas a formação que ele certifica. A pergunta correta, então, não é “por que jornalistas precisam de diploma?”, mas “por que a sociedade precisa de jornalistas qualificados?”. Uma informação jornalística pode atingir uma reputação, revelar corrupção, fiscalizar recursos públicos, interferir no debate eleitoral ou orientar a população durante uma emergência. A pandemia mostrou de maneira dramática como informações verificadas e desinformação podem produzir consequências concretas para a sociedade.

Na era da inteligência artificial, essa responsabilidade aumenta. O diploma não impedirá fake news, mas profissionais precisam estar preparados para verificar imagens, dados e documentos, identificar manipulações e compreender os mecanismos de produção e circulação da desinformação. Exigir formação também não significa impedir cientistas, indígenas, comunicadores populares ou cidadãos de produzirem conteúdo e nararem suas realidades. Regular uma profissão não pode significar regulamentar o direito à palavra. Ao jornalista cabe justamente ouvir a diversidade da sociedade e fazer suas diferentes vozes circularem no espaço público. Há ainda um paradoxo: retirar a exigência pública de qualificação não elimina o poder de decidir quem pode trabalhar como jornalista nas empresas. Apenas transfere essa decisão, essencialmente, para os empregadores. Por isso, a discussão sobre o diploma precisa ser colocada onde realmente importa: no direito da sociedade à informação qualificada. Democracias não dependem apenas de eleições. Dependem de cidadãos capazes de tomar decisões com base em informações confiáveis e de profissionais preparados para fiscalizar governos, instituições e demais centros de poder. A liberdade de expressão garante a todos o direito de falar. A formação em jornalismo procura assegurar que aqueles que assumem profissionalmente a responsabilidade de informar saibam apurar, verificar, contextualizar e responder pelo que publicam. Por isso, a obrigatoriedade do diploma não deve ser entendida como privilégio dos jornalistas. Ela interessa principalmente aos milhões de cidadãos que nunca entrarão em uma redação, mas dependem do jornalismo para compreender a realidade, fiscalizar o poder e exercer plenamente sua cidadania.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



O elo que faltava



» BRUNO SINDONA
Presidente do Instituto das Cidades

Deficit habitacional e centros urbanos esvaziados costumam ser tratados como problemas separados. Não são. O primeiro pressiona famílias e amplia desigualdades. O segundo deteriora áreas centrais, reduz arrecadação, aumenta a sensação de abandono e desperdício infraestrutura já instalada. Quando olhamos a cidade pelo avesso, percebemos que um prédio vazio no centro não é apenas um imóvel sem uso. É fundação pronta, rede de água, esgoto, energia, transporte e equipamentos públicos já pagos pela sociedade. Em muitos casos, é moradia esperando ser reconectada à cidade. Foi por isso que a decisão da Caixa Econômica Federal de criar uma modalidade de retrofit integrada ao Minha Casa Minha Vida merece atenção. Não se trata apenas de mais uma linha de crédito. Trata-se de aproximar um problema histórico de uma solução que estava diante de nós havia décadas. O Brasil ainda possui um deficit habitacional de 5,77 milhões de domicílios, segundo a Fundação João Pinheiro. Embora seja o menor número da série histórica, ele continua representando milhões de famílias sem acesso adequado à moradia.

Ao mesmo tempo, os centros das grandes cidades perderam dinamismo ao longo de muitos anos. Não por causa do home office, mas por uma mudança mais profunda: empregos, investimentos e valorização imobiliária migraram para novos vetores urbanos, deixando para trás edifícios que não acompanharam as transformações econômicas. Durante décadas, a política habitacional brasileira foi guiada pela lógica do terreno barato. Construía-se onde a terra custava menos, geralmente longe do emprego, do transporte e dos serviços públicos. Entregávamos a casa própria e, junto com ela, uma rotina de horas perdidas em deslocamentos. Segundo o IBGE, moradia somada a transporte consome parcela significativa do orçamento das famílias brasileiras. Mas o custo mais alto não é apenas financeiro. É o tempo perdido, especialmente pelos trabalhadores de menor renda. O retrofit permite inverter essa lógica. Em vez de empurrar a população para áreas cada vez mais distantes, ele utiliza a cidade que já existe. Coloca moradia perto do emprego, do transporte e da infraestrutura, reduzindo deslocamentos e aumentando qualidade de vida. Há, também, um componente ambiental relevante. A construção civil responde por parcela expressiva das emissões globais de carbono. Quando um edifício é demolido para que outro seja erguido, perde-se o carbono já incorporado na estrutura e gera-se grande volume de resíduos. Reaproveitar a estrutura existente reduz emissões, entulho e consumo de materiais. Isso não significa que todo retrofit seja mais

barato. Cada projeto precisa ser analisado individualmente. A vantagem aparece quando o imóvel é adquirido por preço adequado e possui estrutura aproveitável. Nesse cenário, evita-se justamente a parte mais cara de uma obra nova: fundação, concreto e aço. O grande obstáculo sempre foi o capital inicial e o risco do empreendimento. A linha da Caixa avança exatamente nesse ponto ao permitir o financiamento da aquisição do imóvel e antecipar recursos em fase mais sensível do projeto. O crédito deixa de ser apenas financiamento e passa a funcionar como mecanismo de destravamento. O debate sobre retrofit não é apenas imobiliário. É uma discussão sobre produtividade, gasto público e eficiência urbana. Cada família que volta a morar perto do trabalho reduz pressão sobre o transporte, diminui custos sociais e aproveita uma infraestrutura que já foi paga pela sociedade. O mais importante, porém, é a mudança de visão. O retrofit conectado ao Minha Casa Minha Vida não é apenas uma política habitacional. É uma política de reocupação inteligente da cidade. Ele enfrenta o deficit usando infraestrutura já existente, aproxima pessoas do trabalho, reduz custos urbanos, diminui emissões e devolve função social a imóveis abandonados. Os melhores caminhos raramente são os que começam do zero. São os que reconhecem o valor do que já existe e têm inteligência para transformá-lo. O Brasil está, enfim, começando a fazer isso com suas cidades. E faz bem.

Maria Elisa Costa: História e legado



» SILVESTRE GORGULHO
Jornalista, foi secretário de Estado de Comunicação e secretário de Cultura de Brasília

O tempo tem carícias com as coisas velhas”, presentia Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas ou Cora Coralina (1889-1985). Hoje, 66 anos depois da inauguração, Brasília vive uma realidade: participantes de sua construção estão em outro patamar. Os artistas construtores, todos eles, já se foram. O legado de JK, Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Joaquim Cardozo, Athos Bulcão, Mariane Perretti, Burle Marx, Ceschiatti e Bruno Giorgi está aí para a gente celebrar e respeitar. Dia 25, terça-feira, partiu uma das mais importantes coadjuvantes da criação e da construção de Brasília, a arquiteta Maria Elisa Costa, filha de Lucio Costa. Maria Elisa se une a outros personagens que ajudaram a colocar Brasília de pé: Israel Pinheiro, Ernesto Silva, Augusto Guimarães, Carlos Magalhães da Silveira, Jofre Mozart Parada e Moacyr Gomes de Souza. A escolha do projeto do Plano Piloto foi feita em 16 de março de 1957. A construção, mesmo, começou em abril. Vamos voltar três meses antes. Tardinha de uma segunda-feira, 4 de fevereiro de 1957. Maria Elisa, com 22 anos, cursava a Faculdade Nacional de Arquitetura. Tão logo Maria Elisa entra no apartamento, ouve a voz do pai: — Minha filha, vem aqui que quero mostrar “uma coisa”.

Ela chega, cheia de livros e cadernos, e não dá lá muita importância para a “coisa”. A “coisa” era, simplesmente, o primeiro esboço da Asa Sul de Brasília, a lápis com toques de cor e com anotações manuscritas. Na escala de 1/25.000, como o projeto foi apresentado no concurso. Ela ainda ouviu seu pai descrever a nova capital, tim-tim por tim-tim. Quando terminou, lembra Maria Elisa: “Papai, com a camisa encharcada de suor, expôs pela primeira vez em palavra falada, a sua criação solitária. Sim — continua ela — porque o projeto de Brasília foi feito por ele sozinho, em casa. Fui a primeira pessoa a saber como seria nossa capital”. Aquela revelação — uma descoberta que mudaria a história do Brasil e o conceito de urbanismo no mundo — continha um conteúdo único e um vislumbre singular de esperança e de revolução. Ela mesmo explica:

“Quando lembro desse momento ímpar, o que mais me surpreende é que não achei nada de extraordinário. Tudo aquilo me parecia simplesmente normal: mudar a capital, inventar uma cidade... tudo! O próprio fato de o meu pai ter feito o projeto sozinho em casa, desenhado a mão livre e em escala, para mim, não foi surpresa. Era esse o jeito dele.” A montagem do projeto do Plano Piloto para inscrição no concurso foi outra epopeia artesanal. “Fizemos a montagem em pranchas de cartolina, espalhadas no chão, com a ajuda de minha irmã Helena e de nossa prima Nadja, sob rígida orientação do ‘inventor’. Detalhe por detalhe. A gente ia colando aquelas preciosas páginas nas cartolinas com anezinhos de fita adesiva”. O projeto tinha cinco pranchas, uma com o belo desenho da cidade em escala de 1/25.000, a nanquim e colorido com lápis de cor. E, mais quatro, com o texto da Memória Descritiva datilografado, ilustrado com impecáveis croquis, também desenhados a nanquim, alguns com leves toques de cor aqui e ali. À exceção da datilografia, tudo foi feito pessoalmente por Lucio Costa sem a ajuda de ninguém. A própria Maria Elisa conta: “Fomos para a cidade de carro, meu pai dirigindo. Parou junto à entrada do Ministério da Educação. Minha irmã e eu descemos e entregamos as cinco pranchas na sobreloja. Falta-vam 10 minutos para terminar o prazo. Pegamos o pequeno protocolo de número 26 e entregamos para meu pai. Era 11 de março de 1957”. A partir daí, foi a saga da construção.

Desde aquele 4 de fevereiro, Maria Elisa Costa nunca mais se desgrudou de Brasília. Acompanhou tudo. Era a “mãe” cuidando da ‘filha’, como membro do Conselho de Arquitetura e Meio Ambiente, como presidente do Iphan ou atendendo solicitações diversas dos governadores de Brasília. Passaram-se os anos. E lá estava Maria Elisa Costa na luta para defender a capital em duas situações opostas e adjacentes: de um lado, a extensa área urbana em expansão e, de outro, o Plano Piloto a ser preservado. Ela tinha a noção exata de que uma coisa é gerenciar o desenvolvimento urbano da cidade em expansão. E outra, bem diferente, é assegurar a preservação de seu núcleo original. Explica ela: “O centro histórico da capital é a área delimitada pelo divisor de águas da Bacia do Paranoá. Toda e qualquer intervenção nessa área, mesmo não sendo localizada dentro do perímetro tombado ou em seu entorno direto, deve ser compatível com o texto original da Portaria 314 do Iphan. Tem que ser fiscalizada. Toda e qualquer intervenção nessa área deve passar por uma comissão técnica permanente de alto nível, criada para esse fim. E que tenha com poder de veto”. A eterna guardiã do dr. Lucio reacendeu em nosso espírito o sentido da preservação e ajudou a moldar a beleza de Brasília. Obrigado, Maria Elisa Costa.

CATÁSTROFE NO HIMALAIA

China e Índia encabeçam a mobilização de governos para levar ajuda de emergência às regiões devastadas pela inundação gigante. Cruz Vermelha e Organização Mundial da Saúde enviam donativos e equipes de apoio para as operações de resgate e socorro

O mundo se mobiliza na solidariedade

A tônica com a escala da catástrofe na fronteira entre o Nepal e a região autônoma chinesa do Tibete, a comunidade internacional se desdobrou em manifestações de solidariedade, enquanto governos e organizações internacionais começaram a providenciar e enviar donativos de vários tipos, além de oferecer assistência técnica e pessoal para operações de resgate de vítimas e apoio a milhares de desabrigados. Os movimentos iniciais partiram da China, diretamente atingida, e da Índia, que além de vizinha tem, possivelmente, o maior contingente de estrangeiros no cenário da tragédia — região tradicional de peregrinação para hinduístas e budistas.

Em Pequim, a dimensão do desastre natural ficou expressa em um declaração do presidente Xi Jinping, que costuma se manifestar pessoalmente em resposta a situações de magnitude extraordinária. “A tarefa mais urgente é fazer todo o possível para encontrar e resgatar os desaparecidos”, assim como “atender rapidamente os feridos e reduzir ao mínimo o número de vítimas”, disse o chefe de Estado, segundo a emissora estatal CCTV.

O país ativou seu sistema de resposta a emergências e mobilizou contingentes das Forças Armadas para “operações de socorro de escala plena”, informaram as autoridades, em comunicado. O texto menciona “perdas humanas de grande porte” na região de Gyirong, fronteira com o Nepal. Foram enviados para a área da catástrofe 30 mil itens de assistência, entre barracas, camas de campanha, cobertores, fogareiros e roupas. O governo de Pequim liberou de imediato 120 milhões de iuanes (cerca de US\$ 18 milhões) para os esforços iniciais de reconstrução.

O Ministério de Relações Exteriores da Índia enviou ao vizinho Nepal 10 milhões de toneladas de donativos e equipamentos para ajudar na resposta emergencial à tragédia. “Nossos pensamentos estão com as famílias em luto e para todos os atingidos”, diz um comunicado oficial da chancelaria de Nova Délhi. “Diante do desafio, a Índia está ao lado do Nepal e de seu povo.”

Em Bruxelas, a presidente da Comissão Europeia (CE, braço executivo da União Europeia), Ursula von der Leyen, ofereceu a assistência do bloco para as operações de resgate e ajuda humanitária, além de manifestar solidariedade. “Meus

pensamentos estão com todos os atingidos, especialmente com as famílias que perderam seus entes queridos ou ainda esperam por notícias sobre os desaparecidos”, escreveu, em postagem nas suas redes sociais.

O sistema de satélites da UE, o Copernicus, “foi ativado para ajudar a mapear as áreas afetadas no Nepal e apoiar as equipes de socorro no terreno”, informa o texto. “Permanecemos firmes para seguir mobilizando a assistência da Europa.” Turistas do continente estão entre as centenas de desaparecidos na fronteira sino-nepalesa.

A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho liberou de imediato US\$ 1,2 milhão para resposta imediata, inclusive para financiar a coordenação de operações e o suporte técnico às equipes de socorro e resgate. “A prioridade é chegar às comunidades afetadas e levar assistência às pessoas que perderam a casa, sofreram ferimentos ou ficaram isoladas”, disse o chefe da delegação da organização no Nepal, David Fisher.

O diretor-geral da Organização



A tarefa mais urgente é fazer todo o possível para encontrar e resgatar os desaparecidos”

(Xi Jinping, presidente da China)

“Diante do desafio, a Índia está ao lado do Nepal e de seu povo”

Chancelaria da Índia

Prakash Mathema/AFP



Equipe de resgate transporta uma vítima da tragédia na região de Nuwakot, no Nepal: desastre estremeceu a comunidade internacional

Prakash Mathema/AFP



Moradores de vilarejo diante de casas semissubmersas: avalanche desceu as encostas da cordilheira

Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, postou no X que foram enviados ao Nepal, de imediato, medicamentos e

barracas multifunções, entre outros “suprimentos essenciais de emergência”. A OMS comprometeu-se a “monitorar os riscos para a saúde

pública e reforçar o rastreamento de doenças”, além de assegurar que as comunidades atingidas tenham acesso a cuidados sanitários.

Destinos da fé

A avalanche monstruosa que causou a enchente na fronteira sino-nepalesa coincidiu com a temporada de peregrinação de fiéis hinduístas para o Monte Kailash, do lado chinês. Vindos principalmente da Índia, eles fazem uma viagem de 10 dias a partir de Katmandu, no Nepal, para chegar aos santuários encravados no Tibete, em um dos muitos destinos sagrados — alguns para os adeptos do budismo — escondidos na Cordilheira do Himalaia.

As autoridades nepalesas do setor de turismo explicam que o posto de fronteira de Gyirong, cenário de imagens quase inverossímeis de um muro de água e lama avançando sobre casas e outras edificações, é um dos pontos mais utilizados pelos peregrinos para cruzar do Nepal para o Tibete chinês. É lá que se concentram as buscas pelos estrangeiros desaparecidos.

Uma operadora do estado de Tamil Nadu, no sul da Índia, tinha um grupo viajando pela região em três ônibus. Quando os morotistas avistaram a avalanche, tentaram escapar, mas um dos veículos caiu em um barranco, com mais de 40 passageiros. O Exército nepalês ajudava nas buscas.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O calor excessivo que afeta e vulnera as crianças

» PALOMA OLIVETO

Quinhentos e sessenta milhões de crianças de até 9 anos são afetadas, anualmente, por 30 dias adicionais de estresse térmico devido às mudanças climáticas associadas a ações humanas, como uso de combustíveis fósseis e desmatamento. Um estudo coordenado pela Universidade Livre de Bruxelas, na Bélgica, alerta que, no mundo, nenhuma outra faixa etária aproxima-se desse nível de exposição: é quase o triplo comparado a adultos entre 60 e 69 anos (190 milhões). A constatação, publicada na revista *Science Advances*, coloca a infância em um patamar especialmente vulnerável a doenças relacionadas ao excesso de calor.

Segundo os pesquisadores, há expectativa de que a exposição aumente ainda mais, com a confirmação das tendências climáticas globais. Nos cenários projetados de aquecimento de 1,5 °C e 2 °C até o fim do século — considerados de alta probabilidade caso sejam mantidas as políticas atuais —, o número de crianças afetadas por um mês adicional de calor perigoso deverá aumentar para 620 milhões (49%) e 650 milhões (59%), respectivamente. No Brasil, 9,2 milhões de pessoas de até 9 anos (32% desta

faixa) já sofrem com o estresse térmico. O percentual pode chegar a 49% até o fim do século.

As estimativas foram feitas com a combinação de dados populacionais e modelos climáticos de última geração e destacam que os riscos à saúde decorrentes dos eventos extremos já são a realidade, atingindo as gerações e as regiões geográficas desigualmente. Segundo o estudo, as mudanças nos padrões de temperatura e umidade quase triplicaram o número de crianças expostas a pelo menos 150 dias (cinco meses) de estresse térmico, desde a revolução industrial do século 19.

A equipe também simulou o que pode acontecer quando o planeta atingir níveis mais elevados de aquecimento. Em um cenário de 1,5 °C, estimado pelos autores para a década de 2030, cerca de 51 milhões de crianças de 0 a 9 anos poderão enfrentar pelo menos 150 dias anuais de estresse térmico adicional atribuível à mudança climática. Hoje, a estimativa é de 40 milhões, ou 3%.

Em um planeta 2 °C mais quente, cenário do qual o mundo se aproxima, segundo estudos científicos, a projeção sobe para 115 milhões de crianças (10% da faixa etária). Além das disparidades

UNFPA/Carly Learson/Divulgação



Crianças na zona rural de Zâmbia: passagem de tufão Chido, em março, afetou a disponibilidade de água

de idade, os autores encontraram diferenças geográficas significativas: nas regiões tropicais e em países em desenvolvimento, com populações mais jovens, a infância é mais afetada. O sul da Ásia, o sudeste asiático e a África Ocidental são as regiões com maior número de meninos e meninas expostos ao estresse térmico perigoso.

O calor excessivo perturba o funcionamento normal do organismo, agrava doenças preexistentes e pode levar a complicações

graves, como insolação, desidratação e falência de órgãos. Crianças são altamente vulneráveis, porque seus corpos aquecem mais rapidamente do que os de adultos e elas transpiram com menos eficiência, além de serem dependentes de outras pessoas. Entre os riscos associados ao superaquecimento estão desidratação e insolação, impactos no aprendizado e no desenvolvimento cognitivo.

“As mudanças climáticas já estão causando sofrimento a

centenas de milhões de crianças em todo o mundo devido ao calor perigoso, representando sérios riscos à sua saúde”, diz Rosa Pietroiusti, principal autora do estudo e pesquisadora de doutorado na Universidade Livre de Bruxelas. “Crianças em países em desenvolvimento enfrentam uma exposição desproporcional a extremos climáticos, tanto agora quanto no futuro, apesar de contribuírem minimamente para as emissões históricas de gases de efeito estufa.”

Palavra de especialista

Arquivo pessoal



Vulnerabilidade maior

“Crianças são muito mais suscetíveis a extremos de temperatura porque seus organismos são mais frágeis, menores, em desenvolvimento, com um metabolismo mais acelerado, o que faz também com que a absorção de calor seja diferente. Elas têm menor capacidade de sudorese, massa corporal maior e mais água no corpo, o que faz com que desidratem mais fácil. Além disso, quanto menor a criança, mais ela depende do cuidado externo e isso faz com que esta seja uma população mais vulnerável.”

Anna Dominguez Bohn,
pediatra especialista em Neurociência e Desenvolvimento Infantil

» Entrevista | VALDIVINO DE OLIVEIRA | SECRETÁRIO DE ECONOMIA DO DF

Ao *CB.Poder*, o chefe da pasta falou sobre a demora para contratação do empréstimo junto ao FGC para salvar o BRB. Segundo ele, é possível recuperar o banco sem inviabilizar as ações do governo. “A instituição é um patrimônio da cidade”, disse

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“GDF está dando garantia que é o dobro do valor”

» MANUELA SÁ*

O secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira, afirmou ontem, em entrevista ao CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a TV Brasília —, que o empréstimo para salvar o Banco de Brasília (BRB) não compromete o Governo do Distrito Federal (GDF). Aos jornalistas Samanta Sallum e Carlos Alexandre de Souza,

ele explicou que as parcelas não representariam mais do que 1,5% da receita do DF. O economista criticou a demora para sair a operação, tendo em vista que a parte técnica foi apresentada pelo governo, mas falta o aval do Sindicato dos Bancos. Em relação ao Orçamento de 2027, ele detalhou que vão ser feitas três mudanças na lei.



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

De acordo com o senhor, o GDF conseguiu reverter uma projeção de déficit no orçamento de quase R\$ 6 bilhões para um superávit. Devido à situação do DF, nas medidas de contenção de gastos, estão vedados novos concursos públicos, reajuste salarial e contratação?

Até o mês de agosto, nós ainda estávamos infringindo o artigo 167-A da Constituição, que não permite os entes públicos gastarem mais do que 85% de sua receita corrente em despesa corrente. O GDF vinha, há pouco mais de três anos, gastando mais de 95% de sua receita corrente em despesa corrente. Em 2025 e 2024, esse indicador ultrapassou os 97%. Em virtude de o GDF não cumprir essa meta, a própria Constituição traz uma série de vedações, que inclui a realização de concurso, contratações, aumento dos salários maior do que a inflação e assim por diante. Esse era o primeiro entrave que nós enfrentamos. Por outro lado, também tínhamos a questão do Capag (capacidade de pagamento). Esse indicador é calculado pelo Tesouro Nacional, e mede a saúde fiscal de estados e municípios com base em três resultados: o endividamento do ente subnacional, a poupança corrente e a disponibilidade de recurso em caixa o suficiente para pagar compromissos. O GDF vinha com desempenho ruim em 2024 e 2025. Seu indicador foi classificado pelo Ministério da Fazenda em Capag-C. É uma nota muito baixa que impede o ente público de recorrer ao mercado financeiro. Nessa gestão, fizemos uma reversão dos resultados fiscais. Se nós não cumpríamos o artigo 167-A da Constituição, eu posso afirmar que hoje nós o cumprimos. Tenho uma projeção de 2026, demonstrei isso matematicamente, de que, ao fim do ano, teremos, no mínimo, um Capag-A. Estou trabalhando para ver se consigo A+, a melhor classificação possível.

As pessoas comentam que essas vedações têm relação com o empréstimo para salvar BRB. Isso é verdade?

Enquanto o GDF estiver devendo, se ele infringir o artigo 167-A, ele não pode fazer o acordo. Não é o acordo que vai dizer que ele não pode, é a própria Constituição. Temos plena convicção, pelo menos enquanto eu estiver na secretaria, de que nós vamos cumprir todos os requisitos constitucionais. Tenho certeza de que cumprindo, o endividamento não afeta em nada.

Qual é o impacto do empréstimo para salvar o BRB nos cofres do GDF?

É lógico que temos que calcular o encargo final depois do contrato definido. Não sabemos se a taxa de juros que nós pedimos será concedida nem se o prazo será de 12 ou 15 anos. Vamos trabalhar a partir da seguinte hipótese: falamos em taxa de juros de 4,5% mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que seria o máximo que imaginaríamos em uma operação a longo prazo, e um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões para ser pago em 12 anos, que seria o período mínimo. Se usássemos a Tabela Price, isso nos daria uma parcela, talvez, ao redor de R\$ 1 bilhão anual. Há dois indicadores importantes. O primeiro é que a garantia que nós estamos oferecendo é o dobro dessa parcela, é de R\$ 2 bilhões de receita do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Então, a garantia que nós estamos oferecendo é o dobro daquilo que seria desembolsado pelo Estado. Segundo, esse R\$ 1 bilhão, ou R\$ 1,2 bilhão, de encargo anual não seria mais do que 1,5% da receita de toda a receita do GDF. Não é com 1,5% de um compromisso que você vai inviabilizar um governo. Estamos trabalhando com a expectativa de gastar só 85% em custeio. Se eu vou gastar só 85% em despesa corrente, tenho 15% para investimentos e pagamentos de compromissos, dívidas e tudo mais. O BRB representaria 1% a 1,5% apenas. Estamos convictos de que o empréstimo não sacrifica o GDF.

O GDF vinha, há pouco mais de três anos, gastando mais de 95% de sua receita corrente em despesa corrente. Em 2025 e 2024, esse indicador ultrapassou os 97%”

A governadora Celina Leão disse que o GDF fez sua parte e questionou uma suposta omissão dos outros participantes para contratar o empréstimo. Desde então, as tratativas não evoluíram. Qual avaliação o senhor faz dessa situação?

O emperramento do empréstimo talvez se deva à proposta do ministro da Fazenda, Dario Durigan, feita em reunião no Supremo Tribunal Federal (STF), de, em vez de a União dar o aval, formar um aval com o Sindicato de Bancos (o FGC). Ele disse naquela reunião que o Banco do Brasil assumiria essa liderança. No começo de junho, o Banco do Brasil estava a todo vapor construindo esse sindicato e, de repente, ele parou de trabalhar nesse sentido. Então, o que enterra essa operação

é o aval. O GDF está dando uma garantia que é o dobro do valor. É evidente que quanto mais essa operação demora, mais o banco sangra e perde. Para a saúde financeira da própria instituição e para a tranquilidade da população de Brasília, o ideal é que ela seja deferida rapidamente. Tudo foi entregue pela parte técnica do GDF. Se nós pegarmos a receita corrente do GDF, sem o fundo concessional, a operação é limitada a 16% da receita corrente líquida dos 12 últimos meses. Ela daria um aumento de endividamento de 21% para 37%. O Senado Federal autoriza os estados a dever até 200% da receita corrente líquida. Então, nós estaríamos longe do limite. Mesmo se nós fôssemos usar o limite que o Ministério da Fazenda, que o Tesouro Nacional usa para calcular o Capag, que é endividamento de até 60%, nós ainda estaríamos longe de atingir esse valor. É lógico que o DF, Celina e a Secretaria de Economia trabalham com toda força para recuperar o BRB, porque ele é um patrimônio da cidade.

O que o projeto para o Orçamento de 2027 prevê para a situação dos concursos, reajustes salariais e contratação de concursados?

Os concursos e as nomeações, que são as maiores demandas da população, tinham dois impedimentos. O primeiro deles é o artigo 167-A da Constituição Federal, que nós superamos. Para 2026, em um balancete que vai sair em agosto, estamos em um percentual abaixo de 85% de gastos da receita corrente na despesa corrente. Temos um segundo impedimento, que é a legislação eleitoral, o que ela permite ou não. Temos um terceiro limite que muita gente está deixando de analisar, que é a lei de responsabilidade fiscal. Ela estabelece que nós só podemos gastar 60% com despesas de pessoal. No nosso caso, 54% é do executivo, e, dos 54%, temos um limite prudencial de 51% e uns quebradinhos. Se eu for contratar, nomear e fazer concurso na velocidade e no volume que querem, eu posso até atingir os

51% do limite prudencial, mas não sobra nada para dar aumento de salário. Então, temos de alertar os sindicatos e os trabalhadores que, em uma mesma cesta, não cabem, às vezes, muitas demandas. Se eu coloco mais 10% de servidores, eu tenho que ter menos 10% de salário para manter o equilíbrio das contas.

O que o projeto de lei está prevendo para o Orçamento de 2027?

Nós mudamos o comportamento da Secretaria de Economia. Ela mandava todos os projetos de orçamento, de Plano Plurianual ou de diretriz orçamentária para a Câmara com indicativo de déficit. Qual vai ser o déficit que a lei vai autorizar? A primeira mudança no Orçamento de 2027 é que ele não vai com previsão de déficit, ele vai com previsão de superávit. Segunda mudança: ele não vai com previsão de descumprimento do artigo 167-A da Constituição. As despesas de custeio estão limitadas a 82% da receita corrente. A gente colocou 82% para termos uma margem de variação de receita ou de despesa de modo a não ultrapassar os 85% que a Constituição limita. Terceiro: não é o que os secretários pedem, é o que a arrecadação permite. Um secretário que manda um orçamento de R\$ 1 bilhão, R\$ 2 bilhões ou R\$ 5 bilhões tem que adequar esse pedido a nossa receita.

Como foi possível aumentar a arrecadação do GDF sem aumentar impostos?

Com maior eficiência da máquina arrecadadora e com combate à sonegação. Estamos fazendo, todos os dias, apreensão de mercadorias irregulares.

Na proposta que vai ser encaminhada, os senhores não estão prevendo aumento de impostos?

Está previsto aumento de arrecadação. Não haverá aumento de imposto.

***Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira**

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ed Alves/CB/D.A. Press



Celina elege Grass como alvo principal

A governadora Celina Leão (PP) elegeu o adversário Leandro Grass (PT) como principal adversário do momento. Seguindo a polarização nacional, ela tem dado destaque ao confronto com o petista. Pelas redes sociais, Celina tem rebatido Grass com muito mais frequência do que faz com os outros candidatos que a elegeram como alvo principal — por ser a atual dona da cadeira que todos buscam e por liderar as pesquisas de intenção de votos.

Carlos Vieira CB/DA Press.



Desafio

Um dos principais pontos de atrito é o BRB. Leandro Grass critica as soluções buscadas por Celina e ela o confronta por não pedir ajuda ao governo Lula, de quem é aliado para encontrar uma saída para a crise do banco. Na sabatina dela ontem na Rádio Bandeirantes, ela direcionou a munição: “É uma vergonha esse candidato do PT falar tanto do BRB e não pedir uma audiência com o Lula. Ele não tem moral nenhuma”.

Ed alves/CB/D.A. Press



Aposta

Nas pesquisas de intenções de votos divulgadas até o momento, o adversário que mais se aproxima de Celina Leão é José Roberto Arruda (PSD). Mas a governadora parece estar apostando que ele não vai até o fim, depois da ação de impugnação apresentada pelo procurador regional eleitoral do DF, Francisco Guilherme Bastos. Os advogados e estrategistas de Arruda pensam o contrário.

Juristas assinam carta de apoio à candidatura de Ruth Venceremos

Um grupo com mais de cem juristas e professores universitários assinou uma carta de apoio à candidatura de Ruth Venceremos (PT-DF) a deputada federal. Entre os signatários estão Ela Wiecko, subprocuradora-geral da República aposentada e uma das coautoras da proposta que originou a Lei Maria da Penha, Carol Proner, doutora em direito e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Déborah Duprat, subprocuradora-geral da República aposentada, Sheila de Carvalho, secretária nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e Cezar Britto, ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com o documento, a candidatura da pedagoga, drag queen e ativista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) corresponde a um projeto de enfrentamento a forças que apostam no medo e na destruição. “Em Ruth, o direito das minorias e a causa das maiorias trabalhadoras não se separam. Sua vida inteira é a prova de que nunca precisaram se separar”, destaca um trecho da carta de apoio.

André Gagliardo



Vida pela educação

Ruth Venceremos ingressou no MST aos 13 anos e, ainda adolescente, alfabetizou jovens e adultos nos assentamentos. Formou-se em pedagogia pela UFRN, concluiu mestrado em educação na Unicamp e, hoje, é doutoranda em educação pela UnB. Em 2022, Ruth foi candidata a deputada federal e conquistou 31.538 votos, tornando-se primeira-suplente da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) no Distrito Federal. Em 2025, recebeu o título de Cidadã Honorária de Brasília.

Arquivo Pessoal



Irmãs de Brasília

Maria Estela Kubitschek, filha de JK, telefonou ontem para o jornalista Silvestre Gorgulho e comentou a morte de Maria Elisa Costa. As duas são herdeiras da fundação de Brasília. “Silvestre, você sabe que eu era mais do que amiga da Maria Elisa Costa. Éramos parentes. Tínhamos a mesma profissão, pois formamos em arquitetura. Mas, mais do que isso tudo, tínhamos uma irmã em comum, a caçula. Mais nova e mais linda: Brasília”.



ECA Digital On

O Centro de Ensino Educacional 04, em Sobradinho II foi a escola escolhida para receber a visita do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ontem para a divulgação do concurso nacional de desenho “Juventude Conectada com Direitos: o ECA Digital tá on”. É um convite para que alunos de escolas públicas e privadas, até o 3º ano do ensino médio, representem em desenhos como imaginam um ambiente digital em que possam brincar, estudar e se conectar com mais segurança. A proposta é estimular crianças e adolescentes a refletirem sobre seus direitos e sobre formas seguras de navegar, brincar e aprender na internet.

Premiação

O concurso é dividido em duas categorias: uma para crianças de até 11 anos e outra para adolescentes de 12 a 17 anos. Os três primeiros colocados de cada categoria receberão certificado de reconhecimento do CNJ e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, organizadores do projeto. Os vencedores também levarão para casa kit de materiais escolares, de arte e de pintura e um notebook para a família, entregue ao responsável legal. Os professores orientadores dos trabalhos vencedores também receberão certificado e um notebook. As escolas têm até 30 de setembro para produzir, selecionar e enviar os trabalhos. Cada instituição poderá inscrever até cinco desenhos por categoria.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ECONOMIA / Luiz Fux, ministro do STF, determina a manutenção do acordo com Tribunal de Justiça da Bahia por 90 dias. A governadora Celina Leão visitou o presidente do BC, Gabriel Galípolo, para tratativas de rotina, segundo ela, sobre a situação do banco

Prorrogado contrato do BRB com TJBA

» ANA CAROLINA ALVES

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) mantenha, por mais 90 dias, o contrato com o Banco de Brasília (BRB) para a administração de depósitos judiciais. O acordo entre a Corte baiana e o banco venceria hoje e não seria renovado pelo tribunal, que havia decidido contratar a Caixa Econômica Federal para assumir os novos depósitos. O BRB recorreu ao STF, em caráter de urgência, para pedir a manutenção provisória da estrutura atual de gestão dos depósitos judiciais e administrativos do TJBA, incluindo recursos destinados ao pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs). No pedido, o banco argumentou que a contratação emergencial da Caixa poderia provocar um desequilíbrio na operação, uma vez que o contrato vigente previa a possibilidade de prorrogação excepcional por até 12 meses. Segundo o BRB, a não renovação faria com que a instituição deixasse de receber aproximadamente R\$ 394 milhões por mês em novos depósitos. Ao analisar o pedido, Fux apontou a possibilidade de consequências para além do próprio banco. Segundo Fux, o agravamento da

situação poderia atingir o Distrito Federal, controlador do BRB, e gerar riscos para o sistema financeiro. “Não se fala tão somente em potenciais prejuízos econômicos ao BRB, com o aumento do risco de sua liquidação, ou ao Distrito Federal, como acionista majoritário e controlador, mas, em verdade, em um grave risco sistêmico”, escreveu. Na decisão, o magistrado considerou que a transferência imediata da operação para a Caixa poderia provocar impactos significativos sobre a liquidez do BRB e sobre o acordo firmado entre o Distrito Federal e a União para a recuperação financeira da instituição. “A cessação da vigência contratual e a incontinente migração da custódia dos valores do BRB à Caixa Econômica Federal parece provável em impacto grave, imediato e substancial à instituição financeira sucedida”, afirmou o ministro.

Fux destacou que a operação de depósitos judiciais envolve fluxos contínuos de entradas e saídas que chegam à ordem de centenas de milhões de reais por mês. Com o fim do contrato, o BRB deixaria de receber novos recursos, enquanto os valores depositados continuariam sujeitos a levantamentos. Na avaliação do ministro, esse cenário poderia comprometer o equilíbrio financeiro considerado no acordo

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



BRB informou que considera o prazo estabelecido por Fux “suficiente” para o processo de capitalização

de recuperação do banco e dificultar o cumprimento de determinações do Banco Central relacionadas à recomposição dos índices prudenciais de capital da instituição. A prorrogação por 90 dias foi determinada em caráter cautelar e sujeita à aprovação da Segunda Turma do STF. A manutenção do contrato, no entanto, está condicionada à continuidade das medidas assumidas pelo BRB e pelo Distrito

Federal no acordo firmado no STF para a capitalização do banco, além do envio periódico de informações sobre as providências adotadas.

Renovação do contrato

Em nota, o BRB informou que considera o prazo estabelecido por Fux “suficiente” para que a instituição avance no processo de capitalização e adote as medidas

necessárias para a renovação do contrato com o TJBA. O banco afirmou que, além da Bahia, continua responsável pela administração de depósitos judiciais em outros tribunais estaduais e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). A instituição assegurou que “seguirá prestando os serviços normalmente durante esse período” e que mantém o

compromisso com “a segurança operacional, a regularidade das atividades e a qualidade do atendimento aos usuários dos serviços sob sua administração.” Em nota, o TJBA afirmou que manterá a prestação dos serviços com o BRB. “Dessa forma, as operações financeiras e o processamento dos depósitos judiciais continuam sem qualquer alteração na rotina dos magistrados, servidores e advogados”, ressalta a instituição baiana.

Encontro no BC

A governadora Celina Leão se reuniu, ontem, com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para tratar da situação do Banco de Brasília. Foi uma visita de rotina, segundo ela. “A gente está sempre conversando com o Banco Central, é o órgão de controle, é um órgão que está sempre em diálogo conosco. A audiência foi solicitada por mim, para que a gente acompanhe passo a passo (a situação do BRB). Estive lá semana passada e semana retrasada também. São tratativas sobre tudo que estamos fazendo, os ofícios que temos encaminhado, os diálogos com os bancos que estão na provisão de fazer crédito para nós. É uma reunião de trabalho”, detalhou a governadora.



Firmes na corrida ao Palácio do Buriti

Confira como foi o dia de campanha dos candidatos ao Governo do Distrito Federal

“Botina no pé, caneta na mão”

» IAGO MAC CORD

Em agenda de campanha no Riacho Fundo II, a 40 dias das eleições, a governadora e candidata à reeleição Celina Leão (PP) apresentou um balanço de sua gestão, destacando a transição da região de uma “cidade-dormitório” para um centro urbano com serviços essenciais. Ao defender entregas como a nova UBS, a UPA e a duplicação da via principal, Celina criticou o abandono de gestões passadas, sustentando que “aqui no Riacho Fundo II nós passamos e organizamos a cidade toda”.

No plano político, combateu a “farsa dos cartórios” e rebateu denúncias da oposição. Por fim, utilizou uma metáfora de gênero para mobilizar o eleitorado e combater o preconceito contra mulheres no comando do Estado, prometendo manter a “botina no pé e a caneta na mão” para resolver os problemas remanescentes.

“Esses que nos atacam não aceitam ter uma mulher no comando do Estado dando conta de resolver

problemas tão difíceis como eu peguei. E é com a força do povo, com a botina tinindo no pé e com a caneta na mão para resolver os problemas do Distrito Federal”, disse.

Na primeira agenda do dia, em entrevista à BandNews FM Brasília, Celina Leão (PP) reafirmou que pretende avançar na construção de uma segunda linha do metrô do Distrito Federal, com custo estimado em R\$ 13 bilhões, e defendeu que a internação involuntária humanizada de pessoas em situação de rua deve ser tratada também como uma questão de saúde pública.

Na sabatina, Celina atribuiu como principal erro da gestão do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), de quem foi vice-governadora a escolha de pessoas sem perfil adequado para comandar órgãos públicos. Outro ponto da entrevista foi a situação do Banco de Brasília (BRB) e os possíveis impactos sobre as contas do Distrito Federal. Celina afirmou que, como governadora, trabalha para que o banco consiga um empréstimo com prazo de 15 anos para pagamento e três anos

Iago Mac Cord/CB/D.A.Press



Celina Leão inaugurou comitê político no Riacho Fundo II

de carência. À tarde, ela se reuniu com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, na companhia do presidente do banco, Nelson Antônio de Souza.

Ao longo do dia, a governadora também se reuniu com

representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ligadas à educação infantil e marcou presença na solenidade de promoção de policiais militares, realizada na Academia de Polícia Militar de Brasília, no Setor Policial Sul.

Um hospital no Recanto das Emas

» CARLOS SILVA

O candidato ao governo do Distrito Federal José Roberto Arruda (PL) percorreu o Recanto das Emas em uma carreata e apresentou propostas para a saúde e a mobilidade da região. A principal promessa foi a construção de um hospital na cidade. “A primeira coisa que eu vou construir é o Hospital do Recanto das Emas”, afirmou, sem detalhar, porém, o prazo, o custo ou a localização prevista para a unidade.

Arruda defendeu a expansão do sistema de transporte de massa para atender aos moradores. Segundo ele, uma das alternativas seria estender o metrô até o Balão do Periquito, na região de Santa Maria. Outra possibilidade seria a implantação de um

sistema de BRT. “Tem que resolver o transporte. Ou vai ser com o metrô passando aqui até o Balão do Periquito, em Santa Maria, ou vai ser BRT”, disse.

Arruda afirmou que pretende reorganizar as contas do Distrito Federal para viabilizar novos investimentos. O candidato citou como prioridades a melhoria da saúde e da educação, o reforço do policiamento e a criação de novas linhas de metrô. “Primeiro tem que botar as contas em ordem”, disse. Em seguida, argumentou que o Distrito Federal possui orçamento anual de cerca de R\$ 75 bilhões para uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes.

O ex-governador também defendeu o contato direto com os

Roberto Rodrigues/Divulgação



Em carreata, Arruda interagiu com moradores e apoiadores

moradores durante a campanha. Segundo ele, as visitas às regiões administrativas ajudam a identificar problemas e formular propostas. “Eu

gosto de gente. Quando você vai nas cidades e ouve as pessoas, é diferente. Aí você sente os problemas reais da cidade”, afirmou.

Primeiro emprego e tecnologia

» MILA FERREIRA

Leandro Grass (PT), candidato ao Governo do Distrito Federal, visitou uma universidade particular em Taguatinga, conversou com estudantes e afirmou que, caso eleito, vai trabalhar para dar aos jovens a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. “Vamos apostar no jovem de Brasília, dando a ele oportunidade do primeiro emprego, da bolsa estágio. Dar ao jovem a oportunidade de ter experiência profissional”, afirmou.

Na oportunidade, o candidato defendeu uma política de ocupação de áreas abandonadas em Taguatinga, com incentivo fiscal dado pelo governo, principalmente o

IPTU progressivo para que empresas se instalem na região. “Taguatinga é o coração econômico de Brasília, tem uma força para geração de emprego muito grande, mas está abandonada, o comércio está sofrendo com assaltos, roubos e furtos, além do abandono e desocupação de áreas que poderiam estar vivas para a geração de emprego e renda”, comentou Leandro.

Antes, em reunião privada, Grass também recebeu, na Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) a Pauta da Indústria do DF 2027-2030, um documento com 15 propostas de ações e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento socioeconômico do DF por meio da atividade industrial.

Mila Ferreira/CB



Leandro Grass panfletou em frente a uma universidade em Taguatinga

Nesse contexto, o petista defendeu a desburocratização da implementação de novos negócios em Brasília e o investimento em

tecnologia. “A gente quer transformar Brasília na capital da tecnologia e a indústria tecnológica é a saída para isso”, destacou.

» RICARDO CAPPELLI

NOVA INDÚSTRIA EM PAUTA

O candidato ao governo do Distrito Federal Ricardo Cappelli (PSB) participou de uma reunião com representantes da Fibra. “A indústria do século 21 não é mais chaminé e fumaça. Ela é tecnologia e sustentabilidade e o DF tem a capacidade de desenvolver ainda mais essa indústria”, definiu. Cappelli pontuou a importância de ter recebido a Pauta da Indústria do DF de 2027 a 2030. “É muito importante e estratégico desenvolver a nova indústria, que tem um capital humano abundante aqui no DF”, disse. Cappelli ainda ressaltou a qualidade técnica dos profissionais da área e pontuou a criação de uma agência de desenvolvimento. “Isso é um compromisso nosso”, afirmou.



Luz Felipe Alves/CB/D.A.Press

» PAULA BELMONTE

FOCO NAS AVENIDAS COMERCIAIS

Paula Belmonte (PSDB), afirmou, durante uma caminhada na W3 norte, que seu governo irá resgatar as avenidas comerciais do DF. Para a candidata ao GDF, um de seus principais objetivos é o desenvolvimento econômico. “Não há como promover a dignidade humana sem assegurar a dignidade pelo trabalho. Precisamos estimular a economia e gerar empregos”, defendeu. Durante a agenda, conversou com comerciantes e populares, detalhando o seu plano de governo, que conta com o resgate do comércio. “Vimos muitas lojas fechadas. Isso se repete em outras cidades”, afirmou, reforçando que a revitalização das avenidas W3 Sul e W3 Norte são urgentes. Uma de suas propostas para trazer de volta o comércio nessas regiões é ressuscitar, também, o BRB.



Luiz Tajes/Comunicação Paula Belmonte

» KIKO CAPUTO

GESTÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

O candidato ao Governo do Distrito Federal Kiko Caputo (Novo) fez uma caminhada pela Feira Permanente do Gama. Durante a agenda, ele apresentou propostas para a saúde e a educação e criticou a situação dos serviços públicos no Distrito Federal. Entre as principais promessas, Caputo destacou a ampliação e reforma do Hospital Regional do Gama, com aumento no número de leitos e reforço do quadro de profissionais. Na educação, prometeu ampliar o funcionamento de creches e escolas para atender as famílias durante todo o dia. Caputo ainda colocou segurança pública entre as prioridades de eventual governo e afirmou que pretende “apresentar soluções para problemas que se repetem a cada gestão”.



Carlos Silva/CB

» ROBSON RAYMUNDO

MAIOR DIÁLOGO ESTUDANTIL

No fim da tarde, o candidato do PSTU ao Governo do Distrito Federal, Professor Robson, o candidato a vice-governador, Ricardo Guillen, e o candidato ao Senado Zanata, realizaram atividade de campanha em frente ao Restaurante Universitário (RU) da Universidade de Brasília (UnB). Durante a panfletagem, os candidatos conversaram com estudantes, técnicos e professores da universidade, apresentaram propostas da chapa para o Distrito Federal e debateram temas relacionados à educação pública, ciência, serviços públicos, orçamento e direitos da população.



Divulgação

Confira as agendas de hoje

CELINA LEÃO

10h30 | Visita à Feira Permanente do Gama
11h30 | Visita à Rodoviária do Gama
14h30 | Podcast Sindepo-DF
18h30 | Reunião com os deputados Rafael Prudente e Robério Negreiros
19h30 | Ceu na Terra, no Museu da República
20h | Jantar com empresários e lideranças
21h | Elas por Brasília
QI 03, Conjunto 04, Casa 25, Lago Sul

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

11h | Entrevista na TV Band
16h | Carreata no Riacho Fundo II
19h30 | Grande Encontro da Educação, no Gama
20h30 | Encontro de Mulheres com Arruda, Santa Maria

LEANDRO GRASS

10h | Participação e fala no 6º Encontro Nacional das Lideranças, no Centro de Convenções Brasil 21
12h30 | Almoço e Panfletagem na UnB
18h30 | Panfletagem em bares da Asa Norte
20h45 | Visita Instituto Meninos Bons de Bola, com Erika Kokay, na 202 Sul. (em frente ao metrô)
21h45 | Comemoração 2 anos do HUB Peregrum Casa Peregrum, Lago Sul

RICARDO CAPPELLI

9h | Sabatina ao vivo nas rádios BandNews FM e Bandeirantes FM.
10h30 | Participação no 6º Encontro Nacional de Lideranças. (Centro de Convenções Brasil 21).
19h | Panfletagem no Guará.

PAULA BELMONTE

10h30 | Participação e fala no 6º Encontro Nacional das Lideranças, no Centro de Convenções Brasil 21
12h | Feira dos Goianos de Taguatinga
15h | Caminhada na Rodoviária do Plano Piloto
19h | Reunião com conselheiros tutelares (SIA) SIA, Quiosque da Branca

SAMARA MINEIRO

8h | Panfletagem na UPA de Sobradinho
12h | Conversas com estudantes e trabalhadores em frente ao Restaurante Universitário da UnB
14h30 | Reunião com a diretoria do SINDSASC.

ROBSON RAIMUNDO

17h | BRT de Santa Maria

KIKO CAPUTO

10h | Participação e fala no 6º Encontro Nacional das Lideranças, no Centro de Convenções Brasil 21
15h | Encontro com apoiadores e caminhada no PSul
16h30 | Encontro com apoiadores e caminhada no Sol Nascente
19h | Reunião com lideranças sindicais na Asa Norte

ELISSON FERREIRA

7h36 | Panfletagem no metrô de Samambaia
8h36 | Reunião com apoiadores de Samambaia
10h36 | Reunião com comerciantes e empresários do setor de entretenimento, arte e cultura de Samambaia
15h36 | Visita a Samambaia
19h36 | Encontro com empresários e lideranças com o candidato a deputado distrital André Kubitschek



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

O tombamento do pipoqueiro

Há 32 anos, José Arimathéia foi convidado por um gerente do Cine Brasília para vender pipoca na porta do cinema. E ele aceitou. O gerente arrumou um lugar para que ele guardasse o carrinho todas as noites. Naqueles tempos, a sala não era muito frequentada, a não ser durante o período do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, quando fica lotada, com gente de Brasília e de todo o Brasil.

E, assim, o tempo passou, a situação melhorou, os fregueses aumentaram e

Arimathéia sustentou a família, educou os filhos e sobreviveu vendendo pipoca e pequenos lanches. E a pipoca feita pelo Arimathéia é muito boa. Sempre que vou ao Cine Brasília, me dirijo à banca para comprar um saco de pipoca e me abastecer.

O Cine Brasília é uma joia da arquitetura e da cultura em Brasília. É um dos últimos cinemas de rua do Brasil. Para muitos, é uma segunda casa. O professor José Carlos Coutinho é um desses frequentadores contumazes. Sempre passa por lá, independentemente da programação, na certeza de que encontrará um amigo, verá um bom filme ou comerá pipoca na banca de Arimathéia.

Mas há três semanas, Arimathéia, ou simplesmente Ari, foi surpreendido com um ultimato: ele recebeu notificação para

desocupar o espaço que ocupa no Cine Brasília até o dia 30 de agosto. Depois de 32 anos, alegaram que ele estava em situação irregular. Arimathéia ficou abalado com a notícia que provocaria uma reviravolta em sua vida e tentou contrargumentar e negociar. No entanto, não foi bem-sucedido. Os representantes da Box Cultural, organização que administra o Cine Brasília, e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa avaliaram que a situação é insustentável. Conheci essa história em reportagem da tevê Globo.

Vejamos: alega-se que a banca de pipoca está sem autorização oficial para funcionar, não tem amparo para ocupar a área pública, não tem licença sanitária. A Secretaria de Cultura tem a proposta de garantir a qualidade da pipoca e o cuidado

com a preservação do prédio, que é tombado como Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Os argumentos apresentados pela Secretaria de Cultura para a retirada do pipoqueiro não me parecem razoáveis. As autorizações para funcionar são questões burocráticas que poderiam ser resolvidas no plano formal se houver bom ânimo. É um procedimento de rotina. Quanto à preservação do prédio, parece-me que o pipoqueiro não representa risco a preocupar as autoridades. Muito mais graves são os megalitreiros luminosos espalhados pela cidade, que ferem a lei de preservação e colocam em risco a vida dos motoristas, sem que nenhuma providência seja tomada.

Ao longo do tempo, Arimathéia fez

muitos amigos, é sempre procurado e se tornou uma referência do espaço. Ele faz parte do patrimônio afetivo do Cine Brasília. A Box Cultural tem feito um trabalho competente e dinamizou o Cine Brasília com uma programação diversificada, que atrai público de diversas faixas etárias.

É justo e correto que queira regularizar a ocupação do espaço. No entanto, em consideração aos bons serviços prestados e aos vínculos afetivos com os cinéfilos, Arimathéia deveria ser tombado na condição de patrimônio cultural do Cine Brasília. Cinema é humanismo. Espero que as questões formais sejam superadas e Arimathéia continue a vender pipoca para a felicidade geral dos frequentadores da sala de cinema.



Pesquisa mostra que quase 80% das entrevistadas consideram que as agressões contra pessoas do sexo feminino aumentaram no DF. Companheiro ou marido aparecem como o principal agressor em 48% dos casos

Mulheres veem violência em alta

» ANA CAROLINA ALVES

A percepção sobre o avanço da violência contra as mulheres aparece de forma expressiva entre as brasilienses. Dados da 11ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), mostram que, no Distrito Federal, 79% das mulheres consideram que a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou. Para 46% das entrevistadas, as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil.

No Distrito Federal, a pesquisa entrevistou 802 mulheres com 16 anos ou mais. Desse total, 269 afirmaram ter sofrido violência em algum momento da vida e 33 disseram ter passado por uma situação de violência nos 12 meses anteriores à entrevista. Entre as mulheres que relataram agressões, 16 procuraram uma delegacia comum ou uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), o equivalente a 48%.

A pesquisa mostrou a dimensão da violência psicológica e física entre as brasilienses que relataram agressões. Segundo os dados, 91% afirmaram ter sofrido violência psicológica e 82% relataram violência física. Em 51% dos casos, as mulheres disseram que, no momento da agressão, o autor estava com ciúmes. Em 48%, o agressor estava inconformado com o término ou com uma tentativa de término do relacionamento.

O companheiro ou marido aparecem como o principal agressor entre as mulheres do DF que sofreram violência. Eles foram identificados em 48% dos casos, percentual abaixo do registrado no país, de 62%. Além disso, 16% das brasilienses que sofreram algum tipo de violência afirmaram que ainda moram ou convivem com a pessoa que as agrediu.

A rua foi apontada por 53% das entrevistadas como o espaço onde se sentem menos respeitadas, enquanto 26% citaram o ambiente de trabalho.

Apesar de a maioria reconhecer a existência do problema, ainda há dúvidas sobre a capacidade de proteção da legislação. Entre as brasilienses, 22% acreditam que a Lei Maria da Penha protege as mulheres contra a violência doméstica e familiar. Outras 55% consideram que a lei protege apenas em parte, enquanto 21% não acreditam que a legislação seja capaz de garantir essa proteção.

O conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, no entanto, é maior no Distrito Federal do que na média nacional. Segundo a pesquisa, 28% das mulheres do DF afirmaram conhecer muito a legislação, contra 21% no Brasil. A Delegacia da Mulher é o serviço de proteção mais conhecido pelas brasilienses: 98% disseram conhecer o equipamento.

A proximidade com casos de violência também é elevada. No DF, 69% das mulheres afirmaram conhecer alguém que sofreu violência doméstica ou familiar, o que

Percepção feminina da violência no DF



79% das mulheres do DF acreditam que a violência doméstica e familiar aumentou;

31% das entrevistadas afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ao longo da vida;

91% das vítimas relataram violência psicológica;

Fonte: DataSenado/Observatório da Mulher contra a Violência — 11ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

evidencia a presença do problema no cotidiano da população.

Pesquisa

A 11ª edição do levantamento marca duas décadas de acompanhamento da violência contra a mulher no país. A primeira pesquisa foi realizada em 2005 e serviu de subsídio para a formulação

82% relataram violência física;

48% identificaram marido ou companheiro como agressor;

48% das vítimas que sofreram violência nos últimos 12 meses procuraram uma delegacia para denunciar.

da Lei Maria da Penha, sancionada no ano seguinte. Desde então, o estudo passou a incorporar novas dimensões da violência, como questões relacionadas a raça, gênero e tecnologia, além de ampliar a análise sobre a rede de proteção e os mecanismos disponíveis para as vítimas.

José Henrique Varanda, coordenador do Instituto DataSenado,

afirmou que o levantamento acompanha, a cada dois anos, as mudanças na violência contra as mulheres, na legislação e na percepção da sociedade sobre o problema. “Quase 29 milhões de brasileiras — uma em cada três mulheres com 16 anos ou mais — vivenciam violência a cada 12 meses, e 87% delas não a percebem ou não a declaram como violência”, disse.

Segundo Varanda, o objetivo do levantamento é dar visibilidade a uma realidade que ainda não chega aos registros oficiais. “Nosso papel é justamente tornar visível essa realidade, para que ela se transforme em consciência, políticas públicas e proteção efetiva para as mulheres”, completou.

A pesquisa utiliza amostras totalmente probabilísticas, com resultados calculados com nível de confiança de 95%. No Distrito Federal, foram realizadas entrevistas por telefone com mulheres de 16 anos ou mais. Considerando as estimativas simples apresentadas no levantamento, a margem de erro média observada para o DF foi de 2,35%, com desvio padrão de 1,72%.

Os dados estaduais integram o Mapa Nacional da Violência de Gênero, plataforma mantida pelo Observatório da Mulher contra a Violência, pelo Instituto Natura e pela Gênero e Número. A ferramenta permite comparar as diferentes realidades das 27 unidades da Federação e evidencia a distância entre a violência vivenciada pelas mulheres e aquela que chega às estatísticas oficiais.

Onde pedir ajuda

» **Ligue 190:** Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf). Uma viatura é enviada imediatamente até o local. Serviço disponível 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Ligue 197:** Polícia Civil do DF (PCDF). **E-mail:** denuncia197@pcdf.df.gov.br **WhatsApp:** (61) 98626-1197 **Site:** <https://www.pcdf.df.gov.br/servicos/197/violencia-contra-mulher>

» **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher, canal da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes, além de reclamações, sugestões e elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento. A denúncia pode ser feita de forma anônima, 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam):** funcionamento 24 horas por dia, todos os dias. **Deam 1:** previne, reprime e investiga os crimes praticados contra a mulher em todo o DF, à exceção de Ceilândia. **Endereço:** EQS 204/205, Asa Sul. **Telefones:** 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673 **E-mail:** deam_sa@pcdf.df.gov.br **Deam 2:** previne, reprime e investiga crimes contra a mulher praticados em Ceilândia. **Endereço:** St. M QNM 2, Ceilândia **Telefones:** 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438

Proteção exige empatia e desburocratização

» LETÍCIA MOUHAMAD

Prevenção ao feminicídio, acolhimento a vítimas e papel das instituições públicas no aperfeiçoamento das redes de cuidado foram os temas discutidos no painel Vidas Interrompidas — A jornada da mulher em busca de proteção do Estado, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ontem. Mediado pela secretária-geral adjunta de Controle Externo do TCU, Tânia Lopes Pimenta Chioato, o encontro reuniu magistrados, policiais e especialistas em violência contra a mulher.

No primeiro painel, o pastor e teólogo Ed René Kivitz trouxe uma reflexão voltada ao engajamento

masculino e à urgência da autocrítica para desestruturar a cultura patriarcal. “É imperativo que nós, homens, iniciemos um diálogo profundo sobre a nossa própria subjetividade. Precisamos aprender a identificar e nomear os sentimentos que nos habitam”, sustentou o teólogo, enfatizando que a posse e a violência mascaradas de afeto destoam da essência espiritual.

No segundo painel, a assistente social e conselheira tutelar Solange Santos destacou a distância entre o arcabouço normativo e a realidade material vivida por mulheres vulneráveis. “As políticas públicas existem e há leis muito bonitas no papel, mas, na hora do acesso, a burocracia dificulta. Tive a oportunidade de

ouvir de várias delas a frase: ‘Ruim com ele, pior sem ele’”, relatou, defendendo espaços de escuta qualificada que antecedam o ambiente hostil das delegacias.

Ao abordar o preparo das forças de segurança e dos servidores públicos, a ex-delegada da Polícia Civil do Distrito Federal Grace Justa pontuou que o aprimoramento técnico não basta se não houver empatia. “A gente fala muito de capacitação, mas antes tem uma coisa chamada sensibilização. A pessoa passa por 500 capacitações, mas, se o coração não estiver convencido, ela não vai acreditar na causa”, afirmou Grace Justa.

Grace chamou a atenção, ainda, para a lentidão na concessão de benefícios sociais. “Nessa hora, a

burocracia tem que ser muito reduzida, porque o tempo urge; senão, a mulher pode morrer. A longo prazo, a resposta é a educação; sem ela, não conseguimos mudar a violência nem a realidade do país”, frisou a presidente do Instituto Umanizzare, que atende mulheres em situação de violência.

O juiz de direito substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Heversom D’Abadia Teixeira Borges enfatizou que o acolhimento humanizado é a chave para evitar a desistência das denúncias e que o afastamento do agressor precisa vir acompanhado de amparo social. Ferramentas como a tornozeleira eletrônica e o acompanhamento

Divulgação/Sindilegis



Evento no TCU abordou a prevenção ao feminicídio

ativo têm, segundo ele, alto índice de sucesso no DF, mas exigem que a sociedade abandone a omissão. “Devemos superar conceitos obsoletos como ‘em briga de marido

e mulher não se mete a colher’. A proteção à mulher é uma responsabilidade coletiva; nossas vizinhas, filhas e mães precisam do nosso olhar atento”, concluiu o juiz.

Obituário

Sepultamentos realizados em 26/8/2026

» Campo da Esperança

Aliete Oliveira Azevedo, 89 anos
Antônio Francisco da Silva, 60 anos
Antônio Taboza de Amorim, 78 anos
Augusto Carneiro Gonçalves, 42 anos
Bruno Marques da Rosa, 32 anos
Francisco Ferreira da Silva, 89 anos
Geraldino Gomes de Sá, 90 anos
Maria Aparecida Alves Moreira, 59 anos
Maria Cristina da Silva Santos, 74 anos

Maria do Rosário Regina Abreu, 78 anos
Mônica Moreira Alves, 59 anos
Ricardo Amorim Becker, 58 anos
Wanderley Celso Vassoler, 72 anos
Zilma Aparecida Silva de Andrade, 50 anos

» Taguatinga

Aleff Miguel Porto de Oliveira, menos de 1 ano
Antônio Avelino de Oliveira, 75 anos

Cosme Pereira do Nascimento, 72 anos
Emilly Kamilly dos Santos, 18 anos
Gescy Bomfim de Souza, 82 anos
Jovita Caetano da Costa, 80 anos
Junior Barros de Sousa, 40 anos
Justina Pereira de Melo, 78 anos
Luis Alberto de Araújo das Chagas Sousa, 40 anos
Manoel Vieira de França, 88 anos
Maria das Graças Fernandes de Oliveira, 75 anos
Maria das Neves de Souza Loa, 78 anos

Mateus Bonifácio Virtuoso, 25 anos
Valdivina Francisca de Almeida Melo, 80 anos
Veneranda Alves Pinheiro, 91 anos

» Gama

Esther Carvalho Ribeiro, menos de 1 ano
Geraldo Alencar de Souza, 54 anos

» Planaltina

Marcos Aurélio de Oliveira, 60 anos

» Brazlândia

Maria Gomes da Silva, 95 anos

» Sobradinho

Fernando Ferreira Leal, 47 anos
Rubem Pinto de Oliveira, 66 anos
Vera de Jesus Bueno de Menezes, 65 anos

» Jardim Metropolitano

Álvaro Ferreira, 75 anos (cremação)



“Se você quer algo novo, você precisa parar de fazer algo velho”
Peter Drucker



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Indústria do DF apresenta metas para 2030 a candidatos ao Buriti



O presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Jamal Bittar, está conversando diretamente com os candidatos ao Palácio do Buriti sobre os rumos do setor na capital. Vem entregando pessoalmente a cada um o documento Pauta da Indústria do DF (2027-2030). A entidade defende, principalmente, a criação de uma Agência de Desenvolvimento Econômico que seja mais ágil, mais forte e mais independente que uma secretaria de Estado.

Divulgação Fibra

Mudança de matriz econômica

“Se é tão importante mudar a matriz econômica do DF, saindo da dependência do Poder Público, isso pode ser feito pelo viés da indústria. Os setores do comércio e de serviços já têm seu peso. Mas a indústria e o agro merecem incentivos e têm ainda grande potencial a ser realizado”, disse Jamal à coluna.



Promoção de investimentos

O documento tem quatro eixos: Ambiente Econômico; Inovação e Desenvolvimento Tecnológico; Meio Ambiente; e Comércio Exterior. E, neles, consta instituir a Agência de Promoção de Investimentos do DF e criar o Programa Distrital de Transformação Digital.

Reprodução



Perda de produção com o fim da taxa das blusinhas

Cerca de 249 milhões de encomendas de pequeno valor vão entrar no país por meio do Programa Remessa Conforme (PRC) este ano, alta de 56% em relação a 2025. No entanto, o crescimento seria menor caso o Imposto de Importação sobre as compras ainda estivesse valendo. Nesse cenário, seriam 195 milhões de remessas, volume que ainda é 22% superior ao registrado no ano passado. Logo, o fim da “taxa das blusinhas” deve aumentar a quantidade de remessas em 28%. Diante desse cenário, uma nota técnica divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que o fim da “taxa das blusinhas” pode pôr em risco 109 mil empregos e a geração de cerca de R\$ 21,8 bilhões em produção doméstica em 2026. O estudo estimou os efeitos da retirada do Imposto de Importação sobre o volume e o valor das compras internacionais de pequeno valor — de até US\$ 50.

Concorrência com similares importados

“Com o imposto em vigor, o consumo que, hoje, vai para compras internacionais por meio do Programa Remessa Conforme seria direcionado a produtos e serviços produzidos no Brasil. O imposto funcionava como uma redução parcial da assimetria tributária entre a produção doméstica e os similares importados”, aponta Marcio Guerra, superintendente de Economia da CNI.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Em valores, as projeções da CNI apontam

R\$ 23,6 BILHÕES

em importações via PRC, crescimento de 65,7% frente a 2025. Com a taxação, porém, seriam R\$ 16,6 bilhões, montante 16,2% acima do ano passado.

ABMES entrega Carta Aberta a presidenciais

Em meio à disputa eleitoral, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) encaminhou a candidatos à Presidência da República uma Carta Aberta com dez compromissos considerados fundamentais para o futuro da educação superior brasileira. Assinado pelo diretor-presidente da entidade, Janguê Diniz (foto), o documento defende que a educação superior “ocupe lugar central na estratégia de desenvolvimento econômico e social do país”. As instituições particulares concentram 80% das matrículas da educação superior.

Arquivo Pessoal



Financiamento público para o setor

Entre as propostas apresentadas, estão a reconstrução e modernização do Fies, o fortalecimento do ProUni e a criação de novos mecanismos públicos e privados de financiamento estudantil. A ABMES também defende regras regulatórias mais claras.

CRIME / Vítimas eram idosos de uma instituição de acolhimento da Asa Norte. Ao menos cinco deles foram lesados, e prejuízo pode chegar a R\$ 50 mil, segundo a polícia. Suspeita cumpria pena em regime aberto por tráfico

Cuidadora presa por furto de joias

» DARCIANNE DIOGO

Câmeras de segurança de uma instituição de acolhimento de idosos da Asa Norte flagraram a ação de uma cuidadora furtando joias e objetos pessoais dos residentes. A mulher foi presa preventivamente, ontem, pelos policiais da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte). Segundo a investigação, a suspeita cumpria pena em regime aberto por condenação anterior, pelo crime de tráfico de drogas. Ela trabalhava no lar de idosos como cuidadora e tinha livre acesso aos quartos das vítimas.

Imagens de câmeras de segurança colhidas pela polícia mostram a ação criminosa. Em um dos vídeos, é possível ver a suspeita retirando anéis dos dedos de uma idosa, enquanto ela está deitada em uma cama.

Em outro vídeo, ela retira um colar de outra residente da casa de acolhimento.

As investigações identificaram ao menos cinco possíveis vítimas

e um prejuízo estimado em cerca de R\$ 50 mil. Os furtos incluem anéis, colares, medalhas e pingentes de ouro. A suspeita é de que os crimes tenham ocorrido entre abril e junho deste ano, mas somente ontem a polícia divulgou o caso e prendeu a mulher.

A investigação reúne, ainda, relatos de outras residentes sobre o desaparecimento de joias e pertences pessoais. Além da prisão preventiva, a Justiça autorizou busca e apreensão na residência da investigada, em Valparaíso de Goiás.

Há cerca de uma semana, dois irmãos de 20 e 28 anos foram descobertos atuando de forma coordenada para aplicar golpes em moradores do DF, com foco em pessoas idosas e com limitações de mobilidade. Ambos fingiam ser técnicos que realizavam serviços de manutenção em portões e, sem informar valores prévios, iniciavam os reparos e impunham cobranças abusivas de até R\$ 8 mil. Um deles foi preso.

O esquema funcionava a partir da afixação de panfletos e adesivos

Reprodução



Imagens de câmeras da instituição mostram a suspeita retirando o colar de uma das vítimas

de propaganda em portões residenciais. Quando a vítima entrava em contato para solicitar apenas

um orçamento, os suspeitos compareciam uniformizados e equipados com ferramentas, dando início

ao desmonte do equipamento ou ao suposto reparo, antes mesmo de informar o valor do serviço. Com

o trabalho em andamento ou concluído, os falsos técnicos impunham valores abusivos, criando uma situação de fato consumado que constrangia os moradores a realizarem pagamentos em espécie, Pix ou cartão.

A ação criminosa foi desarticulada por policiais da 15ª Delegacia (Ceilândia) durante a Operação Serviço Forçado.

As investigações começaram após o relato de uma idosa de 76 anos, moradora de Ceilândia, que tentou solicitar um orçamento para arrumar o portão de casa. Sem autorização prévia, os homens começaram a manutenção e exigiram um valor entre R\$ 3.720 e R\$ 3.900 pelo trabalho. Sem ter a quantia solicitada, a moradora acabou entregando R\$ 2,9 mil em dinheiro — todo o montante que possuía guardado em casa na hora.

A apuração revelou outros tipos de fraude aplicados pelos investigados, como a alteração abusiva do preço negociado e cobranças em duplicidade com máquinas de cartão.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Veículo ficou atravessado no canteiro central da rodovia

ACIDENTE

Carreta tombada fecha BR-020 por 17 horas

» BEATRIZ MASCARENHAS

O tombamento de uma carreta com 35 mil litros de combustível resultou, ontem, em um bloqueio de 17 horas na BR-020, na altura do Km 18, em Planaltina. Cerca de 1km de extensão nos dois sentidos (Plano Piloto e Planaltina) do ponto onde a carreta tombou foi isolado para que ocorressem o transbordo e o destombamento do veículo. O acidente aconteceu na noite da última terça-feira, com vazamento de combustível na pista. O

motorista não se feriu.

De acordo com o Corpo de Bombeiros (CBMDF), as equipes foram acionadas às 23h30 e realizaram a limpeza do local antes mesmo da chegada da Ambipar (empresa responsável pelo transbordo da carga inflamável). A retirada do combustível começou às 11h30 e foi concluída somente às 15h10.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, a carreta saiu de Senador Canedo (GO), com destino à Paratinga (BA), carregando 20 mil litros de gasolina, 5 mil litros de óleo

diesel S10 e 10 mil litros de óleo diesel S500. O chefe da 2ª Delegacia da PRF-DF, Raphael Sampaio, destacou que o maior risco era de incêndio ou mesmo de uma explosão na via. Por isso, o transbordo do combustível foi a etapa mais demorada e complexa da ocorrência.

O bloqueio da via afetou moradores de Planaltina, trabalhadores do Plano Piloto e funcionários da Embrapa, que funciona nas proximidades. O caseiro Élio Alves, 58 anos, reside na 4ª etapa do Roriz, área habitacional de Planaltina, e

precisou caminhar 1km para chegar ao outro lado da via, onde a passagem de veículos estava liberada. Ele iria a uma consulta psicológica em Sobradinho.

O estagiário de T.I da Embrapa Antônio Gabriel Pereira, 21, tinha encerrado o serviço às 12h e ia para casa no Condomínio RK, região dos Lagos, quando parou no bloqueio. Segundo o estudante, o trajeto que normalmente levaria em torno de 40 minutos iria chegar a 1h30. A rodovia foi totalmente liberada às 17h03 de ontem.



Na fazenda São Bento do Tesouro, em São Sebastião, vários pés de café estão florescendo



Pimenta da Veiga realiza na fazenda todas as etapas da produção para garantir a qualidade

Aromas e sabores do nosso café

Experiência da 5ª Pegada Agroecológica da Emater-DF levou produtores a caminhar por cafezal, conhecer grãos, sentir aromas e degustar bebidas para compreender como a qualidade pode transformar o valor do produto

» DAVI CRUZ

O café, considerado uma das bebidas mais consumidas do mundo, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), a cada ano tem se revelado como uma fonte inesgotável de sabores e aromas. Diante disso, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF) promoveu a oficina “Café sensorial: identificando a qualidade do seu café” que integra a 5ª Pegada Agroecológica da Emater-DF, realizada entre 25 e 30 de agosto, em São Sebastião. A degustação dos sabores por trás do grão começou a ser descoberta antes mesmo do primeiro gole. Ontem, cerca de 10 produtores rurais da região participaram de uma experiência sensorial que percorreu diferentes etapas da produção. A programação passou por uma caminhada em um cafezal, pela percepção do cheiro do pó, observação dos grãos e degustação da bebida. A atividade mostrou, na prática, que produzir café de qualidade não depende apenas da quantidade colhida, mas de cada cuidado adotado em cada etapa do processo até a xícara.

Durante o encontro, os produtores tiveram a oportunidade de aprender a reconhecer características que ajudam a definir a qualidade do café e conheceram procedimentos usados para classificar o produto. A atividade foi conduzida pela extensionista rural da Emater, Josiane Lima, que atua na orientação dos produtores e é especializada na classificação dos produtos.

A experiência começou pelo aroma. Os participantes sentiram o cheiro do café moído antes de provar a bebida, uma etapa que ajuda a perceber características que muitas vezes passam despercebidas no consumo cotidiano, como nuances de chocolate, caramelo e toques florais ou frutados. Depois, veio a degustação, permitindo comparar aromas, sabores e sensações presentes em diferentes tipos da bebida.

Segundo a especialista, uma das etapas fundamentais para descobrir o potencial do café produzido na propriedade é a análise laboratorial. “Conversei com eles sobre qualidade do café e expliquei como eles fazem uma amostra para enviar ao laboratório e descobrir que tipo de café que eles estão produzindo”, ex-

plicou a extensionista. Segundo Josiane, o procedimento começa com uma análise física, que verifica os grãos e possíveis defeitos, e depois passa pela análise sensorial, realizada após a torra do café.

Estratégias

De acordo com Josiane, o foco na qualidade tem uma razão prática. Muitos produtores de São Sebastião cultivam o tipo arábica, trabalham em propriedades de área reduzida, o que limita a possibilidade de ampliar significativamente a produção. “A estratégia defendida pela Emater-DF é agregar valor ao café produzido, em vez de apostar somente no aumento do volume”, reforçou.

A oficina também apresentou aos produtores possibilidades de aproximação com cafeterias do DF. A ideia é criar uma ponte entre quem produz e estabelecimentos interessados em oferecer cafés de qualidade, o que amplia os canais de comercialização para a agricultura local. “O foco na qualidade é que vai levar o retorno financeiro da atividade, e não a quantidade de produção”, resumiu a especialista.

Produtores

O anfitrião do encontro foi João Pimenta da Veiga, 79 anos. Ministro das Comunicações no governo Fernando Henrique Cardoso, hoje, ele é produtor rural, e contou como foi a experiência de receber os produtores. “Esse tipo de reunião nos proporciona algo fundamental, que é uma troca de conhecimento. Certamente, os que vieram viram alguma coisa que gostaram e outras que não gostaram. Poderão evitar erros nas suas próprias experiências”, afirmou. Pimenta da Veiga mantém uma área de cultivo de café e pretende ampliar a produção. Atualmente, são cerca de 10 mil pés, mas a intenção é plantar mais 30 mil. Na propriedade, o produto passa pelo beneficiamento, limpeza, torra, moagem e envase — onde o grão é embalado de forma adequada para proteger o produto contra oxigênio, luz, umidade e perda de aroma. O pacote de 500g do Café São Bento (torrado e moído, 100% arábica) custa R\$ 32.

Para o produtor, cultivar a terra também representa uma relação próxima com a natureza. Ele destaco



Técnicos da Emater e produtores rurais visitaram o cafezal,...



...conheceram os aromas e sabores e conversaram sobre como agregar valor à produção

Serviço

A 5ª Pegada Agroecológica da Emater-DF em São Sebastião segue até domingo (30). A programação reúne palestras, oficinas, rodas de conversa e atividades voltadas à agricultura familiar e à produção agroecológica. Mais informações podem ser encontradas no site oficial da Emater.

ca que a atividade rural exige esforço e envolve riscos, especialmente pela dependência das condições climáticas, mas proporciona satisfação diária. “É difícil, exige muito esforço, mas dá uma enorme alegria”, contou. Outro produtor que participou da

oficina foi Edinei Souza, 57. Morador da região de São Sebastião, ele trabalha há cerca de 12 anos com café e mantém aproximadamente 2,5 mil pés. A produção é feita em família, com a participação da esposa e dos dois filhos. O produtor realiza praticamente todo o processo na propriedade, desde a limpeza dos grãos até a torra e a moagem. O café é vendido principalmente para moradores, amigos e conhecidos de São Sebastião. Atualmente, ele comercializa o produto por cerca de R\$ 40 a R\$ 45 o pacote de 500g.

Para ele, a oficina trouxe conhecimentos que poderão ser aplicados diretamente na propriedade. “O conhecimento foi muito bom. O pessoal da Emater passou muitas coisas novas que a gente não tinha conhecimento. Nós vamos usar lá na nossa propriedade”, afirmou.

Cadeia

A experiência realizada em São Sebastião também ocorre em um momento de expansão da cafeicultura no Distrito Federal. Segundo dados da Emater, em 2024, a área plantada de café na capital federal chegou a 430 hectares. A produção local é concentrada na espécie arábica e tem ganhado espaço pela aposta em qualidade e em variedades de cafés especiais.

No cenário nacional, a importância do produto é ainda maior. Dados apresentados pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) apontam que os brasileiros consumiram 21,4 milhões de sacas de café em 2025. A entidade também informa uma média de 1.400 xícaras consumidas por brasileiro ao ano e um faturamento de R\$ 46 bilhões no mesmo período.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Brasileiro na Ferrari

O brasileiro Rafael Câmara passará por um período de treinamentos com a Ferrari em Mugello, na Itália, a partir de hoje. O objetivo da atividade é dar mais um passo na adaptação do piloto de 21 anos para um possível futuro na Fórmula 1. Câmara já havia treinado nas pistas italianas em julho, na cidade de Fiorano, visando se preparar para futuras atividades com a Haas. A escuderia norte-americana é uma das interessadas em contar com o piloto recifense em 2027.

BASQUETE Invicto há seis partidas e líder do Grupo E das Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2027, Brasil recebe, hoje, no Ginásio Nilson Nelson, a República Dominicana, segunda seleção de maior estatura entre as 12 que jogam a segunda fase

Desafio à altura

Fiba/Divulgação



Fiba/Divulgação



“Baixinho” de 1,78m de altura, o armador Yago é o responsável por fazer o jogo da Seleção Brasileira girar, enquanto o pivô Joel Soriano, de 2,11m, derruba as bolas no garrafão a favor da República Dominicana

MEL KAROLINE*

Invicta há seis partidas e líder do Grupo E das Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2027, no Catar, a Seleção Brasileira masculina de basquete tem, hoje, às 20h10, no Ginásio Nilson Nelson, um desafio à altura. A adversária na estreia da segunda fase é a República Dominicana, a segunda equipe mais alta entre as 12 que buscam vaga no próximo Mundial, no Catar.

Com média de 1,98m, a República Dominicana fica atrás apenas dos Estados Unidos entre as sobreviventes nas Eliminatórias. O Brasil aparece na sequência, com 1,94m. A diferença de quatro centímetros, porém, ganha outra dimensão no garrafão: os dominicanos contam com jogadores como Joel Soriano (2,11m) e Al Horford (2,03m).

A força física dos dominicanos foi demonstrada na primeira fase. Na vitória por 87 x 79 sobre os Estados Unidos, em fevereiro, a equipe caribenha pegou 16 rebotes ofensivos e explorou o jogo próximo à cesta. O resultado é histórico para o país, pois marcou a primeira vitória sobre



os norte-americanos nas Eliminatórias desde 1989. Em julho, a República Dominicana vendeu caro a derrota por 82 x 81.

É nesse cenário que os pivôs brasileiros, como Tim Soares,

ganham importância. Com 2,11m, ele é o jogador mais alto da Seleção Brasileira e terá pela frente um dos principais desafios do jogo: conter a força dominicana perto da cesta. O atleta, nascido

“Mesmo sendo os mais altos, vai ser trabalho em equipe, com certeza. Estamos treinando isso e conhecemos bastante os jogadores da República Dominicana. Será um ponto muito forte para aplicarmos e, se fizermos do jeito certo, acho que vamos levar a vitória”

Tim Soares, pivô da Seleção

nos EUA e criado em São Paulo, fará a primeira partida pela Seleção em território nacional.

Para Tim, a diferença de estatura precisa ser compensada com organização e ajuda entre os

jogadores. O pivô destaca a importância de controlar os principais nomes do adversário e evitar que a República Dominicana consiga explorar a força perto da cesta. “Eles vêm jogando muito bem nessa área. A nossa ideia é ajudar um ao outro. Geralmente, há um ou dois que vão atacar mais, então temos que eliminar esses e o resto do time tem que ajudar no rebote”, analisou.

A estratégia passa por confiar no trabalho feito nos treinamentos e não transformar a diferença física em um problema individual. “Mesmo sendo os mais altos, vai ser trabalho em equipe, com certeza. Estamos treinando isso e conhecemos bastante os jogadores. Será um ponto muito forte para nós aplicarmos e, se fizermos do jeito certo, acho que vamos levar a vitória”, projetou.

Uma das novidades do Brasil para a partida é Raulzinho Neto. O armador de 34 anos não defendia a Seleção desde os Jogos de Paris-2024. A presença dele amplia as opções do técnico Aleksandar Petrovic para a posição.

A Seleção Brasileira voltará a jogar em Brasília após 11 anos. A última passagem pela capital

havia sido em 2016, pelo Super Desafio BRA, contra Uruguai e Argentina. O reencontro com a torcida brasiliense terá ainda um significado especial: o Brasil fará uma homenagem a Oscar Schmidt, maior pontuador da história do basquete nacional, criado no Distrito Federal e que iniciou a carreira no Clube da Vizinhança. A Seleção jogará com um patch dourado com o rosto do ídolo e a inscrição “Oscar Eterno” na camisa. Léo Meindl também entrará em quadra com um símbolo importante: vestirá a camisa 14, eternizada pelo Mão Santa.

Na segunda fase, o Brasil terá pela frente, em ida e volta, República Dominicana, México e Estados Unidos, em ida e volta, totalizando seis partidas. A meia dúzia de vitórias conquistadas na etapa anterior é carregada para a nova classificação, e a Seleção começa na liderança do Grupo E, com 6-0. Os três primeiros colocados garantem vaga direta na Copa do Mundo de 2027, enquanto o melhor quarto colocado entre os três grupos também se classifica.

*Estagiária sob a supervisão de Victor Parrini

ESPORTES

COPA DO BRASIL No aniversário de 112 anos, alviverde não toma conhecimento do Santos, aplica 3 x 0 e abre boa vantagem

Palmeiras deslança em casa

Flaco López destravou mais um jogo que se apresentava difícil ao Palmeiras, e comandou o atropelo do time alviverde sobre o Santos no Nubank Parque. O triunfo por 3 x 0, ontem, dia do aniversário de 112 anos do clube alviverde, deixa confortável a equipe comandada por Abel Ferreira no confronto das quartas de final da Copa do Brasil. O Palmeiras empilhou gols perdidos no segundo tempo do “Clássico da Saudade” e perdeu a chance de construir uma goleada histórica. Mesmo assim, a vantagem conquistada na arena palmeirense é larga, e fruto de um bom desempenho coletivo e também da fragilidade santista, ainda mais evidente quando Neymar, crítico do grama-do sintético, não joga. O Santos terá de ganhar por quatro gols de diferença para reverter o placar ou por três para forçar as penalidades. O segundo duelo que definirá um dos semifinalistas do torneio será disputado daqui a uma semana, 2 de setembro, na Vila Belmiro. Sem Neymar e Gabigol (este no banco) e armado com três volantes, o Santos foi à arena palmeirense com o objetivo claro de não perder. Conseguiu apenas até os 30 minutos. O time alviverde fazia um jogo melancólico e, como em todos os últimos primeiros tempos em casa, encontrava dificuldade para penetrar na zaga adversária. O talentoso e iluminado argentino destravou o jogo, até então difícil. Atuando entre as linhas, muitas vezes como um 10, ele acertou um chute rasteiro.

Cesar Greco/Palmeiras



“Parça” de Lionel Messi, Lautaro Martínez e companhia durante a Copa pela Argentina, Flaco López voltou ainda mais letal e decidiu ontem

Depois do gol, aos 33, a equipe deslançou. Vitor Roque perdeu gol perto da pequena área e Arias cabeceou para fora. Mas Andreas Pereira não desperdiçou, concluindo rebote concedido por Brazão. Insatisfeito, Cuca abriu o Santos

e lançou Gabigol, Rony e Gabriel Bontempo. A estratégia foi benéfica ao Palmeiras, que foi completamente dominante. Gay e Maurício estiveram sozinhos diante de Brazão e chutaram por cima do gol. Vitor Roque fez pior ainda, após

jogada espetacular de Arias. Mas se os colegas eram ineficientes, Flaco López estava com a pontaria em dia. Foi dele, de cabeça, o terceiro gol que definiu o atropelo palmeirense em casa. O Santos ensaiou uma pressão

nos minutos finais. Sem muita organização, empurrou o rival, mas não conseguiu sequer acertar o defendido por Carlos Miguel. A noite foi perfeita ao aniversariante, que comemorou com vitória, diante de 40 mil no estádio, seus 112 anos.

Matheus Lima/Vasco



Andrés Gomez chegou ao sexto gol em 2026 e garantiu frente

Ricardo Duarte/Internacional



Paulo Pezzolano vive pressão por sequência sem vencer

Gre-Nal opõe crise de técnicos

Internacional e Grêmio transferem para a Copa do Brasil a pressão acumulada no Campeonato Brasileiro. Separados apenas pelo saldo de gols e perigosamente próximos da zona de rebaixamento, os rivais se enfrentam hoje, às 20h, no Beira-Rio, em Porto Alegre, pela rodada de ida das quartas de final. Será o Gre-Nal de número 453 da história. O Prime Video transmite. O Colorado não vence há oito rodadas no campeonato nacional. Pressionado pela sequência, o treinador Paulo Pezzolano assumiu a responsabilidade pelo momento colorado e afirmou que a competição exige uma mudança imediata de foco. “Agora temos um Gre-Nal, viramos a chave. Para nós, é muito importante, o jogo mais importante do ano. É assim que estamos pensando no próximo jogo. Depois voltamos ao Brasileiro”, disse. O Grêmio chega ao Beira-Rio depois de duas derrotas consecutivas no Campeonato Brasileiro. A sequência aumentou a pressão sobre Luís Castro. Fora de casa, o time apresenta dificuldades para controlar os adversários e produzir ofensivamente. “Temos que bolar uma estratégia diferente. O nosso rival, no campo deles, tenta pressionar, tenta fazer um jogo bem incisivo. Temos que neutralizar as qualidades deles e ser inteligentes, mas indo lá para buscar vencer a partida”, afirmou.

Vasco supera expulsão e conquista vantagem

O Vasco iniciou a caminhada nas quartas de final da Copa do Brasil contra o Vitória, ontem, pensando em abrir uma boa vantagem de gols para buscar a classificação, na próxima semana, fora de casa. No entanto, diante das nuances do duelo em São Januário, o resultado positivo por 1 x 0 deixou de ser uma vantagem mínima para valer muito. O cruzmaltino jogou boa parte do duelo em casa com um jogador a menos e deixou o gramado satisfeito com o cenário construído.

Todo o enredo da partida passa pelo capital minuto 17 do primeiro tempo. Barros perde a bola para Renato Kayser e, no desespero para evitar contra-ataque com campo aberto, coloca a mão na bola. O lance foi à altura do meio-campo, mas o volante era o último homem. Assim, com auxílio do VAR, acabou expulso. Antes, o Vasco ensaiava a construção de algum domínio. Colidio perdera a chance de abrir o placar pouco antes. O vermelho precoce ameaçou entregar as ações para o Vitória.

O time rubro-negro cresceu, mas não o suficiente para criar lances de perigo em profusão. Apesar da diferença numérica, o equilíbrio seguiu predominante. Ramon Rique quase abriu o placar para os cariocas. Segurar o 0 x 0 com um jogador a menos ampliou a confiança do Vasco para o segundo tempo. Andrés Gómez chegou a balançar a rede, mas o lance foi anulado. O gol, porém, parecia questão de tempo. Pouco depois, o colombiano teve nova oportunidade, balançou a rede de pé esquerdo e cravou o 1 x 0.

Melhor, o Vasco seguiu criando chances. Puma Rodríguez e Colidio desperdiçaram. Em uma delas, o argentino acertou a trave. O fator físico pesou a favor do Vitória nos minutos finais e surgiu uma certa pressão. Léo Jardim fez, pelo menos, três defesas providenciais no jogo para manter o resultado. O placar foi mínimo, as chances perdidas indicavam a possibilidade de mais. No entanto, com os percalços enfrentados, a possibilidade de levar o empate para Salvador será comemorada pelos vascaínos.

LIGA DOS CAMPEÕES

UCL define hoje os jogos da temporada 2026/2027

As últimas vagas para a fase de liga da Liga dos Campeões da Europa foram preenchidas. Após a rodada final dos playoffs, disputada ontem, Fenerbahçe, AEK Atenas, Slovan Bratislava e Viking FK garantiram presença na competição continental. O time turco venceu o Lyon e assegurou o retorno ao torneio europeu de clubes após 18 anos. Na Grécia, o AEK Atenas superou o Levski Sofia, enquanto o Slovan Bratislava passou pelo NK Celje. Já o Viking FK eliminou o Dinamo Zagreb e fechou a lista de classificados da rodada. Com os novos participantes, a próxima etapa terá 36 equipes.

Outros 29 clubes avançaram diretamente, enquanto três haviam se classificado no dia anterior. O sorteio da tabela de jogos está marcado para hoje, às 13h, enquanto a fase de liga da competição começa em 8 de setembro. Cada equipe será sorteadada para enfrentar dois adversários de cada um dos quatro potes, com um jogo em casa e outro fora contra representantes de cada grupo. Clubes do mesmo país não poderão se enfrentar, enquanto haverá limite de dois adversários de uma mesma associação nacional. Ao todo, serão oito partidas contra adversários diferentes, sendo quatro como mandante e quatro como visitante.

Ozan Kose/AFP



Fase de liga da competição de clubes da Europa começa em 8 de setembro. Final será em 5 de junho, no Wanda Metropolitano, em Madri

Potes do sorteio	
Pote 1 Paris Saint-Germain (França) Bayern de Munique (Alemanha) Real Madrid (Espanha) Liverpool (Inglaterra) Inter de Milão (Itália) Manchester City (Inglaterra) Arsenal (Inglaterra) Barcelona (Espanha) Atlético de Madrid (Espanha)	Pote 3 Feyenoord (Holanda) Lille (França) Bodo/Glimt (Noruega) Napoli (Itália) RB Leipzig (Alemanha) Villarreal (Espanha) Shakhtar Donetsk (Ucrânia) Galatasaray (Turquia) Fenerbahçe (Turquia)
Pote 2 Borussia Dortmund (Alemanha) Roma (Itália) Sporting CP (Portugal) Aston Villa (Inglaterra) Porto (Portugal) Manchester United (Inglaterra) Club Brugge (Bélgica) Real Betis (Espanha) PSV Eindhoven (Holanda)	Pote 4 Slavia Praga (República Tcheca) Stuttgart (Alemanha) LASK (Áustria) Como (Itália) Lens (França) Sabah (Azerbaijão) AEK Atenas (Grécia) Slovan Bratislava (Eslováquia) Viking FK (Noruega)

BOICOTE DA UEFA A Uefa optou por suspender o boicote à Fifa após receber garantias de que o plano de vender participações na Copa do Mundo não será retomado. A organização europeia foi uma das principais críticas à proposta do Fifa Forward Enterprise, projeto que buscava atrair investimentos privados para financiar torneios.	BOTAFOGO O Botafogo oficializou, ontem, o retorno do atacante Tiquinho Soares. Aos 35 anos, o jogador assinou contrato válido até o encerramento da temporada de 2026 e inicia a segunda passagem pelo clube. Tiquinho estava livre no mercado desde que obteve na Justiça do Trabalho a rescisão do vínculo com o Santos.	CORINTHIANS O Corinthians ganhou motivos para aumentar a esperança antes do clássico com o Santos, no domingo, às 16h, pelo Campeonato Brasileiro. O atacante Yuri Alberto e o goleiro Hugo Souza participaram do treinamento de ontem, no CT Joaquim Grava, e avançaram na tentativa de ficar à disposição do técnico Fernando Diniz.	CRUZEIRO Kaio Jorge procurou Ruan Tressoldi para pedir desculpas pelo lance que provocou a queda assustadora do zagueiro durante o empate por 1 x 1 entre Cruzeiro e Atlético-MG, pela ida das quartas de final da Copa do Brasil. O atleticano também se pronunciou, mas adotou um tom duro e acusou o atacante de deslealdade.	FLAMENGO O Flamengo contou com novidades nos treinamentos no CT Ninho do Urubu. Ontem, por exemplo, jovens jogadores da base surgiram nas atividades comandadas pelo técnico Leonardo Jardim. O centroavante Josmar pode ganhar uma oportunidade no elenco no jogo de domingo, contra o Botafogo, pelo Brasileiro.	FLUMINENSE O Fluminense corre sério risco de perder uma peça fundamental para o confronto decisivo contra o Athletico-PR, marcado para domingo, válido pelo Campeonato Brasileiro. O zagueiro Thiago Silva figura como dúvida para a partida na Arena da Baixada. O principal motivo para tal cautela envolve o gramado sintético.
--	--	--	--	--	--

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio em conjunção superior ao Sol. A lucidez está sempre disponível para quem tiver a boa vontade de a invocar e utilizar para resolver seus problemas com sabedoria, ou seja, com menos egoísmo e com maior amplitude de visão. A lucidez, porém, como também qualquer outra virtude que envolva melhoria dos relacionamentos humanos na direção da solidariedade e da cooperação, pode estar disponível, mas só pode ser aproveitada e praticada por quem tiver a boa vontade de evoluir. O humano não evolui e melhora em qualquer sentido de forma espontânea ou por um processo natural, nós, os humanos, só evoluímos quando o decidimos no íntimo do coração, e quando essa decisão nos motiva a praticarmos o necessário nesse sentido, senão, o que acontece naturalmente é deslizarmos todos para a brutalidade.



ÁRIES
21/03 a 20/04

Seria ideal que todo mundo desse seu melhor na tentativa de desempenhar com qualidade suas funções, mas, infelizmente, não é assim que as coisas andam, por isso, se você fizer seu melhor, não espere elogios.



TOURO
21/04 a 20/05

Na hora em que lhe parecer que o jogo está todo ao seu favor será essa a deixa que o mistério da vida lhe oferecerá para que reflita melhor sobre a necessidade de seguir em frente com seus intuitos. Há algo de enganoso no ar.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

A demanda pela sua presença conflita com sua vontade de se resguardar na serenidade do espaço que você ama. Essa não é uma discrepância que mereça grande atenção, mas também não é assunto a ser negligenciado.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Mesmo que você tenha de se sentir pisando em ovos, esse desconforto será preferível a você imaginar que está no controle de tudo e que, por isso, poderia se movimentar sem temor de estragar tudo que foi feito.



LEÃO
22/07 a 22/08

Os constrangimentos eventuais que acontecerem agora não hão de ser interpretados como definitivos por você, porque não o são, apenas seguem a linha que vem sendo corrigida há bastante tempo. São os últimos estertores.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Quando perceber que o mau humor se apossa de sua alma diante das complicações que caem em seu colo, procure mudar intencionalmente o tom e aceitar o desafio, e ainda mais, se divertir com tudo que anda acontecendo.



LIBRA
23/09 a 22/10

Há momentos em que a alma precisa decidir a que dar mais valor, se aos planos feitos racionalmente ou aos pressentimentos interiores que apontam numa direção muito diferente. Esse é um dilema sobre o qual vale se debruçar.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Apesar dos bons sentimentos das pessoas que dão dicas e oferecem orientações, é melhor você não se lançar a seguir cegamente na direção que elas apontam, porque pode haver bastantes erros envolvidos nas dicas.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Aquilo que você quer fazer e que provavelmente fará provocará alguns distúrbios no seu círculo mais próximo de relacionamentos. Nada grave, nada que mude a vida, mas são questões que merecem sua preciosa atenção.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Nada pior para um ser humano que pretende evoluir do que se convencer de que entendeu tudo e que, por isso, não precisa continuar discutindo com ninguém. É nessa hora que a alma começa a emburrecer. Melhor não.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

É tentador se precipitar na direção do que pareceria uma boa oportunidade, mas se você se contiver um pouco e observar melhor, perceberá que há armadilhas ocultas nos planos que foram postos sobre a mesa.



PEIXES
20/02 a 20/03

Seguir as orientações oferecidas pode não ser uma boa pedida nesta parte do caminho, é preferível você se munir de espírito crítico e analisar com cuidado as orientações antes de as seguir. Melhor para todos.

LITERATURA



Taís Morais lança biografia que tem violência doméstica como pano de fundo

Debate urgente

» JOÃO PEDRO ALVES

A opção por escrever a respeito de temas sensíveis, como violência de gênero e abuso, faz parte de esforço para mudar esse cenário, diz Taís Morais. A autora lança, nesta quinta-feira, na Livraria Sebinho, *Abismos de Tatiana*, biografia de uma pessoa do círculo de amizade dela que passou por experiências dolorosas desde a infância. O evento vai das 17h às 20h. As primeiras conversas entre Taís Morais e Tatiana, pseudônimo utilizado para não expor a vítima, deram-se em encontros com amigos em comum. Ao descobrir afinidades, as duas estreitaram a relação. Foi assim que a jornalista e escritora sugeriu que as histórias deveriam ser reunidas em livro. Depois da recusa inicial, a proposta de manter sob sigilo os nomes verdadeiros levaram o projeto adiante. “Não foi nada fácil para ela”, lembra Morais, cujo processo entre escuta e escrita levou um ano. O livro relata situações de abuso sexual na infância, violência doméstica, abandono e diagnóstico de transtorno bipolar. “Procurei contar uma história dolorosa com linguagem leve e acessível, capaz de aproximar o leitor da personagem e de sua trajetória”, conta a autora.

ABISMOS

Lançamento de *Abismos de Tatiana* (editora Albatroz, R\$ 49,90), de Taís Morais, nesta quinta-feira (27/8), das 17h às 20h.

Ao longo dos relatos, Morais diz ter percebido como muitas mulheres vivem em “prisões invisíveis e carregam dores silenciosas”. “A dor de Tatiana me impediu de me calar. Afinal, todos os dias vemos mulheres e crianças tendo suas vidas destruídas pela violência.” *Os fatos descritos são todos verificáveis*. Documentos como boletins de ocorrência também compõem a obra. “Não acrescentei, não exagerei nem inventei nada.” Taís Morais também pesquisou a ditadura militar brasileira, o que resultou no livro-reportagem *Operação Araguaia – arquivos secretos da guerrilha*, vencedor do Prêmio Jabuti em 2006. O mesmo sentimento de revolta, contra a autora, atravessa os dois trabalhos. “A diferença é que a ditadura acabou, enquanto os crimes sofridos por Tatiana continuam acontecendo todos os dias”, lamenta.

*Estagiário sob supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

POEM(A)S

Ela pensa nos poemas
Que habitam as sombras

Talvez pertençam a uma
Linguagem paralela
Onde estão todos
Os versos
Que lhe faltam

E dos quais ouve
Apenas ecos

Roberta Lahmeyer

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

9						3	4	
6	7			1				
	5				4			8
	6			3		9		
	9			6			5	
				7		8		
		8				5		
1							3	2
					2			

Grau de dificuldade: Difícil

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Cidade de Festival de Cinema na França		Local do papel de parede, no celular		Grupo com duas pessoas	Elemento da divisa entre MA e PI (Geog.)	
Repórter que atua em país estrangeiro		Conjunto das obras de um museu			Louva-a-(?), inseto (Zool.)	
A do barril de petróleo é de quase 160 l	→		↘	→	→	→
→			↘			
De capota dobrável (carro)		Move-se no ar	→		Brincadeira da torcida em estádios	
		Fruto carnoso				
Criação de Angeli (HQ)	→	→			→	
→				→		(?) Kilmer, ator dos EUA
			Emanuel Lima, mestre-sala da Acadêmicos de Niterói			
			Desmorona			
Móvel da sala de jantar		Uma das origens do tóxico gás metano	→	Substância capaz de entorpecer	→	→
Poeira	↘	↘	→	→		
A faixa musical promocional em CDs	→	→	Órgão como a WWF	→	Fração da unidade	
			Fim, em inglês		Amapá (sigla)	→
→				Fina		
				Qualidade acústica da voz	→	
→				→	Mandar (?:) atuar com firmeza	Letra enfatizada pelo alemão
→					→	→
Mal-a-gradecido 500, em romanos	→	Sino do Palácio de Westminster	→			
		"(?) Kiss", sucesso do Pearl Jam				
→		→				Mar do (?:) o primeiro nome do Pacífico
						→
Fazer queixa			Ernö Rubik: criou o Cubo Mágico		"Ojos (?:)", sucesso de Shakira	→
Hora canônica	→		→		(?) -Zero, criação de "Mortal Kombat"	→
Função de Claudinho Souza na Beija-Flor		Principal verbo de ligação (Gram.)	→			
→						

BANCO. 3/así — end. 4/last. 6/big ben — carnes. 18

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

J	H
H	O
G	R
C	O
D	A
D	E
C	O
V	I
N	A
A	T
U	V
I	R
J	A
L	E
R	E
C	A

SUDOKU DE ONTEM

8	9	2	4	5	3	1	7	6
3	7	5	2	6	1	9	4	8
1	6	4	7	9	8	5	2	3
9	2	7	8	1	6	3	5	4
6	1	3	5	4	7	2	8	9
4	5	8	3	2	9	7	6	1
7	3	1	6	8	5	4	9	2
5	4	6	9	3	2	8	1	7
2	8	9	1	7	4	6	3	5

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desafio

Fácil

GAGA ZALANDA

Critico

Picote

>>>

WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Assine aqui

Assine aqui

Assine aqui

Assine aqui

Assine aqui

Assine aqui

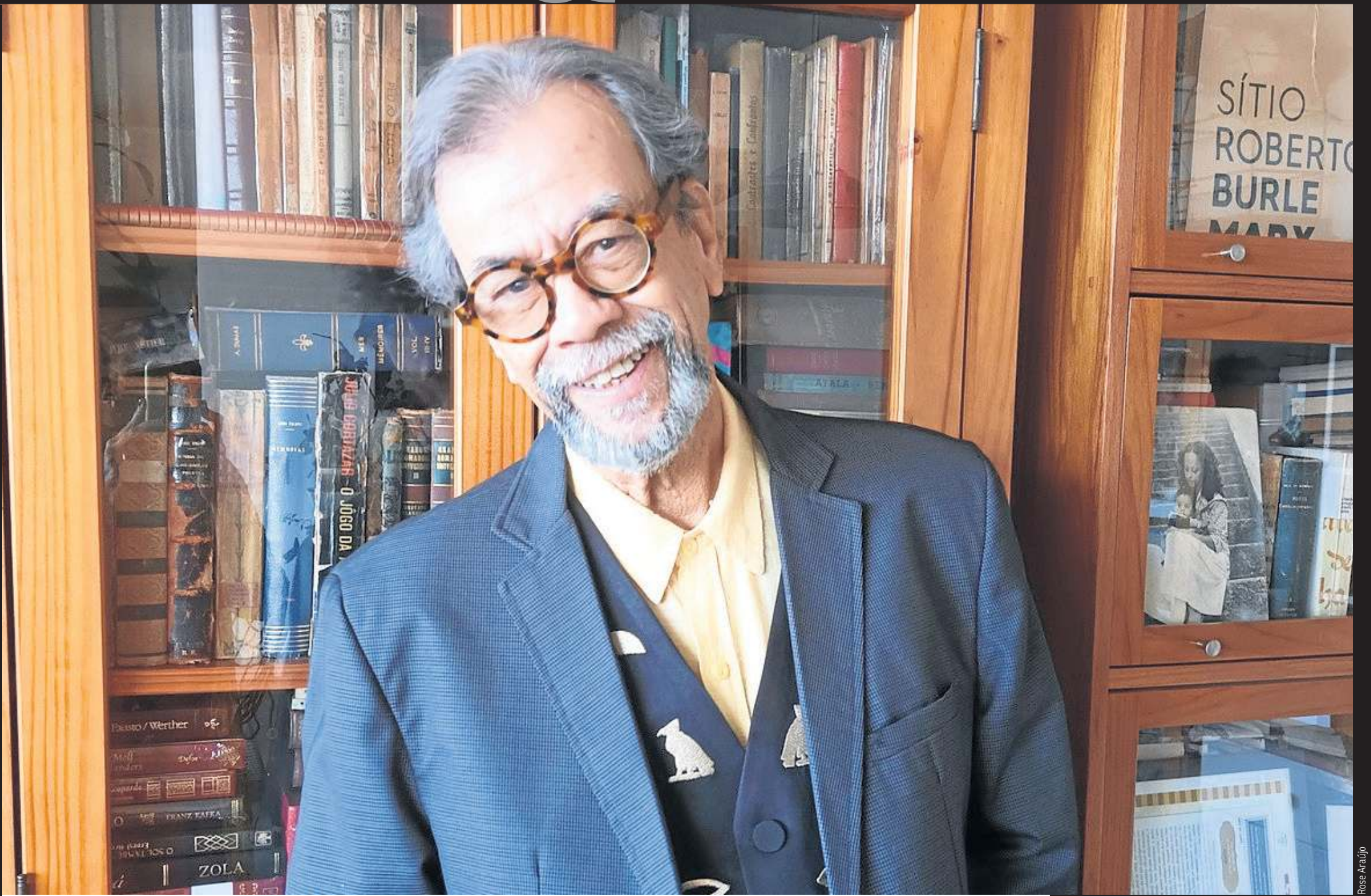
Siga a gente nos redes sociais:

coquetel

editoraCoquetel

COQUETEL

Diversão & Arte



Rose Araújo

» MARIA CAROLINA*
» MARIANA REGINATO

Luiz Artur Toribio, conhecido como Luis Turiba, chegou à capital da República em 1978. Nascido em Pernambuco, o poeta e jornalista deixou sua marca em Brasília pelo trabalho como repórter e poeta único. Turiba morreu na madrugada de ontem, na casa de um dos filhos em Salvador, devido a complicações de saúde, decorrentes de sequelas da covid e insuficiência cardíaca. Ele deixa cinco filhos e seis netos.

“Isso é triste e duro. Chegou a nossa vez de morrer. Nossa geração está partindo”, diz Nicolas Behr, poeta que conheceu Turiba quando o pernambucano chegou à capital. “Ele trouxe um livro chamado *Kiprokó* (primeiro livro de Turiba). Vinha de uma experiência de poesia, de geração mimeógrafo, da geração marginal do Rio. Era um agitador cultural, poeta, jornalista, e tinha muito dessa linha do Tropicalismo”, comenta.

Sobre a criação da icônica revista *Bric-a-Brac*, Nicolas destaca que Turiba “fez história nas revistas literárias brasileiras nos anos 1980. Era uma revista experimental, graficamente arrojada. Turiba concretizava as coisas, não eram só ideias, viraram projetos, poemas, livros, revistas, saraus. Sempre com uma verve muito boa, muito positivo, muito realizador”, destaca.

Nicolas relembra o grupo Oi Poema, realizado com Cristiane Sobral, Amneres Santiago e Bic Prado. “A gente fazia uns passeios pelo Lago Paranoá, numa barca, a barca poética. Tenho boas memórias desses passeios nossos”, conta o poeta.

“Turiba significa alegria e felicidade na língua tupi. E isso ele tinha em si”, ressalta Renato Matos, multiartista e grande amigo de Luis Turiba. Os dois se conheceram durante os concertos realizados no projeto Cabeças, evento cultural brasiliense idealizado pelo ator e produtor Néio Lúcio, nas décadas de 1970 e 1980, que contava com música, teatro, dança e poesia.

“Nós nos conhecemos e essa amizade perdurou até a morte. E vai até o final do infinito”, conta o artista baiano/brasiliense. Renato relembra que Turiba teve uma importante contribuição em sua carreira musical. O primeiro disco de vinil de Renato foi produzido pela *Bric-a-Brac* e o segundo teve participação ativa do poeta. “Foi um disco feito com muita parceria minha com o Turiba, muita poesia. Nós finalizávamos poesias inacabadas e eu colocava música. Foi um grande parceiro”, afirma.

José Sóter, poeta e amigo de Turiba, conta um pouco da chegada do pernambucano à capital. “O Turiba aportou em Brasília em 1978. Chegou como se nunca tivesse estado em outro lugar. Virou brasiliense. De imediato, estava enturmado com a rapaziada que tinha até um mimeógrafo para publicar as coisas da rapaziada”, afirma.

Turiba participou do primeiro grupo de ocupação poética da cidade, o Lira Pau Brasília, e o seu apartamento virou um reduto de produção literária. “Estava em todas, com sua irreverência e perspicácia poética. Se apropriou da cidade ao lado dos artistas locais e trouxe a sua contribuição para formarmos o mosaico da cultura candanga. Ajudou a consolidar a Geração Mimeógrafo, que está às vésperas de completar 50 anos. Uma geração que continua viva no fazer poético”, destaca Sóter.

Dona do restaurante Cura e militante cultural, Cristina Roberto, afirma que a chegada de Turiba a Brasília foi um divisor de águas. “Foi um momento que Brasília estava se descobrindo coletivamente, foi muito interessante. E o Turiba tem uma participação muito ativa nesse momento. Era um cara

A POESIA AGRADECE

AMIGOS E ESCRITORES CELEBRAM A GRANDEZA DE LUIS TURIBA. O POETA E JORNALISTA MORREU ONTEM, AOS 76 ANOS, EM SALVADOR

que estava o tempo todo antenado, descobrindo quem é que estava fazendo bonito, quem tinha boa poesia, boa música. Realmente a cultura de Brasília deve muito para o ‘Seu Luis’”, conta.

“Conheci Turiba quando vários poetas da chamada Geração Mimeógrafo batalhava meios de publicar seus poemas, tanto em antologias quanto em livros individuais. Paralelamente, a poesia nos convocava a atitudes, como foram os recitais em escolas públicas, para os quais foi publicada em mimeógrafo cachacinha a histórica antologia *Merenda Escolar*”, ressalta Luiz Martins, poeta e professor. A poeta Angélica Torres lamenta a morte do amigo. “Lá se foi o irmão, parceiro, poeta imenso e intenso, de tantos agitos poéticos e jornalísticos”, enfatiza.

A escritora e professora Maria Lúcia Verdi ressalta que o poeta era um grande militante político, foi preso durante a ditadura, mas nunca deixou de ser apaixonado pelo Brasil, pela poesia e pela música. “Teve parcerias com músicos, agitou a cena da capital como muito poucos. Salve, Turiba! Axé.”

Fernanda Lambach, jornalista e ex-mulher do poeta, destaca o amor de Turiba pelo ofício literário. “Era um poeta que amava o jogo das palavras, a força da arte gráfica, a rebeldia do que poderia parecer marginal, mas, bem no fundo, era mais do que humano. Nas últimas semanas, letra

trêmula, escreveu poema sobre o pulsar do coração e como essa máquina, esse músculo, crava o destino. Que o espírito dele seja livre para voar, como sempre foi”, comenta.

Para Lúcia Leão, jornalista e ex-mulher do Turiba, o seu grande legado para além de sua poesia foi a *Bric-a-Brac* e a articulação de ideias e criação de redes culturais por meio da revista. “Não dá para esquecer que era um ser político por excelência. Um articulador e negociador hábil. Quando fomos casados brincávamos que ele era o ministro de Relações Exteriores, responsável por resolver as contendas externas da família” afirma.

Como todo poeta, era um romântico. “Quando namorávamos, ele morando no Rio e eu em São Paulo, um dia fui visitá-lo. Voltando de ônibus, acabando de sair da rodoviária, o ônibus parou e abriu a porta. Era o Turiba, para me entregar um sonho de valsa”, comenta Lúcia.

Em apresentação do livro *Desacontecimentos*, lançado em 2019, o poeta Antonio Cícero definiu o trabalho de Turiba. “Seus poemas conseguem ser, ao mesmo tempo, oportunos e atemporais, inovadores e belos: o que é raro. O fato é que é com enorme prazer e surpresa que se percorrem esses extraordinários, pulsantes e eróticos desacontecimentos poéticos”, escreveu.

Homenagem

E para celebrar a vida e a obra de Turiba, amigos organizaram uma roda de poesias no restaurante Beirute, na 109 Sul, no sábado, às 16h. José Sóter afirma que a alegria de Turiba estará presente e precisa ser celebrada. “Nós não poderíamos deixar de levar sua alegria para um ato de comemoração pela sua passagem pela Terra. Então vamos fazer uma roda de poetas e amigos, nos moldes das rodas de capoeira, para esparramar as energias que ele deixou por aqui”, afirma.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Poema

Desacontessências
desaconteci
(mentavelmente)
tudo acontece para
desacontecer em si
anoitece para amanhecer
nascer viver crescer morrer
tecer escrituras em silêncios
semânticas em pura seda
desconstruir óbvios
reconstruir amálgamas
experimentos ordinários
holografias d'almas

Luis Turiba

Cidadão brasiliense

Um dos seus trabalhos mais marcantes para a cultura da capital foi a revista *Bric-a-Brac*, publicação cultural e experimental realizada nos anos 1980. Em seis edições realizadas, a revista unia ensaios fotográficos, poesia escrita e visual e entrevistas com figuras marcantes como Manoel de Barros, Nise da Silveira e Caetano Veloso. Turiba recebeu o título de Cidadão Brasiliense em reconhecimento aos seus serviços prestados à cultura local.

Como jornalista, trabalhou em redações, como o **Correio Braziliense** e o *Globo*. Foi premiado com dois Prêmios Esso de Jornalismo, a primeira vez quando estava no *Jornal de Brasília*, quando descreveu o encontro entre Renato Russo, seu estagiário, com o ministro da Fazenda Delfim Netto; e a segunda pelo **Correio**, em cobertura coletiva sobre a regularização de áreas públicas.

Luis Turiba integrou a assessoria de imprensa do recém-criado Ministério da Cultura e voltou a atuar na pasta entre 2002 e 2005 como assessor de comunicação na gestão do então ministro Gilberto Gil, período em que ajudou na concepção dos pontos de cultura e realizou documentários como *Gil na ONU* e *A Capoeira no Mundo*.

Na literatura, Turiba se destacou com o livro-CD *Cadê*, premiado com o Prêmio Candango de Literatura. Em 2010, o poeta largou o jornalismo e se dedicou à literatura após sua mudança para o Rio de Janeiro, onde publicou três livros de poesia pela editora 7 Letras.

Perseguido político

Na época da ditadura, Luis Turiba morava no Rio de Janeiro e estudava em uma escola técnica. Durante o Ato Institucional nº5, vários estudantes do grêmio estudantil foram expulsos, e Turiba foi impedido de se formar. Nesse período, foi preso e cumpriu pena de nove meses.

Em 2024, a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) oficializou um pedido de desculpas ao jornalista. “Eu me emocionei bastante com a técnica do governo de pedir desculpas por tudo o que o Estado fez com você, com a sua geração, reconhecendo que houve abusos e que a sociedade brasileira já reconheceu há muito tempo”, pontuou Turiba em entrevista ao **Correio** à época.

“Fui preso, fui maltratado e todas essas coisas que falam da ditadura eu e a minha geração toda, não sou só eu, outras pessoas foram vítimas também e estão nessa luta pela indenização e pelo reconhecimento de direito a essa anistia”, acrescentou.

***Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira**



ENTREVISTA — SIDNEY NEVES, presidente da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP)

Regras do Fundo Eleitoral ajudam, mas não resolvem desigualdade

Maria Eduarda Lavocat

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou nesta semana os percentuais de candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas por partido político para as eleições de 2026. Os dados servem

de referência para a destinação de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral.

Ao todo, foram consideradas 20.560 candidaturas. Desse total, 7.165 são de mulheres, o equivalente a 34,85%, enquanto 13.395 são de

homens, ou 65,15%. No recorte de raça e cor, 10.206 candidaturas são de pessoas negras, correspondendo a 49,64% do total, e 191 são de pessoas indígenas, o equivalente a 0,93%.

Os percentuais são calculados pelo TSE ao fim do período previsto no calendário eleitoral e orientam a aplicação dos recursos destinados

a candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas. As regras estão previstas na Resolução TSE 23.607/2019, que disciplina a arrecadação e os gastos de recursos por partidos e candidaturas, além da prestação de contas eleitorais.

Para discutir a importância das regras de financiamento na redução

das desigualdades e na ampliação da representatividade política, o caderno Direito & Justiça entrevistou Sidney Neves, presidente da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), procurador especial eleitoral do Conselho Federal da OAB, doutorando e mestre em direito constitucional.

Até que ponto as regras de financiamento podem contribuir para diminuir essas desigualdades de representação?

Os números divulgados pelo TSE retratam um certo descontentamento do ponto de vista da representatividade. O número ideal seria de um para um. Se temos, por exemplo, 52% de mulheres no Brasil, em uma representação ideal deveríamos ter 52% das cadeiras no Parlamento ocupadas por mulheres. Hoje, alcançamos cerca de 18%, o que está muito abaixo desse percentual. As regras de financiamento de campanha podem, sim, contribuir para diminuir essa desigualdade, mas, sozinhas, não vão resolver o problema da ausência de representatividade efetiva.

Os percentuais divulgados pelo TSE servem de referência para a distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral. Como funciona essa destinação na prática?

Do ponto de vista prático, quem decide para onde vai o dinheiro são os partidos políticos. Existe o princípio da autonomia partidária, que acaba sendo utilizado pelos partidos considerando, obviamente, as determinações constitucionais em relação aos percentuais mínimos de destinação de recursos. Uma das reformas eleitorais estabeleceu



Divulgação

o cômputo em dobro dos votos destinados a mulheres e pessoas negras para fins de cálculo da distribuição do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral no pleito seguinte. Porém, os partidos têm autonomia e, muitas vezes, isso não contribui para uma distribuição mais equilibrada dos recursos nem para a potencialização das candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas.

Na sua avaliação, as regras atuais de financiamento conseguem reduzir a desigualdade de condições entre candidaturas de mulheres, pessoas negras, indígenas e os demais candidatos?

Eu costumo dizer que as eleições se resolvem por diversos fatores. Um deles é o financeiro, ou seja, o acesso a recursos

para potencializar as candidaturas. Pessoas que se lançam candidatas e que eventualmente não têm reconhecimento da população utilizam os recursos financeiros para se tornarem mais conhecidas e acessíveis. Então, o recurso financeiro ajuda, e ajuda muito, mas existe a necessidade de um conjunto de ações para viabilizar essas candidaturas. Entre elas, está o estímulo à participação de mulheres e pessoas negras nos partidos políticos, algo que hoje enfrenta uma dificuldade muito grande. Cria-se setoriais dentro dos partidos, que eu costumo chamar de “cercadinhos”, como a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Promoção da Igualdade, e essas pessoas acabam ficando isoladas, sem uma participação mais direta nas grandes decisões que os partidos adotam a cada eleição.

Há mecanismos para evitar que partidos lancem candidaturas apenas para cumprir os percentuais exigidos, sem oferecer estrutura ou recursos suficientes para uma campanha competitiva?

Hoje, um instrumento muito utilizado do ponto de vista legal é a aplicação de sanções quando a norma não é obedecida. Isso ocorre, muitas vezes, a partir do reconhecimento, pela Justiça Eleitoral, da chamada fraude à lei, quando se busca desviar da real intenção do que a legislação determina. Se a lei estimula a participação feminina, os partidos precisam colocar esse estímulo em prática, seja por meio da aplicação de recursos financeiros, seja pelo incentivo à participação dessas pessoas na vida partidária e política. Lançar mulheres apenas para cumprir o percentual mínimo exigido já é alvo de ações na Justiça Eleitoral. É a chamada fraude à cota de gênero. O reconhecimento dessa fraude, diante da reiterada existência de decisões nesse sentido, acabou sendo consolidado em súmula. Isso significa que a Justiça Eleitoral já possui regras mais claras e objetivas em relação à prática da fraude. Portanto, sempre que ela ocorrer, haverá as devidas consequências jurídicas. No caso das pessoas negras e indígenas, ainda existe certa resistência por parte da Justiça Eleitoral ao se deparar com cenários que apresentam elementos

e evidências de fraude. É necessário avançar, da mesma forma que ocorreu com as candidaturas femininas, no combate às fraudes envolvendo essas candidaturas.

Olhando para as eleições de 2026, qual seria hoje o principal desafio para transformar a diversidade nas candidaturas em uma maior representatividade nos espaços de poder?

Para as eleições de 2026, o maior desafio é dar efetividade às regras de financiamento de campanhas, estimulando os partidos políticos a democratizarem internamente o acesso a esses recursos. O que assistimos muitas vezes é que os partidos acabam destinando recursos para pessoas que têm uma vida partidária mais forte, mas que, muitas vezes, é derivada de relações pessoais, como marido e mulher, pai e filho, e por aí vai. Essas dificuldades são, de fato, desafios para que, nas eleições de 2026, esse acesso aos recursos ocorra de forma efetiva. Eu costumo dizer que, quando não se consegue compreender ou convencer pelo amor, muitas vezes tem que ser pela dor. E a dor vem justamente do efeito sancionador do direito eleitoral. O reconhecimento da fraude, muitas vezes, é necessário para que os partidos comecem a adotar posturas que efetivamente conduzam ao aumento da diversidade nos seus quadros e à ampliação da representação da população brasileira.

Data Venia

Antonio Augusto/STF



Alexandre de Moraes barra gratificação do TCDF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou inconstitucional uma gratificação criada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) em benefício dos membros da Corte, por acúmulo de jurisdição. O entendimento do magistrado foi de que esse penduricalho extrateto só poderia ser pago com amparo legal, o que não ocorreu. Moraes julgou procedente recurso extraordinário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Distrito Federal, contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) que havia se recusado a analisar ação direta de inconstitucionalidade proposta pela entidade, sob o argumento de inadequação da via eleita para o questionamento.

Valores pagos

Na decisão, o ministro Alexandre de Moraes do STF não só confirma que a OAB estava correta ao propor a ação que elegera, não havendo qualquer vício de forma em relação à petição que fez ao Tribunal de Justiça do DF como, ainda, respaldou a tese defendida de inconstitucionalidade da Resolução do TCDF que permitiu o pagamento da chamada licença compensatória por acúmulo de acervo. O pagamento ganhou repercussão em dezembro de 2024, quando sete conselheiros e dois procuradores receberam juntos quase R\$ 6 milhões em valores retroativos. “A decisão impede a manutenção da vantagem instituída por resolução administrativa e reafirma que os Tribunais de Contas devem observar o teto constitucional. A Ordem seguirá acompanhando o cumprimento da decisão pelo TCDF e avaliará as medidas cabíveis em relação aos valores eventualmente pagos”, afirma o presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira (foto).



Divulgação

Filtro de relevância do STJ vale a partir de 3 de setembro

As novas regras do filtro de relevância para recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) entram em vigor em 3 de setembro. Os recursos especiais interpostos contra acórdãos publicados a partir dessa data deverão demonstrar que a questão de direito federal submetida à apreciação da Corte tem relevância econômica, política, social ou jurídica para além dos interesses das partes. As regras internas para a análise do novo requisito do recurso especial, regulamentado pela Lei 15.484/2026, foram estabelecidas pelo STJ por meio da Emenda Regimental 55 que altera competências dos órgãos julgadores, disciplina a admissibilidade recursal e promove as demais alterações necessárias para ajustar o Regimento Interno à sistemática da relevância.



Divulgação

Foco no debate qualificado

Para o advogado Guilherme Veiga, que atua nos tribunais superiores, o filtro de relevância do STJ é um avanço. “A introdução do filtro de relevância no recurso especial é medida positiva para fortalecer o papel institucional do STJ. O mecanismo permitirá à Corte concentrar-se em questões de maior relevância, reduzindo sua atuação meramente revisora. Com isso, o Tribunal poderá dedicar-se à formação de

precedentes qualificados, promovendo maior uniformidade e segurança jurídica. Trata-se de importante passo para consolidar o STJ como verdadeira Corte de precedentes e de unificação do direito nacional”, afirmou ao *Direito&Justiça*.

Seleção com critério

Para o advogado tributarista Daniel Biagini Brazão Bartkevicius, do escritório Bergamini Advogados, o filtro de relevância pode ser positivo para a tramitação dos processos, ao permitir que o STJ concentre sua atuação nas questões que efetivamente exigem uniformização da lei federal. Mas há um receio. “Preocupa, porém, o risco de o instituto ser usado apenas como mecanismo de contenção do acervo. Esperamos que sua aplicação seja feita com critério e transparência, para que a busca por maior agilidade não impeça a apreciação de matérias relevantes”, afirma.



Divulgação

Precedentes da Justiça do Trabalho

Em 2 e 3 de setembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reúne ministros, magistrados, pesquisadores e especialistas para discutir os avanços e desafios do sistema de precedentes na Justiça do Trabalho. Um dos destaques será o debate sobre precedentes e inteligência artificial. Também entram na pauta a uniformização da jurisprudência dos TRTs e os impactos dos precedentes na garantia de decisões mais rápidas, coerentes e previsíveis.

Uma nova fase da IA

A aplicação da tecnologia capaz de acessar documentos, consultar bancos de dados e executar tarefas de forma integrada é detalhada no livro *Engenharia de Prompts no Direito 2.0: Da instrução isolada à arquitetura de contexto*, do professor doutor Solano de Camargo, docente da Faculdade de Direito da USP e presidente da Comissão de Privacidade, Proteção de Dados e Inteligência Artificial da OAB-SP. A obra foi lançada neste mês e é uma sequência do best-seller *Engenharia de Prompts no Direito*, que originou mais de 170 palestras em todo o país, e integra uma trilogia dedicada à aplicação prática da inteligência artificial na advocacia. Segundo o autor, a engenharia de prompts está dando lugar à chamada engenharia de contexto, abordagem que organiza as informações e as conexões disponíveis para que a inteligência artificial compreenda o ambiente em que atua antes de produzir respostas ou executar tarefas.



Divulgação/Rômulo Serpa/CNU

“Lugar de juiz é na jurisdição, na comarca, no foro, na unidade judiciária e próximo à sociedade que depende do serviço judicial”

Ministro Benedito Gonçalves, na solenidade de posse no cargo de corregedor nacional de Justiça

ENTREVISTA — VALDIVINO CLARINDO LIMA, advogado criminalista

Do plenário ao palco: experiência coloca público diante do desafio de julgar

Ana Maria Campos

E se, por um dia, você deixasse de ser espectador para assumir o papel de jurado? É essa experiência que o Palco do Júri propõe ao público que estará no Teatro Nacional de Brasília, em 28 de agosto. A iniciativa transforma o palco em um Tribunal do Júri e coloca a plateia diante de um desafio: decidir pela condenação ou absolvição de um réu. Mais do que assistir, o público será convidado a ouvir versões, analisar provas e confrontar argumentos de acusação e defesa. A experiência é baseada no Caso Jaguaribe, uma história real que envolve crime, ressocialização e os impactos de uma decisão judicial.

À frente do projeto está o advogado criminalista Valdivino Clarindo Lima, que acumula mais de três décadas de atuação em plenários. Para ele, o Tribunal do Júri é um espaço em que a justiça passa necessariamente pela

dimensão humana. Essa perspectiva está no centro do espetáculo, que aproxima o universo jurídico da linguagem teatral. Durante a apresentação, recursos como iluminação, trilha sonora e interpretação ajudam a reproduzir a atmosfera de um julgamento. Mas o projeto vai além da encenação: o público também conhecerá as estratégias utilizadas por quem atua no plenário. Um dos destaques é o “Protocolo Congela”, que interrompe o julgamento para revelar os bastidores de cada argumento e decisão. A proposta é mostrar aquilo que muitas vezes não aparece nos livros ou nas salas de aula: a experiência prática do Tribunal do Júri. No fim, cada espectador terá de encarar o peso de julgar outra pessoa. E a pergunta que permanece é simples, mas difícil de responder: diante das mesmas provas, você condenaria ou absolveria? Confira, a seguir, a entrevista com Valdivino Clarindo Lima sobre o projeto, o Caso Jaguaribe e os desafios de transformar Justiça em experiência teatral.

De onde surgiu a ideia de criar o Palco do Júri e por que transformar um julgamento criminal em uma experiência teatral e participativa?

Tudo começou quando resolver dar um curso para alguns colegas, advogados criminais, que não tinham experiência com o Tribunal do Júri, porque existe uma diferença grande. Um cuida da lei, da falha da lei, das brechas da lei, esse é o criminalista. Agora, o criminalista que atua no Tribunal do Júri cuida da regionalidade, dos costumes, da personalidade. E aí, conversando com a doutora Edna Pinato, que é advogada também, CEO do Teatro Marri Padil em Alexânia, ela sugeriu que a gente levasse para o palco da vida, o palco da tragédia e da dor, que é o palco do Tribunal do Júri.

O senhor tem mais de 30 anos de atuação no Tribunal do Júri. O que a experiência acumulada nos plenários revelou sobre justiça?

Com mais de 30 anos de atuação no Tribunal do Júri, em diversos estados brasileiros, em diversas

situações repetidas e não repetidas, pude perceber que quando a lei entra em conflito com a justiça, é feita a justiça. Porque no Tribunal do Júri, quem julga é o povo, é o público daquela região onde aconteceu o crime. Enquanto a lei é universal, os artigos são os mesmos, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, a justiça em um lugar pode significar injustiça em outro. Daí a regionalidade, daí a questão da intimidade e do costume daquele povo, daquele local onde está acontecendo o julgamento de um determinado ato. Uma pexeirada no Nordeste é diferente da pexeirada no Sul.

Acredita que o cidadão comum julga bem, mesmo movido por preconceitos, experiências pessoais e influenciado muitas vezes pela repercussão do caso?

Na verdade, são 35 anos de advocacia. Desses 35 anos, 30 foram trabalhando com o elemento humano, com o sentimento, com a regionalidade. E só o cidadão comum pode realmente distribuir justiça no palco

Divulgação



da tragédia, no palco da dor, no palco onde todo mundo perde. O cidadão comum julga o seu, ele não julga o processo. Então, é até bom que ele não tenha acesso aos vícios e aos enganos que um processo traz. Por isso que se trata de uma audiência una, onde tem começo, meio e fim. E por que a regionalidade? Porque as pessoas se conhecem. Então, quando há conflito entre lei e justiça, é nesse tribunal que se distribui verdadeiramente a justiça. É o humano julgando o humano, sem os vícios do processo.

O evento coloca o público na posição de jurado. Qual é a principal diferença entre assistir a um julgamento e ter que tomar uma decisão sobre a culpa ou inocência de alguém?

Isso é importante até para aquelas pessoas que acham que foi feita ou não a justiça. Se você participa para tomar essa decisão junto com os sorteados, você que é representado por eles vai poder entender realmente que papel difícil que é julgar o seu semelhante.

O caso escolhido, o Caso Jaguaribe, é baseado em uma história real. Como foi o processo de transformar um caso concreto em uma experiência teatral sem

perder a complexidade jurídica e humana envolvida?

Esse caso foi muito significativo para mim, porque como a gente conseguiu afastar o crime do julgamento. Nós tivemos um período de 10 anos para orientar, para instruir, para educar aqueles acusados. E quando aconteceu o julgamento, 10 anos depois, eles tinham crescido e feito a cidade crescer. Não perdemos nem a complexidade jurídica e não nos afastamos do humano. Foi um resultado significativo. Significativo que nos faz acreditar no ser humano e na ressocialização.

No “Protocolo Congela”, o julgamento é interrompido para explicar ao público as estratégias utilizadas por acusação e defesa. O que o senhor espera que as pessoas percebam nesse momento?

O Protocolo Congela é o ponto forte dessa apresentação teatral. É porque nesse momento a gente para a sessão do Tribunal do Júri e explica o que foi feito para conseguir esse ou aquele resultado. O que pode fazer, o que não deve fazer. É o que a gente chama de “pulo do gato”. É o que não está nas faculdades, é o que não está nos livros e nem no Google. É a experiência vivida e mostrada aos profissionais, o que fazer em momentos como esses.

Existe o risco de elementos como cenário, iluminação, trilha sonora e interpretação influenciarem a percepção do público sobre a culpa ou inocência do réu?

Existe, sim. Mas nós não estamos buscando nessa apresentação o mesmo resultado de 24 anos atrás. Nós só queremos demonstrar ali as estratégias utilizadas, a valorização do ser humano como pessoa humana e não como bandida. O resultado pode ser outro, depois de tanto tempo, mas nós não estamos preocupados com isso. O que a gente quer mesmo é mostrar a emoção e o convencimento lá do passado, naquela época, que vale para hoje, porque nós falamos de ressocialização que não acontece dentro dos presídios, ali acontece o contrário. E aqui nós temos condição de demonstrar o que pode ser feito, o que foi feito e deu certo. Por isso, nós estamos muito tranquilos com relação a isso.

O senhor diz que “o Tribunal do Júri é o palco da tragédia onde ninguém sai ganhando”. O que essa frase significa?

O Tribunal do Júri acontece quando existe um crime doloso contra a vida, mas existe excludentes de criminalidade e quem matou pode ser absolvido, mas quem morreu não volta. A dor da família permanece. E quando você é condenado acreditando que você agiu sob legítima defesa ou de qualquer outra excludente de criminalidade, de qualquer forma, todos, sem exceção, saem perdendo, porque mesmo o absolvido sofre com arrependimento, mesmo que ele não tenha dado causa à morte da vítima. Então é um palco da tragédia. Não tenha dúvida disso.

Serviço

Palco do Júri – Experiência Jurídico-Teatral

Data: 28 de agosto de 2026

Local: Teatro Nacional de Brasília – Brasília (DF)

Ingressos: venda on-line-<https://www.palcodojuri.com.br/>

Visão do Direito



Rolf Madaleno

Advogado e professor de direito de família e sucessões. Sócio-fundador do IBDFAM. Membro da AIJUDEFA



Vinícius Castro

Advogado e professor na Universidade do Rio Grande do Sul, doutor em direito pela Universidade do Porto. Doutor e mestre em políticas sociais e direitos humanos

Segurança jurídica e a evolução familiar

A concepção de família no Brasil passou por profundas transformações ao longo das décadas. Até a promulgação da Constituição de 1988, o único modelo familiar amplamente reconhecido e protegido pelo Estado era o casamento formal. União informais, conhecidas na época como “concubinatos”, não possuíam status de família, e suas consequências no meio jurídico eram restritas ao âmbito patrimonial de “sociedade de fato”. Contudo, a Constituição de 1988 rompeu com esse paradigma de exclusividade e abraçou a pluralidade familiar, elevando a união estável à categoria de entidade familiar digna da proteção estatal.

A constante evolução dos costumes frequentemente reverbera nas altas cortes brasileiras e ganha destaque na mídia. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido um

agente crucial na adequação do Direito de Família aos novos tempos sociais. A Corte tem, por exemplo, firmado jurisprudência que equipara a união estável ao casamento para benefícios previdenciários e pensões por morte, além de reconhecer a união civil entre casais homoafetivos, demonstrando o forte dinamismo do ordenamento jurídico ante a complexa realidade contemporânea.

Entretanto, o avanço legislativo e jurisprudencial levanta um conflito no campo do direito intertemporal: a perigosa possibilidade de se aplicar regras atuais a fatos sociais iniciados e encerrados no passado de uma ordem constitucional anterior à Constituição de 1988.

O artigo científico “Segurança Jurídica vs. Evolução dos Costumes: O Conflito Temporal na Caracterização da União Estável e do Casamento no Brasil”, de Rolf Madaleno e Vinícius Castro, alerta para os perigos de

um ativismo judicial que tenta reinterpretar o passado sob as lentes e institutos das leis do futuro. A aplicação retroativa de novos conceitos de direito de família a relações que existiram unicamente sob a vigência de constituições pretéritas fere garantias fundamentais, como o respeito ao ato jurídico perfeito e à segurança jurídica.

O impacto na ordem social, caso prevaleça esse revisionismo retroativo, seria avassalador. O estudo científico revela que, apenas no recorte temporal entre 1974 e 1988, o Brasil registrou, oficialmente, mais de 13,8 milhões de casamentos formais. Partindo desse montante, projeta-se, conservadoramente, que existiram paralelamente cerca de 2,76 milhões de uniões informais de longa duração no mesmo período. Se o Judiciário brasileiro admitir a retroatividade das leis atuais para revisar o status jurídico

patrimonial e sucessório dessas relações antigas tratadas pelas constituições pretéritas como indissolúveis — matéria hoje em análise no STF, por meio do ARE 1551177 —, o país assistirá a uma enxurrada monumental de ações judiciais. Milhões de partilhas de bens consolidadas e inventários finalizados sob a chancela da lei da época poderiam ser questionados, gerando um cenário caótico de instabilidade.

Em suma, embora seja vital que o Direito evolua para tutelar as mudanças da sociedade, a pacificação das relações exige o respeito ao princípio do tempo rege o ato. Tentar reescrever as diretrizes familiares do passado valendo-se das leis de hoje não apenas invalida a normatividade de antigamente, mas ameaça a própria vigência da segurança jurídica que sustenta qualquer civilização.

Visão do Direito



Maria Andréia F. dos Santos

Sócia do Sanmahe Advogados



Lia Barsi Drezza

Tributarista do Sanmahe Advogados

Imposto seletivo e o custo da indefinição

Faltam menos de cinco meses para o Imposto seletivo entrar em vigor e ainda não foram definidas as alíquotas deste novo tributo. A Lei Complementar 214/2025 definiu fatos geradores, bases de cálculo e listas de produtos — tudo, menos o que importa para quem produz, importa ou vende: a alíquota. Enquanto isso, tabelas de preço, contratos de fornecimento e orçamentos para 2027 estão sendo fechados agora, sobre um número que ainda não se pode mensurar.

A norma, em sentido amplo, que estabelece as alíquotas do Imposto Seletivo se sujeita à dupla anterioridade: precisa ser publicada em 2026 e observar noventa dias antes de produzir efeitos. Na prática, portanto, o prazo para a publicação da norma que estabelecerá estas alíquotas se esgota em 3 de outubro.

Estamos em agosto, e o governo ainda negocia percentuais setor a setor, sem texto fechado. Se a lei sair apenas em dezembro, a anterioridade anual estará atendida, mas a noventena empurra a cobrança para março ou abril — um trimestre a menos de receita justamente no ano em que as alíquotas do IPI

vão a zero, salvo para situações específicas da Zona Franca de Manaus. E, se a norma for editada por medida provisória alterada no Congresso, como pretendido pelo governo, o Supremo já consignou entendimento no sentido de que os noventa dias contam-se a partir da publicação da lei de conversão (Tema 278).

Não é um ano de incerteza: são dois. O governo sinaliza replicar em 2027 a carga atual do IPI e só migrar para alíquotas específicas em 2028. Para bebidas alcoólicas, o desenho cogitado combina um valor por teor alcoólico com um percentual sobre o preço. Isso não altera apenas o nível do tributo — muda a estrutura de custo produto a produto, e a versão de 2028 sequer existe em texto.

Some-se ao fato que o PLP 42/2026, em tramitação, pretende impor um teto de 5% para as alíquotas do Imposto Seletivo, prevendo que estas só podem ser criadas ou alteradas mediante realização de estudos prévios de impacto econômico e concorrencial, além de previsões de reavaliação a cada quatro anos e avaliação de impacto regulatório prévia. Quem está estruturando e redigindo

contrato de longo prazo em agosto/2026 precisa realizar modelagens de preços e de margem de lucro com base em estimativas, portanto, que podem não se concretizar.

É importante ter em mente que o efeito não fica contido nos setores atingidos. O seletivo integra a base de cálculo do IBS e da CBS por determinação constitucional (artigo 153, § 6º, IV): a definição de sua alíquota, portanto, terá impacto financeiro sobre a base de cálculo sobre a qual as alíquotas de referência estão sendo calibradas. E esse calendário fica ainda mais apertado quando se tem em conta que o TCU estima enviar os cálculos da alíquota de referência ao Senado em 15 de setembro. O Senado, por sua vez, fixaria as alíquotas até 31 de outubro, prazos que vencem antes de qualquer definição acerca das alíquotas do Imposto Seletivo.

Há ainda a premissa admitida pelo próprio governo: calibrar o Imposto Seletivo para manter a carga do IPI. A competência do artigo 153, VIII, é para onerar bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Definir alíquota por equivalência à carga de um imposto que possui materialidade completamente distinta é confessar finalidade arrecadatória, e sem

audiência pública, parecer de comissão ou avaliação de impacto.

Por fim, não se pode esquecer que o Imposto Seletivo incide uma única vez, na produção ou na importação, e não gera crédito: entra no custo de estoque de quem revende e comprime margem sem aparecer como tributo recuperável. Enquanto a alíquota não estiver definida, não há como mensurar esse efeito, classificá-lo entre provisão e passivo contingente, nem redigir cláusula de repactuação que amenize eventual impacto financeiro-fiscal.

Nota-se, portanto, que essa demora na definição da alíquota já representa impacto nas definições de estratégias das empresas para renegociar seus preços e contratos para os próximos anos, que serão de transição e trazem consigo enormes complexidades. Ora, nenhuma empresa altera preços e remodela margem de lucro sobre uma incógnita que pode virar três números diferentes entre outubro e abril, e outra estrutura inteira em 2028. O que falta ao contribuinte, aqui, portanto, é previsibilidade necessária para negociar, contratar e definir preços com segurança jurídica.

Visão do Direito



Wagner Roberto Ferreira Pozzer

Advogado e coordenador do contencioso estatístico no escritório Rubens Naves, Santos Jr. Amorim

Nova lei amplia combate à violência sexual infantil e inclui crimes com IA

A violência sexual contra crianças e adolescentes ganhou novas formas no ambiente digital, e a legislação brasileira foi atualizada para alcançá-las. Em vigor desde 7 de agosto, a Lei nº 15.487/2026 aumentou penas e alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente para enfrentar condutas praticadas em redes sociais, serviços de streaming e com inteligência artificial.

Desde 2008, o ECA utilizava a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” para definir esse material. A nova redação passou a empregar “material ou conteúdo de violência sexual contra criança ou adolescente”. A mudança não é apenas terminológica. Pornografia remete a uma representação sexual produzida para consumo. Quando crianças e adolescentes são sexualizados, o elemento central é a exploração de sua imagem. A nova expressão desloca o foco para a violência sofrida.

A redação anterior mencionava atividade sexual explícita, real ou simulada, e exibição de órgãos genitais para fins sexuais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia reconhecido que a nudez não era indispensável e que imagens de crianças ou adolescentes vestidos poderiam assumir caráter pornográfico conforme o contexto, as poses e a finalidade sexual.

O novo artigo 241-E passou a abranger nudez total ou parcial com finalidade sexual e imagens em que o contexto, o enquadramento ou a pose evidenciem conotação sexual, mesmo sem exposição dos órgãos genitais. A definição alcança ainda representações reais ou fictícias produzidas, manipuladas ou geradas por tecnologias digitais, inclusive inteligência artificial.

A sexualização de uma criança nem sempre depende de nudez ou do registro de um ato sexual. Fotografias familiares na praia ou registros de crianças durante o banho, por exemplo, não se tornam ilícitos pela nudez. A lei exige a análise do contexto, do modo de produção, do enquadramento, da finalidade e dos demais elementos do caso.

A repressão à sexualização deliberada não pode fazer com que crimes graves dependam da percepção pessoal de quem observa uma imagem. Caberá aos tribunais estabelecer parâmetros que protejam crianças e adolescentes sem retirar do direito penal a precisão que ele exige.

O ECA já punia montagens e adulterações, mas a nova lei elevou a pena do crime de simulação para três a cinco anos e passou a mencionar recursos tecnológicos capazes de alterar imagem ou voz, inclusive inteligência artificial. Com ferramentas de deep nude, uma fotografia comum pode ser transformada em imagem

sexualizada ou de nudez artificial com aparência realista, mesmo que a cena jamais tenha existido. A falsidade da imagem não elimina o potencial de exposição e humilhação da vítima.

Nem todos esses crimes, porém, receberam o mesmo tratamento. A lei passou a considerar hediondos vários delitos ligados a esse material, desde sua produção e circulação até a posse e o aliciamento sexual. Ficou de fora o artigo 241-C, que pune a criação de imagens falsas de violência sexual envolvendo crianças ou adolescentes. A opção chama a atenção, porque a própria reforma aumentou a pena desse crime e buscou responder às novas formas de manipulação digital.

O avanço tecnológico também alterou a forma de consumir esse material. Antes, as investigações se apoiavam nos arquivos encontrados no computador ou no telefone do investigado. Hoje, é possível assistir a imagens e vídeos pela internet sem baixar ou guardar nada no aparelho. A nova lei passou a punir também quem acessa ou visualiza esse conteúdo com finalidade sexual, inclusive por streaming. O crime, portanto, já não depende da formação de um acervo digital no dispositivo.

Se o conteúdo pode ser acessado e compartilhado sem deixar os mesmos vestígios de antes, a investigação também precisa alcançá-lo onde ele circula. A chamada ronda virtual

permite o uso de programas para localizar e coletar arquivos em espaços digitais acessíveis ao público, como sites, fóruns, redes sociais e redes de compartilhamento. Isso não autoriza o ingresso em conversas privadas nem a criação de identidade falsa para infiltração em grupos. A busca fica restrita a ambientes públicos e dispensa autorização judicial prévia. Diante de flagrante ou risco à vida ou à integridade física de uma criança ou adolescente, Polícia e Ministério Público poderão requisitar determinados dados aos provedores, sujeitos a posterior controle judicial.

A Lei 15.487/2026 reconhece uma realidade que a tecnologia tornou impossível ignorar. A violência sexual contra crianças e adolescentes pode estar em uma fotografia manipulada, em uma imagem inteiramente artificial ou no acesso a um conteúdo que sequer permanece armazenado no aparelho.

Ao substituir a linguagem da pornografia pela da violência sexual, o ECA também corrige a perspectiva pela qual essas condutas são compreendidas. O foco deixa de estar no material e em seu consumo para recair sobre a exploração e a sexualização de crianças e adolescentes. Mais do que uma mudança de palavras, esse é o sentido que melhor define a reforma e que deverá orientar sua aplicação.

Visão do Direito



Cristiano Lustosa

Advogado especialista em direito da saúde e atua na área de saúde suplementar

O novo duelo nos planos de saúde e seus impactos para o consumidor

O mercado de saúde suplementar brasileiro vive um momento de inflexão. Nos últimos meses, a disputa entre grandes operadoras, especialmente Bradesco Saúde e Amil, passou a simbolizar uma mudança mais profunda no setor: a transição de um modelo baseado em volume para uma lógica centrada em eficiência, controle de custos e perfil de risco dos beneficiários.

Dados recentes indicam que o setor voltou a crescer após um período de instabilidade, com a adição de centenas de milhares de novos beneficiários em 2026, puxada sobretudo pelos planos empresariais. Nesse cenário, Bradesco e Amil se destacam como protagonistas na expansão de carteiras, concentrando boa parte das novas “vidas”

incorporadas ao sistema.

Esse movimento, no entanto, não pode ser analisado apenas sob a ótica concorrencial. Ele revela uma reconfiguração do próprio acesso à saúde privada no Brasil. A crescente predominância dos contratos coletivos, especialmente empresariais, indica uma mudança estrutural: o acesso ao plano de saúde está cada vez mais ligado ao vínculo empregatício, enquanto os planos individuais seguem em retração contínua.

Do ponto de vista jurídico, essa transformação levanta questões relevantes. A primeira delas diz respeito à vulnerabilidade do consumidor. Diferentemente dos planos individuais, os contratos coletivos possuem maior flexibilidade de reajuste e menor intervenção regulatória direta, o que pode resultar

em aumentos expressivos e, muitas vezes, pouco transparentes.

Além disso, a disputa entre operadoras tende a intensificar estratégias comerciais que priorizam a sustentabilidade financeira, como a segmentação de produtos, a restrição de redes credenciadas e a ampliação de mecanismos de controle de utilização. Embora legítimas sob a ótica empresarial, essas práticas, frequentemente, geram conflitos com os direitos dos beneficiários, sobretudo no que se refere à cobertura assistencial e à continuidade do tratamento.

Outro ponto de atenção é o envelhecimento da população brasileira, que pressiona os custos do sistema e amplia o risco de exclusão de grupos mais vulneráveis. Em um ambiente de maior seletividade, cresce a

judicialização como instrumento de garantia de acesso à saúde, fenômeno já consolidado no país.

Nesse contexto, o papel do Direito da Saúde se torna ainda mais estratégico. Cabe ao operador do Direito não apenas atuar na resolução de conflitos, mas também contribuir para o equilíbrio entre sustentabilidade econômica das operadoras e a proteção dos direitos fundamentais dos usuários.

O “duelo” entre grandes players, portanto, vai muito além de uma disputa de mercado. Ele reflete os desafios de um sistema que precisa conciliar expansão, regulação e acesso. Para o consumidor, o cenário exige atenção redobrada; para o Direito, impõe a necessidade de respostas cada vez mais sofisticadas e alinhadas à realidade do setor.

Visão do Direito



Tattiana de Navarro

Procuradora de assuntos tributários
da OAB/DF. Sócia do escritório
Oliveira Navarro Advocacia



Betina Alcoforado

Advogada tributarista
do escritório Oliveira
Navarro Advocacia

O filtro de relevância do STJ muda o cálculo de risco das empresas

Muitos empresários não perceberam a importância das recentes alterações na admissão de Recursos no STJ. Apesar da natureza jurídica da novidade, o filtro de relevância será o divisor de águas nas decisões estratégicas nas ações judiciais das empresas. Antes, o contexto.

Aos 37 anos de existência, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) opera muito distante da função que a Constituição de 1988 lhe reservou. O volume de processos que chega diariamente à Corte, somado ao acervo já em curso, revela uma atuação mais próxima da de um tribunal revisor do que da de uma corte superior. Os números confirmam a urgência da mudança: somente no primeiro semestre de 2026, o STJ julgou mais de 291 mil casos e proferiu mais de 414 mil decisões. No mesmo período, recebeu mais de 260 mil novos processos e chegou a junho com acervo superior a 318 mil feitos.

Os dados descrevem uma distorção conhecida e assustadora. Em vez de uniformizar a interpretação da lei federal em todo o país, o STJ tornou-se, sem que se pretendesse isso, a terceira instância das disputas judiciais brasileiras. É uma posição incompatível com a envergadura institucional da Corte e insustentável para a estrutura mínima que precisa responder a números que só crescem.

É nesse cenário que nasce o filtro de relevância dos recursos especiais. O mecanismo passa a exigir que a parte demonstre a relevância da discussão, salvo nas hipóteses em que a própria Constituição a presume. A expectativa é principalmente reduzir o

volume de processos que chegam à Corte, reforçando seu papel constitucional de formar precedentes sobre a legislação federal. O desafio, todavia, será alterar todo um sistema jurídico já (mal) acostumado a atuação do STJ como última instância recursal e ao mesmo tempo, instalar uma nova cultura jurídica de precedentes mais sólida.

Diante de uma mudança desta magnitude, os empresários e seus advogados precisarão realizar um novo cálculo de risco na proposição de ações. A probabilidade de perda de um processo passa a se definir em segundo grau. Isso afeta classificação de risco de contingência (provável, possível, remota), afeta provisionamento em balanço e afeta decisão sobre acordo versus litígio.

A partir de agora, as ações propostas devem seguir a lógica das principais alterações que concentram o essencial do novo paradigma: ônus argumentativo com tópico específico destinado a demonstrar que sua relevância econômica, política, social ou jurídica, transcende o caso discutido; A força vinculante da decisão final. O acórdão proferido sob esse regime é de observância obrigatória por juízes e tribunais. Os tribunais de origem devem negar seguimento a recursos que contrariem a tese e exercer juízo de retratação quando dela divergirem.

A alteração é a que mais preocupa do ponto de vista da segurança jurídica, porque opera em sentido inverso: negada a relevância, a decisão do tribunal de origem torna-se definitiva e todos os recursos sobrestados sobre o mesmo tema são automaticamente

inadmitidos. Na prática, o tribunal de origem passa a ter a última palavra sobre aquela matéria de direito federal infraconstitucional. Abre-se espaço para interpretações divergentes entre os diversos tribunais brasileiros, sem via de uniformização nacional para a tese específica, e esse é o ponto que a comunidade jurídica ainda terá de digerir.

O problema central não é a negativa de acesso à Justiça, mas a segurança jurídica. E a mudança de paradigma não é apenas do STJ: alcança todo o sistema. Advogados precisarão pensar a relevância já na petição inicial. Magistrados terão de acompanhar de perto a jurisprudência da Corte e assumir a posição de aplicadores daquele entendimento. O próprio jurisdicionado deverá compreender que seu caso, para chegar às cortes superiores, precisa transcender suas razões pessoais.

Com o filtro, o peso decisório do litígio se desloca para trás: da última instância recursal para o mérito construído em primeiro e segundo graus. Isso altera o cálculo de risco jurídico de qualquer empresa que hoje trata o STJ como instância quase automática de revisão, principalmente em matéria tributária.

E é exatamente aqui que o efeito mais direto recai, no contencioso tributário, em que boa parte das teses relevantes se define historicamente no STJ. Discussões tributárias de valor individual reduzido, mas que chegavam a Corte pela repetição em massa, passam a depender da demonstração de impacto que ultrapasse o interesse do contribuinte. A tendência é a concentração da jurisprudência tributária em casos de maior

porte, com efeito vinculante mais forte quando reconhecidos.

O filtro de relevância foi desenhado para minimizar o risco de que matérias de elevada importância deixem de ser apreciadas pelo STJ. Esse risco, porém, não pode ser eliminado por completo: a lógica do modelo pressupõe aceitar certo grau de perda residual em troca do ganho sistêmico.

O risco que o modelo não resolve, e sequer pretende resolver, está em uma categoria específica: o caso individual, tecnicamente correto na tese que defende, mas sem repercussão que ultrapasse o interesse das partes e sem enquadramento em nenhuma das cinco hipóteses de presunção. Nessa faixa, é possível que uma decisão de segunda instância objetivamente equivocada não reúna transcendência suficiente para a admissão do recurso especial. O acórdão de origem se torna definitivo, sem outra via de revisão da interpretação da lei federal.

O sistema não trata isso como falha a corrigir, e sim como custo aceito. A aposta do modelo é que a soma de decisões individualmente imperfeitas, porém sem efeito multiplicador, pesa menos para a Justiça como um todo do que manter um tribunal superior de 33 ministros submerso em um acervo processual volumoso, incapaz de formar precedentes de qualidade.

O filtro de relevância é um passo importante não apenas para o STJ, mas para todo o ecossistema jurídico. Resta saber a que preço, já que está claro que no quebra-cabeça que se monta, as peças que não se encaixam ficam de fora.



Isabela Rosa

Especialista em direito tributário, advogada do escritório Bento Muniz Advocacia

Consultório Jurídico

A legislação pode restringir o benefício fiscal para pessoas com deficiência com base em critérios como o nível de suporte do TEA?

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é inconstitucional restringir a alíquota zero de IBS e CBS na compra de veículos a pessoas com deficiência intelectual grave ou profunda e autistas com níveis moderado ou grave de suporte. Com a decisão, autistas de

nível 1 de suporte e pessoas com deficiência intelectual fora dessas classificações também podem pleitear o benefício, desde que cumpram os demais requisitos legais.

Ao afastar a exclusão das pessoas com transcurso do espectro autista de nível 1, a Suprema Corte reconheceu que o nível de suporte não pode funcionar como uma presunção automática de ausência de necessidade do benefício fiscal. A Emenda Constitucional nº 132 autorizou a lei complementar a estabelecer critérios para a redução a zero das alíquotas de IBS e CBS na aquisição de veículos, mas não a restringir previamente o próprio grupo protegido pela Constituição.

Regulamentar a concessão do benefício é diferente de excluir, de forma abstrata, pessoas que a norma constitucional incluiu expressamente.

Essa distinção é particularmente importante no caso das pessoas com TEA, porque o nível de suporte, isoladamente, não revela todas as barreiras enfrentadas no cotidiano nem permite medir, de maneira uniforme, o impacto do transtorno sobre a autonomia e a mobilidade. A decisão não tornou o benefício automático, não afastou os demais requisitos legais e tampouco limitou a fiscalização. O que o Supremo impediu foi que uma classificação clínica fosse utilizada, por si só, como

fundamento suficiente para negar o direito.

O julgamento também estabelece um parâmetro relevante para a interpretação da legislação tributária. A lei pode definir procedimentos, formas de comprovação e mecanismos de controle, mas não pode esvaziar uma proteção constitucional por meio de critérios incompatíveis com a igualdade e com a proibição de discriminação das pessoas com deficiência. Ao afastar a restrição, o STF preserva a segurança jurídica e reforça que a aplicação das normas tributárias deve permanecer coerente com a finalidade inclusiva que justificou a criação do benefício.

Visão do Direito



Maurício Sampaio da Cunha

Sócio do Badaró Almeida & Advogados Associados. Pós-graduado em direito do trabalho pela Universidade Anhanguera – Uniderp. Professor universitário

O aumento das ações trabalhistas e a transformação das relações de trabalho no Brasil

As transformações do mercado de trabalho têm produzido reflexos diretos no volume e na complexidade das demandas submetidas à Justiça do Trabalho, cenário que tem despertado a atenção de empresas, departamentos jurídicos e profissionais responsáveis pela gestão de pessoas. A discussão ultrapassa a análise estatística do crescimento do número de processos, porque a reorganização das relações produtivas, a incorporação de novas tecnologias e a adoção de modelos mais flexíveis de contratação alteraram a dinâmica das relações entre empregadores e trabalhadores.

A Constituição Federal estabelece, em seus arts. 1º, IV, 6º e 7º, a valorização do trabalho, a livre iniciativa e a proteção dos direitos sociais como fundamentos da ordem econômica e social brasileira, enquanto a Consolidação das Leis do Trabalho continua disciplinando os elementos tradicionais da relação de emprego. Ocorre que a estrutura normativa construída ao longo das últimas décadas passou a conviver com novas formas de organização empresarial, circunstância que ampliou os espaços de discussão e tornou o contencioso trabalhista mais sofisticado.

Nesse ambiente, o perfil das demandas trabalhistas também sofreu alterações relevantes, uma vez que discussões tradicionalmente concentradas em verbas rescisórias, jornada de trabalho e obrigações documentais passaram a coexistir com controvérsias relacionadas à terceirização, à pejoitização, ao trabalho remoto, à prestação autônoma de serviços e às novas

modalidades de remuneração. A própria evolução das relações produtivas contribuiu para a ampliação do debate jurídico e para o surgimento de conflitos cuja solução ainda depende da consolidação da jurisprudência.

Temas relacionados à terceirização, à pejoitização e à contratação de trabalhadores autônomos passaram a ocupar posição central nos tribunais, sobretudo porque a interpretação jurídica dessas relações continua em processo de desenvolvimento. O próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral do Tema 1.389, que discutirá a competência e o ônus da prova nos processos relacionados à contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços, matéria que possui repercussão direta sobre milhares de ações em tramitação no país.

A discussão sobre a caracterização do vínculo empregatício representa um dos exemplos mais expressivos dessa transformação, porque os arts. 2º e 3º da CLT continuam estabelecendo a subordinação, a pessoalidade, a não eventualidade e a onerosidade como requisitos para o reconhecimento da relação de emprego, enquanto as estruturas empresariais contemporâneas passaram a incorporar modelos mais descentralizados, nos quais a autonomia contratual e a flexibilidade operacional assumiram maior protagonismo.

As decisões recentes do Supremo relacionadas ao Tema 1.389 também demonstram a dimensão desse debate, uma vez que a suspensão nacional dos processos provocou o represamento

das ações trabalhistas e levou a Corte a autorizar a retomada da tramitação nas primeiras instâncias e nos Tribunais Regionais do Trabalho, preservando o sobrestamento apenas em fases processuais específicas até a definição da tese vinculante. O próprio STF reconheceu que a paralisação dos processos estava produzindo efeitos relevantes sobre a atividade jurisdicional.

Ao mesmo tempo, o trabalho remoto, disciplinado pelos arts. 75-A a 75-E da CLT, acrescentou novos elementos ao contencioso trabalhista, entre eles o controle da jornada, a responsabilidade pela infraestrutura tecnológica, a fiscalização das atividades realizadas fora do estabelecimento empresarial e os impactos da hiperconectividade sobre a saúde ocupacional. A reorganização do ambiente de trabalho também passou a influenciar a interpretação de institutos tradicionalmente consolidados na jurisprudência.

Esse enredo contribuiu para o surgimento de uma zona de maior complexidade jurídica, na qual uma parcela expressiva dos conflitos não está, necessariamente, relacionada ao descumprimento objetivo da legislação. Muitas demandas decorrem da ausência de critérios suficientemente previsíveis para disciplinar relações jurídicas que não se enquadram nos modelos clássicos previstos pela legislação trabalhista, circunstância que favorece interpretações divergentes e amplia a insegurança jurídica para trabalhadores e empregadores.

Dessa forma, a gestão do contencioso

assumiu uma dimensão estratégica no ambiente empresarial, porque a repetição de demandas relacionadas à jornada, às verbas rescisórias, à remuneração variável, à terceirização ou a determinada unidade operacional pode indicar fragilidades nos procedimentos internos e orientar a adoção de medidas corretivas. A análise dessas informações permite identificar padrões e transformar os próprios processos judiciais em instrumentos de aprimoramento da gestão.

Programas de compliance trabalhista, a integração entre os departamentos jurídico e de recursos humanos, o investimento na formalização das relações contratuais e a capacitação das lideranças representam mecanismos capazes de reduzir a exposição ao risco, especialmente em um ambiente no qual a atividade empresarial evolui em velocidade superior à consolidação da jurisprudência e da regulamentação aplicável aos novos modelos de trabalho.

Portanto, os próximos anos deverão ampliar as discussões relacionadas à inteligência artificial, à economia de plataformas e aos modelos de gestão digital, temas que influenciarão o debate sobre o controle da atividade, a autonomia do trabalhador e os limites da subordinação jurídica. A evolução dessas discussões exigirá das empresas maior atenção à jurisprudência e aos mecanismos de prevenção, porque a adaptação das relações de trabalho às transformações do mercado continuará sendo um dos principais desafios do Direito do Trabalho contemporâneo.

Visão do Direito



David F. Rodrigues,

Advogada do Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello



Thais de Matos Macedo Lio

Advogada do Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello

Projeto busca definir prazo prescricional para ações de abstenção de uso de marca

A proteção conferida ao titular de uma marca registrada não se limita à obtenção do certificado expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A efetividade desse direito depende, também, da existência de mecanismos capazes de assegurar sua defesa contra usos indevidos praticados por terceiros.

Nesse contexto, a previsibilidade quanto aos prazos para o exercício dos direitos marcários desempenha papel relevante na promoção da segurança jurídica e na estabilidade das relações econômicas. A definição clara dos limites temporais para o ajuizamento de determinadas medidas judiciais contribui para reduzir controvérsias interpretativas e conferir maior uniformidade à aplicação da legislação.

Foi justamente com esse objetivo que a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou recentemente parecer favorável ao Projeto de Lei nº 4.380/2025, de autoria do deputado Jonas Donizette (PSB-SP), que pretende disciplinar expressamente o prazo prescricional aplicável às ações de abstenção de uso de marca.

Segundo o autor da proposta, a ausência de previsão legal específica sobre o tema tem gerado controvérsias jurídicas e insegurança para titulares de marcas e agentes econômicos, especialmente quanto ao marco inicial para a contagem do prazo prescricional.

O projeto estabelece que o prazo para a pretensão de abstenção de uso de marca passará a

ser contado a partir do momento em que o titular tomar conhecimento da violação de seus direitos. A medida busca conferir maior previsibilidade ao sistema e reduzir divergências observadas atualmente na prática judicial.

Em seu parecer favorável, o relator da matéria, deputado Daniel Agrobom (PSD-GO), destacou que a proposta introduz mecanismo semelhante a uma espécie de prescrição aquisitiva em desfavor do titular que, mesmo tendo ciência da infração, permanece inerte por período superior ao legalmente previsto.

Segundo essa interpretação, a ausência de reação do titular poderia indicar falta de interesse econômico relevante na proteção daquele ativo intangível, justificando a

limitação temporal para o exercício do direito de exclusividade decorrente do registro.

Embora a proposta ainda dependa da conclusão de sua tramitação legislativa, sua aprovação pela Comissão evidencia a busca por maior clareza normativa em matéria marcária, especialmente no que diz respeito à defesa dos direitos conferidos pelo registro.

A eventual inclusão dessa disciplina na Lei da Propriedade Industrial poderá contribuir para ampliar a previsibilidade das relações jurídicas envolvendo marcas, tema que permanece de grande relevância diante da crescente importância econômica dos ativos de propriedade intelectual no ambiente empresarial contemporâneo.

Visão do Direito



Jacques Veloso
Advogado tributarista

Simples Nacional exige planejamento para CBS

Escolha sobre o recolhimento da CBS, em setembro, deve considerar não apenas a carga tributária, mas também créditos, preços, contratos e competitividade

A Reforma Tributária está deixando de ser uma discussão restrita ao ambiente legislativo para se transformar em uma questão concreta para as empresas. Para os optantes pelo Simples Nacional, setembro de 2026 será um mês particularmente importante. Entre os dias 1º e 30, será necessário avaliar a forma de recolhimento da CBS, a Contribuição sobre Bens e Serviços, e os efeitos que essa escolha poderá produzir sobre a operação do negócio.

A empresa poderá manter a CBS dentro da sistemática do Simples Nacional ou optar pelo recolhimento separado, pelo regime regular, permanecendo no Simples em relação aos demais tributos. À primeira vista, a decisão pode parecer apenas uma questão de carga tributária. Não é.

A escolha precisa considerar o funcionamento da empresa como um todo. Faturamento, despesas, margens, fornecedores, perfil dos clientes e formação de preços são alguns dos elementos que devem entrar nessa análise. Uma empresa que vende diretamente ao

consumidor final, por exemplo, pode ter uma realidade bastante diferente daquela que mantém relações comerciais predominantemente com outras pessoas jurídicas.

Isso ocorre porque a CBS e, futuramente, o IBS seguem a lógica da não cumulatividade, permitindo a apropriação de créditos ao longo da cadeia produtiva. Dessa forma, a decisão não produzirá efeitos apenas dentro da empresa. Ela poderá repercutir também nas relações com clientes e fornecedores.

Para uma empresa que atende outras pessoas jurídicas, a possibilidade de aproveitamento de créditos pode influenciar diretamente a formação de preços e a competitividade. Por isso, escolher a sistemática de recolhimento olhando, exclusivamente, para o valor do imposto a pagar pode levar a uma análise incompleta.

A pergunta que o empresário precisa fazer não é simplesmente “qual opção resulta em menor tributação?”, mas “qual alternativa é mais adequada ao meu modelo de negócio?”.

Esse cuidado será ainda mais importante diante da chegada do IBS. Embora o novo imposto ainda não entre em vigor em janeiro de 2027, os efeitos observados com a CBS poderão servir como referência para compreender a

dinâmica do novo sistema. E a expectativa é de que os impactos financeiros do IBS sejam ainda mais expressivos, considerando que sua alíquota deverá ser significativamente mais elevada.

Por isso, a escolha relacionada à CBS deve ser encarada também como uma etapa de preparação para a nova realidade tributária.

Outro aspecto fundamental é a necessidade de uma análise conjunta entre contador e advogado tributarista. O contador possui papel essencial na avaliação dos números, na escrituração e na elaboração de simulações dos diferentes cenários. O advogado tributarista, por sua vez, pode analisar a legislação, identificar riscos jurídicos e avaliar os reflexos da decisão sobre contratos, negociações e estratégia empresarial.

São perspectivas diferentes, mas complementares. A complexidade da Reforma Tributária exige que o empresário tenha uma visão que una os números da empresa à interpretação das novas regras e aos impactos que elas poderão produzir sobre a atividade econômica.

Não existe, portanto, uma resposta única para todas as empresas do Simples Nacional. A alternativa mais adequada para um restaurante pode não ser a mesma para uma indústria, uma empresa de tecnologia ou um

prestador de serviços. Cada modelo de negócio possui características próprias e precisa ser analisado individualmente.

É justamente por isso que o planejamento não deve começar em setembro. O período entre 1º e 30 de setembro será destinado à escolha, mas a análise precisa ser feita antes. Organizar informações financeiras, levantar dados sobre clientes e fornecedores, realizar simulações e comparar cenários são medidas que podem proporcionar uma decisão mais segura.

Esperar a abertura da janela de opção para iniciar esse trabalho pode dificultar a análise, especialmente em empresas com operações mais complexas. O empresário que deixar de fazer a opção dentro do prazo não necessariamente ficará em situação irregular, mas poderá perder a oportunidade de adotar, naquele momento, uma sistemática mais adequada ao seu modelo de negócio.

A Reforma Tributária não representa apenas uma mudança na forma de recolher impostos. Ela altera a lógica das operações, dos contratos, da formação de preços e das relações comerciais. Por isso, a decisão sobre a CBS precisa ser vista dentro de um contexto mais amplo. Setembro será o momento da escolha. O momento de se preparar, porém, é agora.

Visão do Direito



Giancarlo Miranda
Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol)

Não há reforma da segurança pública sem valorizar quem a faz

O Congresso Nacional tem diante de si uma oportunidade importante: redistribuir, em nível constitucional, como o Brasil organiza sua segurança pública. A PEC 18/2025, que inicia uma nova etapa de tramitação no Senado, apresentando mudanças relevantes sobre competências, integração, financiamento e organização do sistema.

É um debate necessário. Mas uma reforma pode ser ampla no papel e ainda assim ser incompleta se não alcançar quem, diariamente, transforma essas estruturas em segurança para a população.

Não existem instituições fortes formadas por profissionais desvalorizados. Policiais passam décadas submetidos aos riscos e às exigências próprias da atividade e precisam encontrar, também no fim da carreira, regras previdenciárias compatíveis com essa realidade.

A reforma da Previdência de 2019 alterou profundamente esse cenário, atingindo garantias historicamente relacionadas à aposentadoria policial e ampliando a insegurança para milhares de profissionais.

Foi por isso que, durante a tramitação da PEC da Segurança Pública na Câmara dos Deputados, a Cobrapol, ao lado de outras entidades representativas, trabalhou na construção de emendas para reinserir a valorização dos profissionais nesse debate.

Duas propostas obtiveram as assinaturas necessárias para avançar no processo legislativo, defendendo a integralidade e a paridade, a retirada da idade mínima e critérios diferenciados para as mulheres policiais.

No entanto, o inserção da aposentadoria policial na Pec 18 não chegou a ser votada na Câmara, mas o debate permanece vivo. Com a chegada da PEC ao Senado, abre-se

uma nova oportunidade para apresentá-la e aperfeiçoar o texto.

Fortalecer a segurança pública não pode significar apenas redistribuir competências, reorganizar estruturas ou estabelecer novos mecanismos de financiamento e cooperação. Tudo isso importa, mas nenhuma dessas medidas funciona sem profissionais reconhecidos.

São policiais que investigam homicídios e organizações criminosas, atendem vítimas de violência, cumprem operações e enfrentam, durante décadas, situações permanentes de estafa mental. Demonstrar as particularidades previdenciárias dessa atividade não é criar privilégio, mas considerar as condições concretas de uma carreira essencial ao Estado.

Essa discussão também precisa contemplar adequadamente as mulheres policiais. Igualdade não significa ignorar diferenças objetivas. Estabelecer critérios previdenciários

compatíveis com as especificidades das mulheres que exercem atividade policial é uma questão de equidade e coerência.

O Senado recebe, portanto, a possibilidade de aperfeiçoar uma reforma que pretende definir os rumos da segurança pública brasileira pelas próximas décadas. E essa discussão não pode se limitar a competências, estruturas e recursos.

O Brasil precisa de integração, inteligência, financiamento adequado e instituições capazes de cooperar. Fundamentalmente, precisa, igualmente, valorizar os profissionais responsáveis por fazer tudo isso funcionar.

Uma reforma constitucional da segurança pública que somente modernize estruturas será necessariamente incompleta. Se queremos uma segurança pública mais forte, precisamos reconhecer e valorizar aqueles que dedicam a vida à proteção da sociedade.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 27 de agosto de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Exporess and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB

LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUEguas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

COMPRO URGENTE PARA CLIENTES - Cadastrados Apt Asa Sul/Norte, Sudoeste Noroeste 99842-6366 c/35994

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

216 4qtos 2stes gar. Todo reormado 220m2 út tr. 99616-4128 c12388

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE

105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV

QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

1.3 LAGO SUL

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

SHIS QI 09 Casa 4qtos para reforma. Oportunidade 99616-4128 c12388

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE

3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS

QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.

QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.

QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SCLN 312 Excelente Sala Comercial térrea, 24,99m² privativos, c/wc Tr: 61 99401-1966

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitation al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE

SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovia BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cerca-da, etc... doc Ok. . (61) 98202-7591 ou 99514-7645

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMÓVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111



CHAMA NO ZAP!!

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

308 SUL 158m², vg garagem, 6 andar. R\$ 8.300. Tr 99982-4174

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 GUARÁ

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.4 ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRN 704 Norte c/ 3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de área de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA

SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA

SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

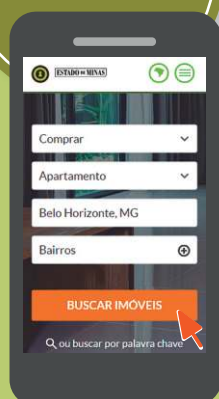
Uma nova arma contra
a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

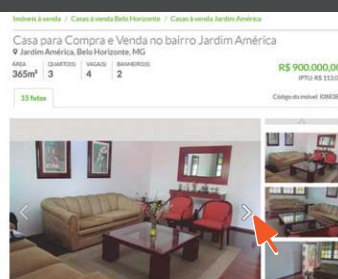
PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

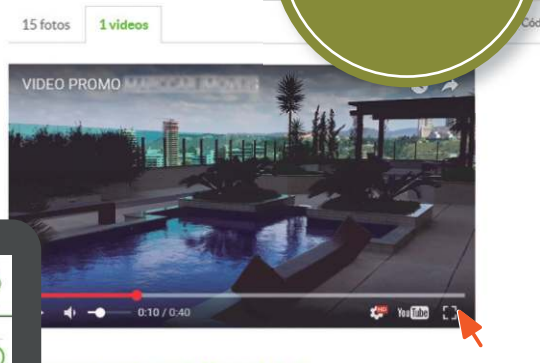
Busca rápida e descomplicada



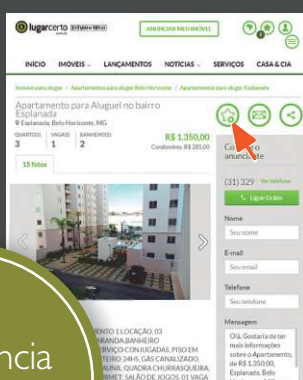
Informações completas



Fotos e vídeos



Experiência personalizada



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

 **lugarcerto**
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo